



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS

**INCONFIDENTES-MG
FEVEREIRO DE 2016**

GOVERNO FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

REITOR DO IFSULDEMINAS

Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Cléber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Carlos Alberto Machado Carvalho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

José Mauro Costa Monteiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Luiz de Andrade Rezende Pereira

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL
DE MINAS GERAIS**

CONSELHO SUPERIOR

Presidente do Conselho Superior do IFSULDEMINAS

Reitor Marcelo Bregagnoli

Representantes da SETEC/MEC

Paulo Rogério Araújo Guimarães

Representantes Diretores Gerais *dos Campi*

Miguel Angel Isaac Toledo del Pino, Luiz Carlos Machado Rodrigues, Carlos Henrique Rodrigues Reinato, João Paulo de Toledo Gomes, Josué Lopes, Marcelo Carvalho Bottazzini

Representantes do Corpo Docente

Lidiane Teixeira Xavier e João Paulo Lopes
Letícia Sepini Batista e Luciano Pereira Carvalho
Evane da Silva e Raul Henrique Sartori
Beatriz Glória Campos Lago e Renê Hamilton Dini Filho
Flávio Santos Freitas e Rodrigo Lício Ortolan
Marco Aurélio Nicolato Peixoto e Ricardo Aparecido Avelino

Representantes do Corpo Discente

Arthur Dantas Rocha e Douglas Montanheiro Costa
Adriano Viana e Luis Gustavo Alves Campos
Washington Bruno Silva Pereira e João Mario Andreazzi Andrade
Washington dos Reis e Talita Maiara Silva Ribeiro
João Paulo Teixeira e Pedro Brandão Loro
Guilherme Vilhena Vilasboas e Samuel Artigas Borges

Representantes Técnico Administrativos

Eustáchio Carneiro e Marcos Roberto dos Santos
Antônio Marcos de Lima e Alan Andrade Mesquita
Lucinei Henrique de Castro e Sandro Soares da Penha
Clayton Silva Mendes e Filipe Thiago Vasconcelos Vieira
Nelson de Lima Damião e Anderson Luiz de Souza
Xênia Souza Araújo e Sueli do Carmo Oliveira

Representantes Egressos

Renan Andrade Pereira e Leonardo de Alcântara Moreira
Christopher Carvalho Vitor e Aryovaldo Magalhães D'Andrea Júnior
Adolfo Luis de Carvalho e Jorge Vanderlei Silva
Wilson Borges Bárbara e Lúcia Maria Batista
Márcia Scodeler e Silma Regina de Santana

Representantes das Entidades Patronais

Neuza Maria Arruda e Rodrigo Moura
Antônio Carlos Oliveira Martins e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Vilso Luis da Silva e José de Oliveira Ruela
Célio Antônio Leite e Idair Ribeiro

Representantes do Setor Público ou Estatais

Pedro Paulo de Oliveira Fagundes e Jésus de Souza Pagliarini
Murilo de Albuquerque Regina e Joaquim Gonçalves de Pádua

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL
DE MINAS GERAIS**

Diretores de *Campus*

Campus Inconfidentes

Miguel Angel Isaac Toledo Del Pino

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho

Luiz Carlos Machado Rodrigues

Campus Passos

João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas

Josué Lopes

Campus Pouso Alegre

Marcelo Carvalho Bottazzini

Campus Avançado de Três Corações

Francisco Vitor de Paula

Campus Avançado de Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

COORDENADOR DO CURSO

Luiz Carlos Dias da Rocha

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DOCENTES

Ademir José Pereira	Inconfidentes
Aidalice Murta Ramalho	Pouso Alegre
Alison Geraldo Pacheco	Inconfidentes
Ana Cristina Moreira Ferreira	Inconfidentes
André Luigi Amaral di Salvo	Inconfidentes
Camila Guedes Codonho	Passos
Carlos Magno de Lima	Inconfidentes
Cleiton Lourenço de Oliveira	Inconfidentes
Constantina Dias Papparidis	Inconfidentes
Edu Max da Silva	Inconfidentes
Evando Luiz Coelho	Inconfidentes
Fernando da Silva Barbosa	Inconfidentes
Flávio Fernandes Barbosa Silva	Inconfidentes
Hebe Perez de Carvalho	Inconfidentes
Idalino Firmino dos Santos	AMEFA
Jamil de Moraes Pereira	Inconfidentes
João Batista Begnami	AMEFA
Joel Benísio Duarte	MEPES
Lilian Vilela Andrade Pinto	Inconfidentes
Livia Carolina Vieira	IFSP - Campus S.J. dos Campos
Luiz Carlos Dias da Rocha	Inconfidentes
Marcelo Reis	Inconfidentes
Marcos Magalhães de Souza	Inconfidentes
Marcos Marcusso	Inconfidentes
Maria Isabel Antunes Rocha	UFMG
Mark Pereira dos Anjos	Inconfidentes
Paula Inácio Coelho	Inconfidentes
Renato Alves Coelho	Machado
Rodrigo Palomo de Oliveira	Inconfidentes
Rosângela Alves Dutra	Pouso Alegre
Sergio Pedini	Machado
Sindynara Ferreira	Inconfidentes
Verônica Andrade	Inconfidentes
Verônica Soares de Paula Morais	Inconfidentes
Wallace Ribeiro Correa	Inconfidentes

PARCEIROS DEMANDANTES

João Batista Begnami - AMEFA
Jefferson Bispo Pereira - AMEFA
Idalino Firmino dos Santos - AMEFA

TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Aloísia Rodrigues Hirata – IFSULDEMINAS – REITORIA

PEDAGOGAS(OS)

Cleonice Maria da Silva - IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes
Fábio Brazier - IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes
Rafaela Lacerda Crestani - IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes
Wanúcia Maria M.B. Barros - IFSULDEMINAS - *Campus* Três Corações

COLABORAÇÃO

Lívia Santos Lemos de Souza – Estagiária de Pedagogia –
Proex/IFSULDEMINAS

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

NOME	TITULAÇÃO	FORMAÇÃO
Aidalice Murta Ramalho	Mestrado	Letras/Português
Alison Geraldo Pacheco	Doutorado	Química
Aloísia Rodrigues Hirata	Mestranda	Pedagogia
Carlos Magno de Lima	Mestrado	Ciências Agrárias
Flávio Fernandes Barbosa Silva	Mestrado	Matemática
Hebe Perez de Carvalho	Doutorado	Agronomia/Fitopatologia
Idalino Firmino dos Santos	Especialização	Pedagogia
Jefferson Bispo Ferreira	Graduação	Lic. Ciências Biológicas
João Batista Begnami	Doutorando em Educação/UFMG	Filosofia
Joel Duarte Benísio	Especialização	Administração
Lilian Vilela Andrade Pinto	Doutorado	Eng. Florestal
Luiz Carlos Dias da Rocha	Doutorado	Agronomia/Entomologia
Marcos Magalhães de Souza	Doutorado	Biologia
Mark Pereira dos Anjos	Mestrado	Direito
Paula Inácio Coelho	Mestrado	Sociologia
Sindynara Ferreira	Doutorado	Agronomia/Fitotecnia
Wallace Ribeiro Correa	Doutorado	Biologia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMEFA – Associação das Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais
ARCAFAR – Associação Regional de Casas Familiares Rurais
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CEB – Câmara de Educação Básica
CFR – Casa Familiar Rural
CNE – Conselho Nacional de Educação
CEFFA – Centro Educativo Familiar de Formação em Alternância
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CONEC – Comissão Nacional da Educação do Campo
DNEE – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial
DOU – Diário Oficial da União
EAD – Educação à Distância
EAFI – Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes
ECOR – Escola Comunitária Rural
EFA – Escola Família Agrícola
ESP – Estadia Socioprofissional
FONEC – Fórum Nacional da Educação do Campo
FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
GPPEx – Gestão de Projetos de Pesquisa e Extensão
IES – Instituição de Ensino Superior
IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LECAMPO – Licenciatura em Educação do Campo da UFMG
LECCA – Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias
LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NIPE – Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão
PDI – Projeto de Desenvolvimento Institucional
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PPPC – Projeto Político Pedagógico de Curso
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
SDA – Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SE – Sessão Escolar

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação Superior
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UEPs – Unidades Educativas de Produção
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil.

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	1
1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria.....	1
1.2 Entidade Mantenedora	1
1.3 IFSULDEMINAS – <i>Campus</i> Inconfidentes – Proponente	2
1.4. Dados gerais da Instituição Demandante.....	2
1.5. Histórico da Escola Família Agrícola (EFA) - Principal Instituição Demandante.....	3
1.5.1. Brasil	3
1.5.2. Minas Gerais	4
2. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS.....	5
3. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO <i>CAMPUS</i> INCONFIDENTES	6
4. APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	11
4.1 Dados Gerais do Curso	11
4.2 Informações Sobre o Curso.....	11
5. JUSTIFICATIVA	15
6. OBJETIVOS DO LECCA	19
6.1. Geral.....	19
6.2. Específicos	19
7. FORMA DE ACESSO.....	21
7.1. Critérios e perfis obrigatórios na ordem apresentada a seguir	22
7.2. Critérios e perfis desejáveis	22
7.3. Processo seletivo especial	22
8. PERFIL PROFISSIONAL QUE SE DESEJA FORMAR E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	23
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	25
9.1. Representação gráfica do perfil de formação (fluxograma).....	25
9.2. Matriz Curricular	30
9.3. Pressupostos da construção da Matriz Curricular do LECCA	36
9.4. Eixos estruturadores da matriz do LECCA	37
9.4.1. Eixo de Formação em Ciências da Educação	37
9.4.2. Eixo de Formação na Área.....	38
9.4.3. Eixo de formação integradora.....	40
9.5. Temáticas da diversidade.....	41
9.6. Atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa	43

10. EMENTÁRIO	45
ANO 1.....	45
ANO 2.....	64
ANO 3.....	81
ANO 4.....	99
11. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRICO, MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS.....	116
11.1. Historico das Licenciaturas em Educação do Campo	116
11.2. Marcos conceituais da Educação do Campo.....	120
11.3. Concepções da Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs.....	123
11.4. Marcos legais	127
12. OPERACIONALIZAÇÃO - MARCOS METODOLÓGICOS	129
12.1. O ritmo de alternância do LECCA	129
12.2. Organização das atividades pedagógicas nos tempos e espaços: SE e ESP	129
12.2.1. Organização das Atividades na Sessão Escolar	130
12.2.2 Organização das Atividades na Estadia Socioprofissional	136
12.2.3. Representação as atividades na ES e na ESP.....	141
12.3. Seminário de abertura do Curso.....	142
13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	143
13.1. O estágio e o perfil de educador do campo e da Pedagogia da Alternância	143
13.2. A vincução do Estágio com outras áreas do Curso LECCA	144
13.3. Previsão de um cronograma de oferta	144
13.4. Coordenação e outras formas de colaboração para o Estágio.....	144
13.5. Aproveitamento de experiências	144
13.6. Dispositivos legais	145
14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)	145
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	149
15.1. Da Frequência	152
15.2. Da Verificação do Rendimento Escolar, da Aprovação, Matrícula e Trancamento de Matrícula.....	153
15.3. Educação Inclusiva, Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular	157
15.3.1. Terminalidade Específica	157
15.3.2. Flexibilização Curricular.....	159
16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO...	160

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC (Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica).....	162
18. APOIO AO DISCENTE.....	166
18.1. Transporte, hospedagem e alimentação.....	166
18.2. Acompanhamento nas ESP.....	167
18.3. Apoios extra-curriculares.....	167
18.4. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais...	168
19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	169
20. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO.....	169
20.1. Corpo Docente.....	169
20.2. Equipe de Tutores.....	170
20.3. Formação específica para o corpo docente e auxiliar.....	171
20.4. Corpo Administrativo.....	172
21. GESTÃO DO CURSO.....	173
21. 1. Coordenador Geral.....	173
21.2. Coordenação Pedagógica.....	174
21.3. Coordenador da Área de Ciências Agrárias.....	174
21.4. NDE – Núcleo Docente Estruturante.....	175
21.5. Colegiado.....	176
21.6. Conselho Consultivo Interinstitucional.....	177
22. INFRAESTRUTURA.....	177
22.1 Infraestrutura Específica do curso.....	177
22.1.1. Biblioteca, Instalações e Equipamentos.....	178
22.1.2. LABORATÓRIOS EXISTENTES NO <i>CAMPUS</i> INCONFIDENTES.....	178
22.1.3. Áreas de Campo – Fazenda Escola do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Inconfidentes.....	183
23. CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	184
24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184
Anexo 1 – Guia da alternância.....	191
Anexo 2 - Portaria do NDE.....	198

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO – ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37550-000
DDD/Telefone	(35) 3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Marcelo Machado Feres
Endereço	Esplanada dos Ministérios Bloco L, 4ºandar– Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

1.3 IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes – Proponente

Nome do local de oferta	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – <i>Campus</i> Inconfidentes
CNPJ	10.648.539/0004-58
Nome do Dirigente	Miguel Angel Isaac Toledo Del Pino
Endereço	Praça Tiradentes, 416
Bairro	Centro
Cidade	Inconfidentes
UF	Minas Gerais
CEP	37576-000
DDD/Telefone	(35) 3464-1200
E-mail	gabinete.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br

1.4. Dados gerais da Instituição Demandante

Nome:	Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – AMEFA
CNPJ	00.325.635/0001-69
Endereço	Rua Olívia Maria de Jesus, 1710
Bairro	Floramar
Cidade	Belo Horizonte
UF	Minas Gerais
CEP	31742-036
DDD/Telefone	(31) 3434-0003 ou (31) 8792-1556
E-mail	amefaefa@yahoo.com.br
RESPONSÁVEIS	
Legal /Presidente	José Antônio Rodrigues Magalhães Agricultor, mandato: agosto/2015 à agosto/2019 CPF: 510963316-91 – RG: 14473655 SSP-SP – Endereço: Comunidade de Sambaíba – Januária – CEP: 39480-000 – MG.
Secretário Executivo	Idalino Firmino dos Santos Técnico em Agropecuária, Pedagogo, especialista: Secretário Executivo - CPF: 031672797-02; – RG: 1.074.759 - SSP/ES - Endereço: Rua Paulo Kruger Mourão – 230 – Apto 301 – B 07 – Floramar – Belo Horizonte – MG – CEP 31.742-150

Assessor	<p>João Batista Begnami – Assessor – CPF 41027779620, RG MG 2843270 SSP/MG, Bacharel Licenciado em Filosofia, Teologia, Especialização em Pedagogia da Alternância, Mestrado em Educação e Doutorando em Educação pela UFMG. E-mail: jbegnami2007@yahoo.com.br – Telefone: (31) 7103 0504 (Vivo)</p>

1.5. Histórico da Escola Família Agrícola (EFA) - Principal Instituição Demandante

1.5.1. Brasil

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) surgem no Brasil em 1969, por meio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Elas foram inspiradas no modelo das Escolas das Famílias Rurais italianas, que por sua vez foram inspiradas nas Maisons Familiares Rurales (Casas Familiares Rurais – CFRs), criadas por camponeses franceses na década de 1930.

Hoje, são 150 unidades educativas no País, articuladas em torno da UNEFAB – União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil. A UNEFAB congrega uma rede de Associações Regionais associadas. Estas são responsáveis pela representação política e assessoria no campo pedagógico, financeiro e administrativo das EFAs em cada Estado.

Além das EFAs existe a Rede das Casas Familiares Rurais (CFRs), que por sua vez, associam regionalmente na Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR SUL) e a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Nordeste e Norte do Brasil (ARCAFAR NE/NO). As Escolas Comunitárias Rurais (ECORs), experiência norte capixaba, são inspiradas nas EFAs e se articulam politicamente com a UNEFAB.

Estas experiências formam um fórum político nacional denominado de Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs). Este fórum articula as lutas em torno de políticas públicas nacionais em favor dos CEFFAs.

1.5.2. Minas Gerais

As EFAs em Minas Gerais iniciaram em 1983, a partir da experiência implantada no Espírito Santo. Elas estão situadas no Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata, Norte de Minas, Vale do Mucuri, Noroeste, Mucuri e Sul de Minas, perfazendo um total de 21 unidades educativas, envolvendo 214 municípios e seis Territórios de identidade ou cidadania. Das 21 unidades, 15 ofertam o Ensino Médio e Profissional, Técnico em Agropecuária, sendo que duas destas ofertam o Médio Técnico e o Fundamental conjuntamente e seis somente o Fundamental. Somente no Ensino Médio e Profissional são mais de 400 jovens formados a cada ano como Técnicos em Agropecuária. Importante destacar ainda que há uma demanda reprimida de cerca de 40 pedidos de criação de novas EFAs no Estado, mas que depende de recursos orçamentários e financeiros e assessoria da AMEFA para qualificar estas demandas.

As EFAs concentram-se, em sua maioria, nas regiões de menor atividade econômica do Estado de Minas Gerais e em municípios menores em termos populacionais. Os municípios sedes das EFAs tem uma faixa populacional abaixo de 30.000 habitantes, por isso podem ser considerados municípios rurais, pois a sua economia se baseia quase que exclusivamente na agropecuária.

As EFAs mineiras se organizam no âmbito local por meio de uma Associação Gestora, composta por famílias, entidades e pessoas, lideranças do meio. No âmbito Estadual elas estão associadas à AMEFA. Esta tem as finalidades de representação política, acompanhamento técnico, administrativo, financeiro, político e pedagógico das suas associadas. As associações locais e a Estadual são sociedades civis, sem fins lucrativos.

A Lei 14.614 de março de 2003, cria a política de apoio financeiro do Estado de Minas Gerais às EFAs, que viabiliza parte do seu funcionamento com o financiamento público. A Lei Federal 12.695 de 25 de julho de 2012 inclui os CEFFAs no FUNDEB. Estes marcos legais mostram a força política do movimento CEFFA no cenário Estadual e nacional bem como sua importância junto ao movimento da Educação do Campo.

Pelo compromisso que as EFAs representam junto ao público mais vulnerável socialmente no campo, elas cumprem um papel social fundamental

de inclusão, em regiões remotas do Estado. Por isso, a qualificação de seus quadros fortalece sua ação pedagógica e potencializa a sua missão de promover uma formação integral, emancipatória e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário dos sujeitos mais vulneráveis do campo, por meio da ação pedagógica da Alternância.

2. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, pós-graduação e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional. A instituição se organiza como autarquia educacional *multicampi*, com proposta orçamentária anual para cada *Campus* e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica. Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma: *Campus* Inconfidentes; *Campus* Machado, *Campus* Muzambinho, *Campus* Passos, *Campus* Poços de Caldas, *Campus* Pouso Alegre, *Campus* avançado de Carmo de Minas, *Campus* avançado de Três Corações e Reitoria em Pouso Alegre.

A estrutura *multicampi* começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em *Campus* Inconfidentes, *Campus* Machado e *Campus* Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre. Em 2009, estes três *campi* iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos *campi* de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, respectivamente. Em 2013, foram criados os *Campi* avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos os *campi* avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação, em 2011, como região prioritária da expansão. Compete aos *campi* prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência

estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos *campi*. A Reitoria comporta cinco pró-reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino;
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Pró-Reitoria de Extensão;
- Pró-Reitoria de Administração;
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade. As outras duas pró-reitorias - Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

3. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS INCONFIDENTES

A Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes MG – “Visconde de Mauá” tem sua origem em 28 de fevereiro de 1918, pelo Decreto nº 12.893, nove anos após a criação da primeira Escola Agrícola no Brasil, ainda como Patronato Agrícola, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Permaneceu assim até o final da década de 1950, quando então passou a ser denominada Escola Agrícola “Visconde de Mauá”, oferecendo curso ginásial, durante toda a década de 60. Em 1978, passou a Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG “Visconde de Mauá”, com 203 educandos matriculados. A partir desse ano, desenvolveu-se o sistema Escola-Fazenda, destacando-se a implantação da Cooperativa-Escola como elo entre a Escola e o Mercado Consumidor, consolidando a filosofia do “Aprender a fazer e fazer para aprender”. Este fato, proporcionou a integração de três mecanismos fundamentais: Sala de aula, Unidades Educativas de Produção (UEPs) e Cooperativa-Escola. Como instrumentos complementares, desenvolveram-se os sistemas de Monitoria e Estágio Supervisionado. Essas ações perduraram por toda a década de 1980 e foram responsáveis pela evolução da Escola em todas

as áreas Pedagógicas, Administrativas e de Produção Agropecuária. Era ministrado durante esse período o Curso Técnico Agrícola em nível de 2º Grau. Em 1993, o processo de autarquização trouxe nova dinâmica à Escola, que além das questões administrativas e pedagógicas, provocou novas necessidades de ajustes para atender à crescente demanda da comunidade regional. A partir do ano de 1995 foram implantados os cursos de Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura para egressos do ensino médio, somando 508 estudantes matriculados.

Em 1998, com 862 matrículas, oferecia-se na área de Agropecuária as habilitações: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agricultura, Técnico em Zootecnia e Técnico em Agroindústria, na área de Informática a habilitação de Técnico em Informática e na área de Geomática a habilitação de Técnico em Agrimensura, nas formas concomitante e sequencial e efetivou-se a separação do Ensino Médio do Ensino Profissional. Em 1999, registra-se a iniciativa para a efetivação dos Programas de Educação Para Jovens e Adultos e o Telecurso 1º e 2º Graus, em convênio com a Prefeitura Municipal de Inconfidentes, para atender a socialização da Educação Brasileira. Em 2004, com 1.572 matrículas, a EAFI objetivou ser foco de referência no Estado. O compromisso institucional foi o de promover o desenvolvimento educacional da região por meio do oferecimento de Ensino Superior Tecnológico em diferentes modalidades. Em novembro de 2004 a EAFI finalizou o projeto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental na Agropecuária, o qual foi autorizado por comissão do MEC, Portaria nº 4.244 de 21/12/2004, publicada no DOU de 22/12/2004, Seção I, página 18.

Com o intuito de ofertar outros cursos de nível superior como parte integrante do projeto de desenvolvimento da instituição, foi iniciado em 2005 o processo para a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Agrimensura. Este curso foi autorizado pela comissão do MEC, conforme consta na Portaria nº 781 de 24/03/2006, publicada no DOU de 27/03/2006, Seção I, página 18. Concomitantemente, elaborava-se projetos para oferecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia em Informática e Processamento de Alimentos. A partir desse compromisso, a EAFI definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local em

interface permanente com o mercado de trabalho global e o sistema educacional. As Escolas Agrotécnicas Federais sempre se comprometeram com a formação integral dos seus estudantes, na oferta da educação básica, técnica e superior, e na promoção do desenvolvimento econômico regional. Portanto, sempre atenderam aos anseios da comunidade ofertando educação de qualidade, prestando serviços a comunidade nas suas atividades de pesquisa e extensão, respondendo às necessidades e demandas sociais oriundas do meio no qual está inserida.

Em 2008 uma nova ordenação da Rede com uma proposta educacional inovadora, abrangendo todos os estados brasileiros, propôs criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a oferta de cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia as Escolas Agrotécnicas Federais passaram a ter uma nova identidade por afirmar seu caráter social de origem e possibilitar o redimensionamento de seu papel no atual contexto de desenvolvimento científico e tecnológico. O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais surgiu com a unificação de três Escolas Agrotécnicas, Inconfidentes/MG, Machado/MG e Muzambinho/MG.

O *Campus* Inconfidentes oferece os Cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Redes de Computadores, Engenharia Agrônômica, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática, Técnico em Agrimensura Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Meio Ambiente modalidade subsequente, Técnico em Administração modalidade PROEJA, Técnico em Administração modalidade EaD e Técnico em Informática para Internet modalidade EaD. A implantação destes cursos deve-se ao fato do *Campus* Inconfidentes estar inserido na microrregião do Sul do Estado de Minas Gerais, que possui uma área de abrangência estratégica em função de sua proximidade a grandes polos tecnológicos, especializados em informática, microeletrônica, telecomunicações e indústria têxtil, onde destacam-se novos conceitos de crescimento industrial como os “Business Parks do Brasil”, que visa abrigar

indústrias modernas e limpas. Com a predominância de pequenas propriedades rurais nesta microrregião, é grande a demanda, também, por profissionais nas áreas de agropecuária e agroindústria. A sede do IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes*, é equipada com os seguintes laboratórios: Laboratório Aberto de Hidráulica e Irrigação; Laboratório de Análise do Solo; Laboratório de Análises Física e Química da Água; Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório de Biologia Celular; Laboratório de Biotecnologia; Laboratório de Bromatologia; Laboratório de Coleção Biológica de Vespas Sociais; Laboratório de Ensino de Matemática; Laboratório de Entomologia e Agroecologia; Laboratório de Física; Laboratório de Física do Solo; Laboratório de Fisiologia Vegetal; Laboratório de Fitopatologia; Laboratório de Geologia; Laboratório de Geoprocessamento; Laboratório de Hardware; 04 Laboratórios de Informática; Laboratório de Informática e empreendedorismo; Laboratório de Informática Orientada; Laboratório de Inseminação Artificial; Laboratório de Manejo de Bacias hidrográficas; Laboratório de Mecanização Agrícola; Laboratório de Microbiologia de Alimentos; Laboratório de Pesquisa em Biociências; Laboratório de Produção Vegetal; Laboratório de Química; Laboratório de Redes; Laboratório de Resíduos Sólidos; Laboratório de Sementes; Laboratório de Sensoriamento Remoto; Laboratório de Sistemática e morfologia vegetal; Laboratório de zoologia; Laboratório de Topografia e geodésia; Laboratório interdisciplinar de formação de educadores (LIFE); Laboratório de bioquímica; Sala do PIBID; Museu de História Natural "Professor Laércio Loures"; além de uma biblioteca (Biblioteca Afonso Arinos) equipada com salas de estudos que oferece acesso à internet e salas de aulas com equipamentos audiovisuais como projetores e computadores. O instituto ainda conta com um poliesportivo para desenvolvimento de atividades físicas. O IFSULDEMINAS - *Campus Inconfidentes*, tem avançado na perspectiva inclusiva com a constituição do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE, ao qual cabe elaborar, assessorar e acompanhar ações de implantação e implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito do processo educacional, respeitando as especificidades do discente que possui deficiência ou com necessidades educativas diferenciadas. Compete ao NAPNE refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do

IFSULDEMINAS por meio de projetos, assessorias, entre outras, registrados em seu regimento.

O *Campus* Inconfidentes está promovendo a acessibilidade por meio da adequação de sua infraestrutura física e proposta curricular, como a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), como preveem os decretos 5.626/2005 e 5.296/2004 e possui políticas afirmativas para a educação das relações étnico-raciais, para atender o Decreto 4.228, de 13 de maio de 2002, que instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, mas há possibilidades da implantação de programas a curto prazo. O Instituto busca também o crescimento e o desenvolvimento dos seus estudantes por meio de atividades artístico-culturais, esportivas e cívicas como, Seminários, Jornada Científica e Tecnológica, Campeonatos esportivos, Fanfarra, teatro entre outros.

O Instituto oferece para o ensino técnico integrado regimes de internato masculino e oferece também o semi-internato. Na modalidade internato são oferecidas acomodação, lavanderia, alimentação, assistência odontológica e médica, serviços de psicologia e acompanhamento ao educando. O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes, possui no quadro um total de 198 servidores, sendo 100 técnicos Administrativos e 98 docentes e, dentre estes, aproximadamente 23 especialistas, 47 mestres e 28 doutores.

4. APRESENTAÇÃO DO CURSO

4.1 Dados Gerais do Curso

Nome do Curso: Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias

Sigla: LECCA

Tipo: Presencial em Regime de Alternância

Modalidade: Licenciatura Plena

Eixo Tecnológico: não se aplica

Local de Funcionamento: Campus Inconfidentes

Ano de Implantação: 2016

Habilitação: Licenciado em Ciências Agrárias

Turnos de Funcionamento: Integral

Número de Vagas Oferecidas: 40

Forma de ingresso: Processo Seletivo Especial

Requisitos de Acesso: Ensino Médio Completo

Duração do Curso: 4 anos

Periodicidade de oferta: Anual

Estágio Supervisionado: Obrigatório e com mínimo de 480 horas.

Carga Horária total: 3.960 horas

Ato Autorizativo: curso novo

Portaria de Reconhecimento: curso novo

Regime de Oferta: Alternância

4.2 Informações Sobre o Curso

A Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias, abreviada pela sigla LECCA¹, é uma proposta de curso novo a ser implantado no

¹ Ao longo do Projeto aparecerá: Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias (LECCA) ou Projeto Político Pedagógico de Curso (PPPC) ou a junção destes com a sigla PPPC-LECCA.

Instituto Federal Sul de Minas Gerais - *Campus* Inconfidentes. Trata-se de uma proposta construída com base nas Licenciaturas em Educação do Campo, fomentadas a partir de demandas dos movimentos sociais do campo brasileiro, envolvidos na luta pela Educação do Campo.

As Licenciaturas em Educação do Campo, iniciadas em 2004, ainda no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), conquistam força e maior visibilidade por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO - da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), a partir de 2008.

Concebido nesta trajetória das Licenciaturas em Educação do Campo, o LECCA surge no IFSULDEMINAS, a partir de uma demanda da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA), entidade civil, sem fins lucrativos, que representa e coordena 21 unidades educativas denominadas de Escolas Família Agrícola (EFAs) no Estado de Minas Gerais. A AMEFA integra, desde o início (1998), a Rede Mineira da Educação do Campo e participa do Colegiado da Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo) da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2008.

O objetivo geral é oferecer um Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, na área de Ciências Agrárias, em atendimento à demanda de graduação de educadores/as das Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais, para atuar como docentes e promotores/as de desenvolvimento sustentável e solidário da Agricultura Familiar.

A oferta da primeira turma visa atender a público específico, ou seja, monitores² das EFAs, ou professores que atuam sem habilitação exigida para a

² Monitor é o educador que atua na Escola Família Agrícola. Historicamente, desde a criação da Maison Familiale Rurale na França, em 1935, os agricultores, promotores da Pedagogia da Alternância, naquele País deram este nome para ir além do papel do professor tradicional. O Monitor é “aquele que acompanha”, que “anima o processo formativo da alternância”, numa perspectiva dialógica. O monitor é concebido nas EFAs como um educador e exerce papéis de docência, de animação da vida de grupo, da vida associativa da EFA, a relação com parceiros da formação por alternância. Ou seja, ele dá aulas, faz o acompanhamento dos estudantes na vida de grupo, quando estão na Sessão Escolar, bem como os acompanham quando estão na família e comunidade, na estadia socioprofissional, por meio das visitas. Por isso, ele é considerado também um agente de desenvolvimento local, pois faz um trabalho de extensão da

docência. Este público inicial, portanto, é formado por sujeitos já envolvidos em processos educativos em uma unidade escolar específica. Neste sentido, o Curso LECCA, assim como as Licenciaturas em Educação do Campo em geral, cumpre um papel social relevante ao atender a uma dívida histórica com o campesinato brasileiro.

A demanda apresentada vem qualificada com uma proposta de organização do curso baseado na Pedagogia da Alternância, para permitir que os estudantes trabalhem e estudem, integrando prática-teoria-prática, trabalho e educação, ação-reflexão-ação. Ou seja, que a experiência vivencial dos cursistas no mundo do trabalho da educação nas EFAs e em todas as suas dimensões cotidianas, da cultura, da produção agrícola etc., possam integrar ao currículo, se tornando ponto de partida e de chegada do processo ensino-aprendizagem.

Neste sentido, o Projeto propõe uma alternância com ritmos apropriados de três tempos no IFSULDEMINAS/ano, alternados por três tempos nas EFAs e suas comunidades. O tempo/espaço no IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes* é chamado de Sessão Escolar (SE) e o tempo/espaço nas EFAs e suas Comunidades será denominado Estadia Socioprofissional (ESP). Nos quatro anos do curso são doze sequências de alternâncias ou doze módulos.

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) propõe basear-se na gestão democrática, propiciando aos sujeitos organizados do campo, espaços de participação social efetiva na concepção do Projeto, na sua execução e avaliação. Os princípios da Educação do Campo se fazem presentes nesta construção. A agroecologia é um destes princípios adotados com ênfase neste Projeto. Faz-se necessário a ecologização do PPPC-LECCA. O sistema da Pedagogia Alternância cumprirá papel fundamental para a quebra de paradigmas, buscando a integração do conhecimento, valorizando os saberes da experiência e da ciência, adotando a lógica dos temas geradores, conforme Paulo Freire, articulando as disciplinas numa perspectiva inter e transdisciplinar, em diálogo com a questão central da sustentabilidade.

EFA com a comunidade. Mas, juridicamente, os monitores, quando contratados formalmente, são registrados como professores na EFA.

O projeto traz uma proposta voltada a sustentabilidade justificada em sua dinâmica e apoiada na obra “Educação Cidadã: Educação Integral : fundamentos e práticas de Ângela Antunes e Paulo Roberto Padilha, publicado pela Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, em 2010, inspirada na proposta de Paulo Freire, estes autores justificam a necessidade da ecologização dos currículos escolares, portanto, os projetos políticos pedagógicos deveriam incluir a dimensão ecológica.

“A dimensão “eco” do projeto eco-político-pedagógico sinaliza e enfatiza a indispensável atenção educação ambiental, ecológica, ecopedagógica em todos os processos educacionais. Com isso, valorizamos a sustentabilidade ambiental, econômica, cultural, sexual, entre outras, e as nossas relações com todo o ecossistema (toda forma de vida existente no planeta), ressignificamos as nossas práticas em relação a tudo aquilo que tem a ver com o processo educacional” (ANTUNES e PADILHA, 2010, p.82).

O PPPC-LECCA pretende trazer esta dimensão que deverá estar expressa na sua proposta curricular. Concordamos com estes autores que justificam a importância da expressão “política” no Projeto Pedagógico.

“Nenhuma conquista ou mudança fundamental acontece gratuitamente, sem esforços e sem conflito. Aí está a **dimensão política do ato educativo**. Daí a necessidade do projeto eco-político-pedagógico, processo no qual registramos tais demandas, criando movimentos favoráveis ao alcance das mudanças desejadas. Daí, também, cada pessoa resgatar o prazer de participar do processo de mudança da UE, porque, ao fazê-lo, estará mudando a si mesma e construindo também, de certa forma, o seu projeto eco-político-pedagógico pessoal, o que contribui para o fortalecimento de sua própria identidade” (ANTUNES e PADILHA, 2010, p.84-85, grifo nosso).

O PPPC-LECCA traz também sua filiação à perspectiva da Educação Popular inspirada em Paulo Freire. Por isso, o projeto representa uma construção coletiva, com efetiva participação dos sujeitos demandantes, na decodificação de um currículo, que deverá ser contextualizado na prática social de seus beneficiários. Trata-se de uma construção em processo, inacabada, por isso, aberta ao diálogo para novos espaços instituintes, sobretudo, entre os educandos que virão fazer o curso.

Assim, deseja-se que o LECCA seja um espaço aberto de construção permanente, onde os educandos possam se sentir e se constituir sujeitos do processo formativo, bem como possam também, ressignificar suas práticas educativas e propor a reconstrução dos Projetos Político Pedagógicos das EFAs, das escola do campo onde atuam, na perspectiva de fortalecimento de processos da gestão democrática, da constituição de propostas de Projetos eco-político pedagógicos e currículos emancipatórios dos sujeitos.

O Curso em questão propõe uma parceria que poderá significar um mútuo benefício, pois de um lado, o Curso resolve o problema da necessidade de qualificação dos quadros docentes das EFAs mineiras e, por outro lado, oportuniza conhecimentos e práticas da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância por parte do IFSULDEMINAS. Para tanto, a entidade demandante se coloca à disposição para o intercâmbio teórico-prático da Pedagogia da Alternância com os futuros docentes do Curso LECCA.

O LECCA significa uma oportunidade de construir processos de formação docente, verdadeiramente emancipadores, que fortalecerá as EFAs, as escola do campo, os sujeitos coletivos organizados e a agricultura familiar numa perspectiva de transição para a matriz agroecologia, visando práticas sustentáveis no campo.

Em atendimento aos princípios da Educação do Campo, deseja-se que o LECCA fortaleça outros paradigmas e lógicas de desenvolvimento social do País, incluindo os sujeitos socialmente mais vulneráveis do campo, como protagonistas, compreendendo este lugar como espaço de produção e reprodução da vida, de cultura, de saberes, sentires e agires próprios dos seus sujeitos, além da mera produção econômica.

5. JUSTIFICATIVA

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação contextualizada é recente e inovador e ganha força a partir da publicação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002). Esse

reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos (HENRIQUES et al., 2007).

A universalização e a ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas mencionadas no Plano Nacional da Educação para o decênio 2011-2020, bem como o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 82,2% dos jovens de 15 a 17 anos frequentaram a escola em 2004, porém apenas 45,1% estavam matriculados no ensino médio, que é o nível adequado à faixa considerada. Situação ainda mais grave encontra-se na zona rural em que pouco mais de 1/5 dos jovens na mesma faixa etária está cursando o ensino médio.

A escassez e a falta de formação de professores encontram-se entre os vários fatores responsáveis por esse quadro. Segundo dados do INEP, há uma carência de 235 mil professores para o ensino médio no país, principalmente nas áreas de ciências da natureza. Sem mencionar que, em um universo de 2,5 milhões de educadores, cerca de 60% estão mais próximos da aposentadoria que do início de carreira, segundo pesquisa realizada pelo IPEA (RUIZ; RAMOS; HINGEL, 2012).

O Curso LECCA atenderá a um grupo de educadores específicos do campo, prioritariamente, vinculados às EFAs. Estas escolas, tidas como pertinentes ao contexto do campo brasileiro, utilizam a Pedagogia da Alternância, o que as tornam alternativas mais apropriadas aos sujeitos do campo, por isso são consideradas como iniciativas mais concretas de Educação do Campo, segundo os movimentos sociais que materializam esta categoria nova de educação no Brasil.

Em Minas Gerais, as EFAs estão situadas, em sua maioria, em regiões de atividades econômicas pouco ativas, aonde as políticas públicas são mais necessárias para alavancagem de processos de desenvolvimento local, com base na agricultura familiar, respeitando e fortalecendo a cultura regional, a cultura camponesa. Minas é um Estado eminentemente agrícola. Em seus 853 municípios, mais de 80%, seguindo a uma lógica nacional, são considerados

municípios rurais, se analisados pela lógica da sua densidade demográfica e pela sua economia predominantemente baseada nas atividades agropecuárias.

A despeito de grandes avanços das políticas públicas para a inclusão produtiva e geração de renda no campo, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Crédito Fundiário, das políticas para mulheres rurais, das políticas de Educação do Campo, da expansão da Educação Profissional pelos Institutos Federais etc., ainda persistem bolsões de pobreza e de extrema pobreza em nosso País, sobretudo, nos municípios pequenos e nas regiões periféricas aos processos de desenvolvimento do nosso Estado.

Fatores sociais e econômicos regionais influenciam a qualidade dos serviços prestados pelas EFAs em Minas. Todas elas enfrentam o desafio de encontrar e manter profissionais da área das Ciências Agrárias. Na maioria das vezes, quando encontra o profissional, este não possui perfil para atuar nessas escolas e no contexto da agricultura familiar, sobretudo, em regiões remotas e de baixa atividade econômica. Muito embora, com todas as dificuldades existentes, duas EFAs em Minas, estão entre as 10, citadas pelo Ministro da Educação, como uma das melhores instituições privadas do país que atendem estudantes de nível socioeconômico baixo ou muito baixo.

As 21 EFAs mineiras possuem mais de 200 educadores, sendo um quarto ligados ao setor de ensino agrícola. A demanda de formação para este setor chega a dois ou três profissionais por Escola, segundo dados da AMEFA, chegando a mais de 60 monitores/educadores com necessidade de qualificação superior. Pondera-se que a qualidade do ensino por Alternância nas EFAs e o desenvolvimento sustentável desses municípios, onde elas atendem, passa pela estratégia de uma formação que viabilize o perfil profissional e humano desejado para a atuação com o segmento da agricultura familiar e camponesa em nosso Estado.

Cabe destacar que a AMEFA vem lutando pela conquista de um Curso que atenda adequadamente ao seu público. A demanda emerge em Assembleias Gerais da instituição, onde educadores e jovens egressos reivindicam cursos apropriados aos da Licenciatura em Educação do Campo

para facilitar o acesso e permanência da parte daqueles que trabalham. Neste sentido, oportunamente, em um evento no *Campus* Machado, em novembro de 2014, fez-se uma consulta à Pró-Reitoria de Extensão, sobre a possibilidade de se apresentar um Projeto. Uma primeira reunião, aconteceu em abril de 2015, na sede da Reitoria do IFSULDEMINAS, em Pouso Alegre, com a participação da Pró-reitoria de Ensino; do Pró-reitor de Extensão, de técnicos de assuntos educacionais; representantes do *Campus* Inconfidentes e do *Campus* Machado. Para dar corpo à Proposta, sugeriu-se uma Comissão com representação da AMEFA e dos *Campi*, inicialmente envolvidos (Inconfidentes e Machado). Assim, outras reuniões aconteceram: Machado, em maio/2015; Inconfidentes, em junho/2015; Belo Horizonte, em julho/2015 e, novamente, Pouso Alegre, em agosto/2015, respectivamente.

Historicamente, as Licenciaturas em Educação do Campo vêm se consolidando no País por forças políticas dos movimentos sociais do campo, numa perspectiva estratégica de fortalecer a luta pela Educação do Campo por meio da qualificação específica de educadores com o perfil da Educação do Campo. Até o momento, em Minas, as Licenciaturas em Educação do Campo vem sendo ofertadas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte; Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Nestas instituições as Licenciaturas ofertadas abarcam quatro áreas de conhecimentos: Ciências da Vida e da Natureza (Biologia, Química e Física); Matemática; Ciências Sociais e Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e Linguagens (Língua Portuguesa, Literatura, Artes e Inglês). Nesta oferta, destacamos a ausência de uma área necessária para o contexto campestre, as Ciências Agrárias.

A demanda apresentada pela AMEFA se articula à missão do IFSULDEMINAS na medida em que esta instituição possui sua trajetória pautada pelo trabalho com os saberes agrários, além disso, os Institutos Federais possuem dentre suas responsabilidades a oferta de cursos de formação inicial de professores para educação básica.

Conforme Caldas (2011, p. 38-39):

O compromisso dos Institutos Federais com os cursos de formação de professores se soma aos esforços para reduzir o enorme déficit entre a demanda e a oferta de licenciaturas no país. Assim a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se coloca ao lado de outras instituições que historicamente vêm trabalhando nesse campo, como é o caso das universidades e faculdades isoladas; e, embora o faça sem deixar de lado outras atribuições, peculiaridades e potencialidades próprias das Instituições de EPT, compreende que pode tornar substantiva a sua contribuição para superar as dificuldades colocadas em relação à oferta de cursos de licenciaturas no Brasil.

O LECCA poderá constituir-se em um Projeto-Referência (piloto) para atender a demanda inicial da AMEFA e, posteriormente, continuar atendendo outras demandas da Educação do Campo em Minas Gerais, ao proporcionar uma formação com qualificação profissional de educadores/as, apropriada à realidade da agricultura familiar e camponesa de um Estado eminentemente agrícola.

6. OBJETIVOS DO LECCA

6.1. Geral

O objetivo geral é oferecer um Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, na área de Ciências Agrárias, em atendimento, inicialmente, à demanda de graduação de educadores/as das Escolas Famílias Agrícolas de Minas Gerais, ou seja, trata-se de um curso de licenciatura para educadores/as, priorizando os que ainda não possuem formação superior, para atuarem como docentes e agentes do desenvolvimento sustentável e solidário da Agricultura Familiar.

6.2. Específicos

- A. Propiciar, na formação dos(as) licenciandos(as), o conhecimento dos princípios da Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e da

Agroecologia, bem como do domínio dos pressupostos teóricos e metodológicos na prática de extensão, pesquisa e docência com perfil para atuarem com os distintos públicos da Agricultura Familiar;

- B. Preparar os(as) licenciandos(as) para realizarem atividades didático-pedagógicas que articulem e instiguem a construção do conhecimento numa visão inter e transdisciplinar do currículo, priorizando a unidade teórico-prática com ênfase na proteção, preservação, conservação e recuperação dos agro-ecossistemas;
- C. Desenvolver nos(as) licenciandos(as) a sensibilização para o diálogo dos saberes locais com os saberes acadêmicos, de forma a serem capazes de articular a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e políticos com a atuação transformadora dos contextos campestinos;
- D. Preparar os(as) licenciandos(as) para compreenderem as novas ruralidades e o seu papel no desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir na superação da dicotomia campo-cidade;
- E. Qualificar os/as licenciandos(as) para atuarem em processos de organização social, comunitária, produtiva, cooperativista, como agentes do desenvolvimento sustentável e solidário, visando a produção em escala, o beneficiamento e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, para acessar mercados, melhorar as condições de vida, o aumento da renda;
- F. Contribuir para que os/as licenciandos(as) melhorem sua compreensão e prática dos valores e princípios da segurança alimentar e nutricional e da economia solidária;
- G. Capacitar os/as licenciandos(as) para melhor aplicar diagnósticos, fazer planejamentos, elaborar e implantar projetos pedagógicos, produtivos, sociais, ambientais de intervenção e gestão de processos em propriedades familiares, das EFAs, assentamentos, comunidades camponesas, quilombolas, entre outros;
- H. Desenvolver nos(as) licenciandos(as) em Educação do Campo – Ciências Agrárias habilidades para a prestação de serviços de qualidade na extensão rural, seguindo os pressupostos da educação popular, as metodologias participativas, as teorias pedagógicas emancipatórias e

sociointeracionistas, na perspectiva do desenvolvimento de comunidades, do acesso às políticas públicas e da sustentabilidade dos sujeitos do campo;

- I. Desenvolver nos(as) licenciandos(as) habilidades para o trabalho com as questões de gênero, etnia, geração, sucessão na agricultura familiar e com as políticas públicas;
- J. Ajudar os(as) licenciandos(as) no entendimento de como desenvolver metodologias de construção de identidade de campo, baseada em uma ideologia de classe trabalhadora camponesa;
- K. Ajudar os(as) licenciandos(as) a conceberem o propósito de construção de um modelo de desenvolvimento endógeno ao campo, comprometido com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural da terra e dos sujeitos que nela trabalham, levando-se em conta a heterogeneidade dos seus agroecossistemas e a diversidade de produção dos agricultores locais;
- L. Propiciar aos(as) licenciandos(as) conhecimentos e habilidades para diagnosticar as necessidades educacionais dos sujeitos do campo, do ponto de vista técnico, social, cultural e de gênero e etnia, a partir das atividades do curso;
- M. Capacitar os(as) licenciandos(as) em elaboração de Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica para reconstruir partes ou o todo, de forma democrática, participativa, Projetos Políticos Pedagógicos, especialmente os de Escolas do Campo, incluindo os das EFAs, de forma a incluir e reforçar as dimensões eco-políticas nestes projetos;
- N. Capacitar os(as) licenciandos(as) para ressignificar suas práticas educativas, formativas, de gestão escolar, construção do currículo e disponibilizar para a sociedade o registro sistematizado de experiências das EFAs e Escolas do Campo.

7. FORMA DE ACESSO

O processo seletivo do LECCA será por meio de Edital público, com

critérios específicos para a elegibilidade do público almejado. O Edital público definirá o perfil desejado dos candidatos e os critérios de acesso, detalhando com objetividade os critérios de pontuação para avaliar os candidatos.

7.1. Critérios e perfis obrigatórios na ordem apresentada a seguir

- A. Ter o Ensino Médio completo;
- B. Ter vínculo com alguma EFA (prioritariamente que esteja atuando como monitor) ou;
- C. Ser jovem egresso de EFAs ou;
- D. Ter vínculo com agricultura familiar, por meio do desenvolvimento do seu Projeto Profissional, ou com a extensão rural, ou com Organizações da agricultura familiar.

7.2. Critérios e perfis desejáveis

- A. Ser Técnico em Agropecuária, prioritariamente, egresso de uma EFA;
- B. Ter a perspectiva de atuar como educador na EFA ou em escolas do campo.

7.3. Processo seletivo especial

Os candidatos, mediante prazos definidos pelo Edital, preenchem uma ficha de inscrição e enviam documentos:

- A. comprovação de conclusão de curso do Ensino Médio.
- B. Cópia de documento que comprova vínculo com a EFA.
- C. Cópia de documento que comprova vínculo com agricultura familiar ou com extensão rural.
- D. Cópia de documentos que comprovem as atividades realizadas na própria família e/ou Comunidade, assentamento, movimento sociais, quilombola etc.
- E. Enviar um texto de até duas páginas escrito de próprio punho, expondo

as razões, justificando o interesse e a importância do Curso para sua vida pessoal, profissional e para o coletivo onde atua.

F. Cópia do Currículo de Vida.

O edital definirá os critérios de avaliação e pontuação objetiva para a seleção dos candidatos inscritos. Ou seja, o Currículo e a carta serão os meios de selecionar os candidatos inscritos que concorrerão ao LECCA.

Para o Currículo, o edital definirá os pontos e pesos sobre níveis de formação acadêmica; tempo de exercício como educador na EFA, tempo de trabalho em outra área profissional, ou tempo de trabalho na propriedade com a própria família.

Para a Carta de apresentação, os indicadores a serem apontados para a pontuação objetiva são: a) coerência das ideias, b) objetividade-clareza na justificativa em relação aos aspectos da necessidade da formação pessoal, profissional e o compromisso social e político com a agricultura familiar e a agroecologia, c) explicitar no texto o compromisso com o segmento da agricultura familiar e a importância da Agroecologia para a sustentabilidade da vida.

8. PERFIL PROFISSIONAL QUE SE DESEJA FORMAR E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Um educador do campo, identificado com as lutas e causas do campo, em especial, comprometido ética e politicamente com os sujeitos que habitam e que lutam por um campo, em sua diversidade, justo, solidário e digno de se viver.

Nesta perspectiva, deseja-se um profissional de sólida formação técnico-científica para uma atuação docente de qualidade no campo das ciências agrárias, com boa base de qualificação metodológica para desenvolver o ensino e aprendizagem na perspectiva da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância; postura crítica, com visão ética, humanística e holística para assumir responsabilidades na educação formal e não formal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e solidário do campo.

Para atuarem como docentes e promotores/as de desenvolvimento sustentável e solidário da Agricultura Familiar, adotando os princípios da Pedagogia da Alternância, da educação do Campo e da Agroecologia, o egresso do curso de Educação do Campo – Ciências agrárias devem ser, ter e fazer, em termos de Conhecimento, Habilidade e Postura:

- Conhecimento dos princípios da Educação do Campo, da Agroecologia, domínio dos pressupostos teóricos e metodológicos na prática de pesquisa, extensão e docência, habilidades para diagnosticar as necessidades educacionais dos sujeitos do campo, do ponto de vista técnico, social, cultural e de gênero e etnia e serem capazes de ressignificar suas práticas educativas, formativas e as de gestão, o currículo das EFAs e demais Escolas do Campo.
- Habilidade técnica para atuarem com os distintos públicos da Agricultura Familiar, sensibilidade para articular e instigar a construção do conhecimento numa visão inter e transdisciplinar e teórico-prática;
- Capacidade de desenvolver atividades formativas dando ênfase na proteção, preservação, conservação e recuperação dos ecossistemas;
- Consciente e com postura dialógica entre os saberes locais e os saberes acadêmicos, de forma a articular a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e políticos com a atuação transformadora dos contextos camponeses;
- Consciente e aliado na busca pela compreensão dos diversos aspectos das novas ruralidades de forma a contribuir na superação da dicotomia campo-cidade;
- Capacidade de atuação em processos de organização social, comunitária, produtiva, cooperativista, do beneficiamento e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, na promoção do acesso a mercados, melhoria das condições de vida e no aumento da renda do agricultor familiar;
- Capacidade para desenvolver práticas de valores e princípios da segurança alimentar e nutricional e da economia solidária;
- Habilidade na aplicação de diagnósticos, planejamentos, elaboração e implantação de projetos pedagógicos, produtivos, sociais, ambientais de intervenção e gestão de processos em propriedades familiares, das EFAs,

assentamentos, comunidades camponesas e quilombolas, entre outros, de forma participativa;

- Habilidade para a prestação de serviços de qualidade na extensão rural, seguindo os pressupostos da educação popular, as metodologias participativas, as teorias pedagógicas emancipatórias e sociointeracionistas, na perspectiva do desenvolvimento de comunidades, do acesso às políticas públicas e da sustentabilidade dos sujeitos do campo;
- Habilidade para o trabalho com as questões de gênero, etnia, geração, sucessão na agricultura familiar e com as políticas públicas, na perspectiva de despertar para a compreensão da identidade de campo, baseada em uma ideologia de classe trabalhadora camponesa;
- Tem compromisso com a sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e cultural da terra e dos sujeitos que nela trabalham.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1. Representação gráfica do perfil de formação (fluxograma)

	Alternância I	Alternância II	Alternância III
	Plano de Estudo I 15 aulas	Plano de Estudo II 15 aulas	Plano de Estudo III 15 aulas
ANO 1	Introdução às Ciências Agrárias 30 aulas	Práticas de ensino- aprendizagem por Alternância II 45 aulas	Práticas de ensino- aprendizagem por Alternância III 45 aulas
	Práticas de ensino- aprendizagem por Alternância I	Tópicos Especiais em Educação do Campo 45 aulas	Antropologia das Sociedades Indígenas e

	30 aulas		Afrodescendentes 45 aulas
	Metodologia do trabalho científico I 30 aulas	Metodologia do trabalho científico II 30 aulas	Bioquímica 45 aulas
	Leitura Produção e Interpretação de Textos I 45 aulas	Química Geral Inorgânica 45 aulas	Pedagogia da Alternância 45 aulas
	Física Aplicada 45 aulas	Planejamento e Projeto I 45 aulas	Matemática Aplicada 45 aulas
	Química Orgânica 30 aulas	Leitura Produção e Interpretação de Textos II 30 aulas	Metodologia do Trabalho Científico III 30 aulas
	Informática Aplicada I 60 aulas	Informática Aplicada II 45 aulas	Planejamento e Projetos II 30 aulas
	Total C.H. 300 aulas	Total C.H. 300 aulas	Total C.H. 300 aulas
Total da carga horária do primeiro ano: 900 horas			

Alternância IV

Alternância V

Alternância VI

ANO 2	Plano de Estudo IV 15 aulas	Plano de Estudo V 15 aulas	Plano de Estudo VI 15 aulas
	Prática de Ensino I 60 aulas	Prática de Ensino II 60 aulas	Prática de ensino III 60 aulas
	Agroecologia I 45 aulas	Agroecologia II 30 aulas	Culturas de Ciclo Curto II 30 aulas
	Tecnologia de Produção de Sementes e Armazenagem 45 aulas	Culturas de Ciclo Curto I 30 aulas	Culturas de Ciclo Longo I 45 aulas
	Gênese, Morfologia e Classificação do Solo 30 aulas	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas 30 aulas	Anatomia e Fisiologia Animal I 30 aulas
	Educação Ambiental 30 aulas	Ambiente, Saúde e Segurança 30 aulas	Zootecnia Aplicada I 30 aulas
	Metodologia do Trabalho Científico 30 aulas	Sistemas Agroflorestais 45 aulas	Genética (Mendeliana e Molecular) 30 aulas
	Planejamento e Projetos III 45 aulas	Irrigação, Produção de água e Climatologia 80 aulas	Metodologia do Trabalho Científico VI 30 aulas
		Metodologia do Trabalho Científico V 30 aulas	Estágio Curricular Supervisionado I 120 horas
	Total C.H. 300 aulas	Total C.H. 300 aulas	Total C.H. 390 aulas
Total da carga horária do primeiro ano: 990 horas			

	Alternância VII	Alternância VIII	Alternância IX
ANO 3	Plano de Estudo VII 15 aulas	Plano de Estudo VIII 15 aulas	Plano de Estudo IX 15 aulas
	Prática de Ensino IV 60 aulas	Prática de Ensino V 60 aulas	Práticas de Ensino VI 60 aulas
	Sociologia e Extensão Rural I 45 aulas	Associativismo e Cooperativismo I 30 aulas	Estatística Aplicada 30 aulas
	Culturas de Ciclo Longo II 30 aulas	Sociologia e Extensão Rural II 30 aulas	Economia e Administração Rural II 30 aulas
	Culturas de Ciclo Curto III 30 aulas	Economia e Administração Rural I 30 aulas	Sociologia e Extensão Rural III 30 aulas
	Zootecnia Aplicada II 30 aulas	Entomologia 45 aulas	Nutrição e Forragem 30 aulas
	Anatomia e Fisiologia Animal II 30 aulas	Fisiologia Vegetal 45 aulas	Associativismo e Cooperativismo II 45 aulas
	Metodologia do Trabalho Científico VI 30 aulas	Políticas Públicas para o Campo e Cidadania 30 aulas	Desenho Técnico e Construções Rurais 30 aulas
	Estágio Curricular Supervisionado II 120 aulas	Metodologia do Trabalho Científico VIII 30 aulas	Estágio Curricular Supervisionado III 120 aulas

	Total C.H. 390 aulas	Total C.H. 315 aulas	Total C.H. 390 aulas
Total da carga horária do primeiro ano: 1.095 horas			

	Alternância X	Alternância XI	Alternância XII
ANO 4	Plano de Estudo X 15 aulas	Plano de Estudo XI 15 aulas	Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem 45 aulas
	Prática de Ensino VII 60 aulas	Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem Vegetal 45 aulas	Microbiologia Agrícola e Fitopatologia 60 aulas
	Escola, Gestão e Currículo 30 aulas	Mecanização II 45 aulas	Higiene e Inspeção Sanitária 60 aulas
	Sociologia da Educação 45 aulas	História da Educação 45 aulas	Língua Brasileira de Sinais 60 aulas
	Psicologia da Educação 45 aulas	Políticas Educacionais 45 aulas	Fundamentos de Geotecnologia 60 aulas
	Filosofia da Educação 45 aulas	Zoologia Geral 30 aulas	
	Didática Geral 30 aulas	Topografia 45 aulas	
	Mecanização I 30 aulas	Estágio Curricular Supervisionado IV 120 aulas	
	Total C.H. 300 aulas	Total C.H. 390 aulas	Total C.H. 285 aulas

Total da carga horária do primeiro ano: 975 horas

Total geral do Curso	3.960
<i>SE = Sessão Escolar</i>	1.960
<i>ESP = Estadia Socioprofissional</i>	2.000
Estágio Curricular Supervisionado	480
Práticas de Ensino-aprendizagem por Alternância	420
Atividades acadêmico-científicas e culturais	200
Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica	100

9.2. Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR GERAL ORGANIZADA POR ALTERNÂNCIAS					
Todas disciplinas obrigatórias					
ANO 1					
Ano	Alternância	Áreas de Conhecimentos – Disciplinas	Carga horária*		
			SE**	ESP***	Total
1	I	Plano de Estudo I	8	7	15
		Introdução às Ciências Agrárias	12	18	30
		Prática de Ensino e aprendizagem por alternância I	20	10	30
		Metodologia do Trabalho Científico I	16	14	30
		Leitura, Produção e Interpretação de Textos I	30	15	45
		Física Aplicada	30	15	45
		Química Orgânica	30	15	45
		Informática Aplicada I	20	40	60
		Total parcial da I Alternância	166	134	300

1	II	Plano de Estudo II	8	7	15
		Prática de Ensino e aprendizagem por alternância II	20	25	45
		Tópicos em Educação do Campo	30	15	45
		Metodologia do Trabalho Científico II	10	20	30
		Química Geral Inorgânica	30	15	45
		Planejamento e Projetos I	20	25	45
		Leitura, Produção e Interpretação de Textos II	24	6	30
		Informática Aplicada II	24	21	45
		Total parcial da II Alternância	166	134	300
1	III	Plano de Estudo III	8	7	15
		Prática de Ensino e aprendizagem por alternância III	20	25	45
		Antropologia das Sociedades Indígenas e Afrodescendentes	30	15	45
		Bioquímica	30	15	45
		Pedagogia da Alternância	24	21	45
		Matemática Aplicada	30	15	45
		Metodologia do Trabalho Científico III	8	22	30
		Planejamento e Projetos II	16	14	30
		Total parcial da III Alternância	166	134	300
Total do primeiro ano			498	402	900
ANO 2					
Ano	Alternância	Áreas de Conhecimentos – Disciplinas	Carga horária*		
			SE**	ESP***	Total
2	IV	Plano de Estudo IV	8	7	15

		Prática de Ensino I	0	60	60
		Agroecologia I	40	5	45
		Tecnologia de Produção de Sementes e Armazenagem	28	17	45
		Gênese, Morfologia e Classificação do Solo	16	14	30
		Educação Ambiental	24	6	30
		Metodologia do Trabalho Científico IV	20	10	30
		Planejamento e Projetos III	30	15	45
		Total parcial da IV Alternância	166	134	300
2	V	Plano de Estudo V	8	7	15
		Prática de Ensino II	0	60	60
		Agroecologia II	24	6	30
		Cultura de Ciclo Curto I	24	6	30
		Fertilidade do solo e Nutrição de Plantas	24	6	30
		Ambiente, Saúde e Segurança	20	10	30
		Sistemas Agroflorestais	24	21	45
		Irrigação, Produção de Água e Climatologia	24	6	30
		Metodologia do Trabalho Científico V	22	8	30
		Total parcial da V Alternância	170	130	300
2	VI	Plano de Estudo VI	8	7	15
		Prática de Ensino III	0	60	60
		Culturas de Ciclo Curto II	20	10	30
		Culturas de Ciclo Longo I	24	21	45

		Anatomia e Fisiologia Animal I	24	6	30
		Zootecnia Aplicada I	20	10	30
		Genética (Mendeliana e Molecular)	24	6	30
		Metodologia do Trabalho Científico VI	20	10	30
		Estágio Curricular Supervisionado I	20	100	120
		Total parcial da VI Alternância	160	230	390
Total do segundo ano			492	498	990
ANO 3					
Ano	Alternância	Áreas de Conhecimentos - Disciplinas	Carga horária*		
			SE**	ESP** *	Total
3	VII	Plano de Estudo VII	8	7	15
		Prática de Ensino IV	0	60	60
		Sociologia e Extensão Rural I	24	21	45
		Culturas de Ciclo Longo II	24	6	30
		Culturas de Ciclo curto III	24	6	30
		Zootecnia Aplicada II	24	6	30
		Anatomia e Fisiologia Animal II	20	10	30
		Metodologia do Trabalho Científico VII	16	14	30
		Estágio Supervisionado II	20	100	120
		Total parcial da VII Alternância	160	230	390
3	VIII	Plano de Estudo VIII	8	7	15
		Prática de Ensino V	0	60	60
		Associativismo e Cooperativismo I	20	10	30
		Sociologia e Extensão Rural II	20	10	30

		Economia e Administração Rural I	20	10	30
		Entomologia	30	15	45
		Fisiologia Vegetal	30	15	45
		Políticas Públicas para o Campo e Cidadania	16	14	30
		Metodologia do Trabalho Científico VIII	14	16	30
		Total parcial da VIII Alternância	166	149	315
3	IX	Plano de Estudo IX	8	7	15
		Prática de Ensino VI	0	60	60
		Estatística Aplicada	20	10	30
		Economia e Administração Rural II	20	10	30
		Sociologia e Extensão Rural III	20	10	30
		Nutrição e Forragem	24	6	30
		Associativismo e Cooperativismo II	24	21	45
		Desenho Técnico e Construções Rurais	24	6	30
		Estágio Supervisionado III	20	100	120
		Total parcial da IX Alternância	160	230	390
Total do terceiro ano			486	609	1.095
ANO 4					
Ano	Alternância	Áreas de Conhecimentos - Disciplinas	Carga horária*		
			SE**	ESP** *	Total
4	X	Plano de Estudo X	8	7	15
		Escola, Gestão e Currículo	24	6	30
		Prática de Ensino VII	0	60	60
		Sociologia da Educação	24	21	45

		Psicologia da Educação	30	15	45
		Filosofia da Educação	30	15	45
		Didática Geral	20	10	30
		Mecanização I	24	6	30
		Total parcial da X Alternância	160	140	300
4	XI	Plano de Estudo XI	8	7	15
		Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem Vegetal	24	21	45
		Mecanização II	20	25	45
		História da Educação	20	25	45
		Políticas Educacionais	20	25	45
		Zoologia Geral	20	10	30
		Topografia	30	15	45
		Estágio Supervisionado IV	20	100	120
		Total parcial da XI Alternância	160	230	390
4	XII	Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem Animal	30	15	45
		Microbiologia Agrícola e Fitopatologia	40	20	60
		Higiene e Inspeção Sanitária	30	30	60
		Língua Brasileira de Sinais	30	30	60
		Fundamentos de Geotecnologia	30	30	60
		Total parcial da XII Alternância	160	125	285
Total do quarto ano			480	495	975
Total geral do Curso			1.960	2.000	3.960

Legenda:

* Carga horária = hora relógio

** SE: Sessão Escolar

*** ESP: Estadia socioprofissional

Observação: Carga horária complementar:

Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais – AACC (não inclui na soma geral)	200
Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica (= Trabalho de conclusão de curso - TCC)	100

9.3. Pressupostos da construção da Matriz Curricular do LECCA

Para atender ao perfil de egresso desejado, a Matriz Curricular do LECCA, foi construída de forma participativa, ouvindo as bases das EFAs, quais sejam: educadores/as; diretores/as (equipe pedagógica regional – EPR); agricultores, dirigentes das Associações EFAs, dirigentes da AMEFA e a Equipe técnica da AMEFA.

A matriz foi estruturada com base nos princípios e práticas definidos a partir das seguintes questões/desafios:

- A. A **realidade da escola do campo**, em especial das EFAs com sua forma de organizar, gerir o processo educativo, com suas necessidades, desafios e perspectivas;
- B. A **necessidade de formar um educador do campo e da alternância** com perfil para atuar em contextos da agricultura familiar com todas as suas diversidades e desafios;
- C. As **proximidades e distanciamentos do Projeto Político Pedagógico** com os sujeitos do campo; compreensões a serem desenvolvidas, ações a serem implementadas para atender de fato e de direito as necessidades dos povos do campo, nas escolas do campo, em particular nas EFAs;
- D. A **compreensão psicossocial nos processos de ensinar e aprender** nos contextos da educação do campo;

- E. Os **processos educativos e formativos que precisam ser mobilizados** e vivenciados no percurso formativo a adotar.

Estas questões/desafios orientam o itinerário formativo que se pretende adotar no PPPC-LECCA para que, de fato, o Curso atenda o perfil de educador do campo e da Alternância. Por isso, o PPPC deverá estar aberto para avaliações e ajustes às necessidades de cada momento e de cada coletivo interessado nesta formação.

9.4. Eixos estruturadores da matriz do LECCA

A estrutura curricular do LECCA é inter, multi e transdisciplinar. Ela está arquitetada em três eixos:

- Eixo Formação em Ciências da Educação
- Eixo Formação na Área
- Eixo Formação integradora

9.4.1. Eixo de Formação em Ciências da Educação

O Eixo de formação em ciências da educação se refere aos ESTUDOS BÁSICOS, ou seja, os fundamentos da educação na área das ciências humanas e sociais; teorias pedagógicas; gestão escolar; filosofia; psicologia; história da educação e políticas educacionais; educação do campo; pedagogia da alternância; planejamento e projetos; leitura, interpretação e produção de textos; estatística aplicada; informática; antropologia das sociedades indígenas e afrodescendentes; sociologia e língua brasileira de sinais. Este eixo articula com os demais eixos, numa perspectiva interdisciplinar.

Componentes Curriculares do Eixo Formação em Ciências da Educação:

- Leitura, Produção e Interpretação de Textos I e II
- Filosofia da Educação
- Sociologia da Educação
- Didática Geral

- Psicologia da Educação
- Informática aplicada I e II
- Estatística aplicada
- Pedagogia da Alternância
- Tópicos em Educação do Campo
- Antropologia das Sociedades indígenas e afrodescendentes
- Língua brasileira de sinais
- História da Educação
- Políticas Públicas e Educacionais
- Escola, gestão e currículo

9.4.2. Eixo de Formação na Área

O eixo de formação na área corresponde aos ESTUDOS ESPECÍFICOS na área das ciências agrárias. Ele agrega as áreas de conhecimento da produção vegetal, produção animal; infraestrutura agrícola; produção agroindustrial; economia; administração; organização social e produtiva na agricultura familiar, comercialização e agroecologia; sociologia e extensão rural.

Componentes Curriculares do Eixo Formação na Área:

- Introdução às Ciências Agrárias
- Olericultura
- Segurança do Trabalho
- Políticas Públicas para o Campo e Cidadania
- Fertilidade do solo e Nutrição de Plantas
- Genética, Anatomia e Fisiologia Vegetal
- Culturas de Ciclo Curto I, II
- Culturas de Ciclo Longo I, II e III
- Zootecnia aplicada I
- Nutrição e Forragem
- Genética, Anatomia e Fisiologia animal I, II

- Zootecnia aplicada I e II
- Manejo e gestão de sistemas agroflorestais
- Química Organica
- Economia e Administração Rural I e II
- Zoologia
- Matemática aplicada
- Física aplicada
- Associativismo e Cooperativismo I e II
- Tecnologia de Produção de Sementes e armazenagem
- Educação ambiental
- Mecanização I e II
- Desenho Técnico e Construções Rurais
- Entomologia
- Agroecologia I e II
- Irrigação, produção de água e climatologia
- Química Geral Inorgânica
- Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal I e II
- Bioquímica
- Topografia
- Microbiologia Agrícola e Fitopatologia
- Higiene e inspeção sanitária
- Geoprocessamento
- Sociologia e Extensão Rural I, II e III

A Agroecologia será desenvolvida não somente com uma matriz tecnológica de produção agropecuária, na perspectiva da sustentabilidade dos agroecossistemas, mas como uma ciência que visa também aspectos da organização social, econômica, política, cultural e atentar para as relações de equidade de gênero, de geração, questões étnico raciais etc. Um movimento complexo que deverá transitar de forma transversal, dando um viés ecológico, sistêmico, holístico ao processo da formação. Neste currículo, o eixo dos

estudos específicos devem articular com os demais eixos da formação pedagógica, sobretudo dos estudos vivenciais, integradores.

9.4.3. Eixo de formação integradora

O eixo de formação integradora busca promover a interdisciplinaridade entre o conjunto das disciplinas previstas na matriz curricular, a relação teoria e prática integrando atividades do tempo-espço da Sessão Escolar no IF com os tempos-espços das Estadias socioprofissionais.

O principal instrumento da ligação entre as disciplinas e entre estudo acadêmico e vivência no mundo do trabalho é o Plano de Estudo, incluído como uma disciplina para todas as alternâncias. Mas, além do Plano de Estudo outros componentes curriculares vão compor este eixo, reforçando a inter e a transdisciplinaridade.

Componentes Curriculares do Eixo Formação Integradora:

- Plano de Estudo
- Estágio Curricular Supervisionado
- Prática de Ensino
- Metodologia do Trabalho Científico
- Planejamento e Projetos I, II e III
- Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica (= Trabalho de Conclusão de Curso - TCC).

Estes componentes curriculares são centrais na instrumentalização das alternâncias, mediando a integração SE e ESP; estudo e trabalho; escola e vida; teoria e prática; como também na articulação da interdisciplinaridade, na medida em que viabilizam a realização objetiva das atividades de onde emergem os processos de construção do conhecimento, na dinâmica da alternância.

Os componentes deste eixo são estratégicos para que o processo formativo dos estudantes integre como consequência praxica a progressiva transformação da escola do campo e dos processos organizativos das comunidades onde essas escolas se inserem, objetivos maiores do LECCA. O

Plano de Estudo constitui na estratégia de integração das sequências de alternâncias e o Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica constitui o tema transversal, articulador e integrador de todo o Curso. Metodologia do Trabalho Científico e Planejamento e Projetos são componentes que devem trabalhar de forma articulada para potencializar o Projeto de Intervenção.



Figura 01. Eixos Formadores do LECCA

9.5. Temáticas da diversidade

A matriz LECCA contempla as temáticas da diversidade, conforme a seguir:

As relações Étnico-raciais e a cultura afro-brasileira e indígena serão discutidas na disciplina: Antropologia das Sociedades indígenas e afrodescendentes.

Língua brasileira de sinais - A disciplina Língua brasileira de sinais será ofertada no quarto ano do curso, conforme matriz curricular e abordará os seguintes conteúdos: Vocabulário de Língua Brasileira de Sinais. Tópicos sobre a cultura e identidade surda. Uso de expressões faciais gramaticais e afetivas. Estrutura da frase. Aspectos linguísticos da LIBRAS. Processo de aquisição da língua observando suas especificidades e as diferenças entre Língua brasileira de sinais/ PORTUGUÊS

Educação Ambiental - Esta disciplina será tratada de forma integrada com as demais disciplinas de Agroecologia; Política e Legislação Ambiental; Tecnologia de Produção de Sementes e Armazenagem; Ambiente, Saúde e Segurança; Sistemas Agroflorestais; Gênese, Morfologia e Classificação do Solo; Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas; Irrigação, Produção de Água e Climatologia e Sociologia e Extensão Rural. Além do mais, será trabalhada, com base nos princípios da Agroecologia, nas disciplinas da formação específica em Ciências Agrárias, quais sejam aquelas ligadas à produção vegetal, animal e agroindustrial.

Educação em Direitos Humanos - A Educação em direitos humanos será abordada como parte de conteúdos programáticos nas disciplinas: Escola e Educação do Campo, Política e Legislação Agrária e Filosofia da Educação. Em Educação do Campo a temática será tratada como atividade de pesquisa para a estadia socioprofissional com enfoque no direito à educação contextualizada e cidadania plena no campo. Em Política e Legislação Agrária, a temática será focada no direito fundamental à terra. Em filosofia da educação a temática será tratada com a seguinte proposta ementária: a gênese histórica dos direitos humanos; o conceito de direitos humanos no pensamento jusnaturalista moderno; a positivação dos direitos humanos no constitucionalismo moderno; os direitos humanos no direito internacional contemporâneo; a fundamentação dos direitos humanos e a crítica ao conceito de direitos humanos.

Práticas de Ensino - Enquanto componente curricular está prevista na organização curricular do LECCA e seu desenvolvimento a relaciona continuamente aos fundamentos científicos e tecnológicos das Ciências Agrárias, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilita ao estudante enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente. Integra a carga horária mínima da habilitação profissional de nível superior, em cumprimento à Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que determina 400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso.

Serão 420 horas distribuídas em sete módulos, ou sete alternâncias, com 60 horas cada, visando a integração de teoria e prática subsidiando, sobretudo,

os Estágios Supervisionados. As atividades das Práticas de Ensino desenvolvidas em cada módulo serão definidas pelo seu conjunto de disciplinas.

9.6. Atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa

A administração central do IFSULDEMINAS, por meio das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, assim como os Departamentos Acadêmicos sediados no *Campus* Inconfidentes, deverão incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão, de modo que a formação seja potencializada e com isso as competências dos estudantes sejam enriquecidas, ampliando também os saberes e competências docentes. Para tanto, os estudantes serão estimulados a participar e organizar congressos, seminários, fóruns ou outros eventos em âmbito local, regional, nacional e internacional. Convém ressaltar a necessidade de que os programas de monitoria das disciplinas de formação específica, assim como, os projetos de extensão sejam ampliados, pois desempenham importante papel nas atividades de inserção dos educandos nas atividades pertinentes ao curso.

O LECCA buscará oportunizar atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados à Educação do campo e à Pedagogia da Alternância, por meio de:

- Linhas e Projetos de Extensão

A extensão deve ser considerada um princípio pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias, privilegiando programas e projetos concebidos de maneira participativa e dialogada com as temáticas relacionadas à Educação do Campo, a Pedagogia da Alternância e a Agroecologia. Para viabilizar e fortalecer a extensão, o Colegiado do curso envidará esforços para aprovação do **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID Diversidades** que tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo.

A pesquisa e a extensão sendo processos interativos e confluentes deverão estimular formas e mecanismos que assegurem ao docente pesquisador ou extensionista carga horária, infraestrutura para execução dos

programas ou projetos, especialmente, aqueles que oportunizem ao estudante bolsas de formação.

Por se tratar de um Curso em Alternância, esta estratégia pedagógica é fortalecida quando ocorrem estes Projetos de Extensão, ou seja, a Extensão é necessária para uma boa prática de Alternância, pois ela ocorre numa lógica de Extensão permanente, por isso, ela cria um ambiente favorável à Extensão e ao mesmo tempo ela se fortalece com a efetiva realização desta atividade.

- Linhas e Projetos de Pesquisa

O Colegiado de Curso, contextualizado com as necessidades regional e nacional, poderá propor linhas de pesquisas na área das Ciências Agrárias, especialmente Educação do Campo; Pedagogia da Alternância (EFAs); Experiências de Agroecologia, de Produção e Certificação Orgânica; Diversidade Cultural no Campo; Organizações Sociais do Campo no Brasil e em Minas; Povos do Campo; Questões Agrárias; Reforma Agrária; Políticas Públicas para o Campo; Juventude Rural e Sucessão em Minas Gerais; Questões de Gênero o Campo; Relações Étnico-Raciais; A vida e a convivência como Semiárido em Minas; Conservação ambiental, com ênfase em solo e água; Clima; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Territorial; Sustentabilidade; Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional; Economia Popular Solidária; Movimentos Sociais; A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; A Extensão Rural no Ensino das Ciências Agrárias, entre outras, emanadas do Colegiado de Curso e do Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI.

10. EMENTÁRIO

ANO 1 PRIMEIRA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo I
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	Análise da prática do/a educador/a como animador/a das relações na formação por Alternância Funções do(a) educador(a) da alternância; relações com o coletivo pedagógico; relações com o coletivo dos estudantes e animação da vida de grupo na EFA; relações com as famílias e comunidades; relações com a associação EFA e a animação associativa; relações com mestres de estágio; lideranças, profissionais, movimentos sociais, poder público etc.
Referencial básico	<p>CALVÓ, P.P. MARIRRODRIGA, R.G. Os formadores e a a estrutura educativa. In: Movimento dos CEFFAs no Mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. p.70-83.</p> <p>GIMONET, J.C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.</p> <p>NOSELLA, P. Militância e Profissionalismo na educação do homem do campo. In. Revista da Formação por Alternância. Brasília: Unefab. ano 2, n.4, 2007, p. 5-18.</p>
Referencial complementar	<p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a Prática Educativa. Rio de Janeiro: Paz Terra, 54p. Disponível em http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Pedagogia-da-Autonomia.pdf.</p> <p>GIMONET, J-C. Perfil, estatuto e funções dos monitores. In: FREIRE, P. Pedagogia da Alternância, Alternância e Desenvolvimento. 2. ed. Primeiro Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil. Salvador: 03 a 05 de novembro de 1999. p. 124 a 131.</p> <p>PERRENOUD, P. Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar. Porto Alegre: Porto Ed., 1995.</p> <p>PAIVA, A.T. História indígena na sala de aula. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.</p> <p>SILVA, A.L.; GRUPIONI, L.D.B. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.</p>

	Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.
--	----------------------------------

Área de Conhecimento	Introdução às Ciências Agrárias
Carga horária:	SE: 12 + ESP: 18 = 30
Ementa	Apresentação da disciplina, seus objetivos e o programa geral. Perfil profissional. Informação profissional (áreas de atuação e desempenho profissional, as exigências de formação e de conduta, perspectivas). A profissão do Licenciado em Ciências Agrárias: atribuições, regulamentações, inserção social, Mercado de trabalho, ética profissional. Agricultura, desenvolvimento e meio ambiente. Noções sobre a evolução recente e a realidade atual da agricultura e da zootecnia brasileira e Mineira. Histórico da ciência agrária. Estrutura do Curso (currículo, linhas curriculares e a metodologia de funcionamento por alternâncias, as atividades na Sessão Escola e Atividades na Estadia Socioprofissional).
Referencial básico	BORDENAVE, J. Extensão Rural: Modelos e Métodos . Rio de Janeiro: UFRRJ, 1995. EHLERS, E. Possíveis Veredas da Transição à Agricultura Sustentável . Agricultura Sustentável. Jaguariúna: Embrapa. Jul/Dez, 1995. WHITE, R.E. Princípios e práticas da ciência do solo: o solo como um recurso natural . 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009.
Referencial complementar	ARAÚJO, PF.C. Desenvolvimento da agricultura . São Paulo: Pioneira, 1975. BATALHA, M.O. Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional . Jaboticabal: Novos Talentos, 2005. MATIELO, J.B. Cultura de café no Brasil: manual de recomendações . Varginha: Fundação Procafé, 2010. REICHARDT, Klaus. A água em sistemas agrícolas . São Paulo: Manole, 1990. MAZOYER, M; ROUDART, L. História das Agriculturas do Mundo . Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Área de Conhecimento	Práticas de Ensino e Aprendizagem por Alternância I
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Aprender e ensinar em alternância – relação educação e trabalho, teoria e prática – ação-pesquisa-formação. O método da aula em alternância. Introdução aos componentes e mediadores de uma formação por alternância: Instrumentos Pedagógicos da Alternância. A

	organização do currículo por alternância.
Referencial básico	<p>BEGNAMI, J.B et al. Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs. In: ANTUNES-ROCHA, M.I., MARTINS, M.F.A., MARTINS, A.A. (Org.). Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5).</p> <p>GIMONET, J.C.; CALVÓ, P.P. Aprendizagens por Alternância. In: BEGNAMI, J.B.; DE BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 137-165.</p>
Referencial complementar	<p>BEGNAMI, J.B.; DE BURGHGRAVE, T. Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. (Org). Orizona/GO: UNEFAB, 2013. (Coleção Agir e Pensar das EFAs do Brasil).</p> <p>CALVÓ, P.P. MARIRRODRIGA, R.G. Movimento dos CEFFAs no Mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.</p> <p>NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória – ES: EDUFES. 2013.</p> <p>SILVA, L.H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa: Editora a UFV, 2003.</p> <p>UNEFAB. Plano de Formação. Dossiê da Formação Inicial. Módulo IV. Brasília, 2003.</p>

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico I
Carga horária:	SE: 16 + ESP: 14 = 30
Ementa	Os tipos de conhecimentos, os métodos de pesquisa, os tipos de pesquisa, etapas básicas da metodologia, o texto, normas técnicas de apresentação conforme a ABNT, considerações sobre projetos. Introdução à elaboração do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica na Escola, a partir de diagnóstico participativo.
Referencial básico	<p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [ebook].</p>

Referencial complementar	<p>FRANÇA, J.L. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.</p> <p>GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MEDEIROS, J.B. Redação científica: a pratica de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SAMPIERE, H.R.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.</p> <p>SILVA, A.M. Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. Uberlândia: EFU, 2008.</p>
--------------------------	---

Área de Conhecimento	Leitura, Produção e interpretação de textos I
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	O processo de comunicação oral; Atualização Gramatical. Interpretação e Produção de textos. Utilizar o Caderno da Realidade como material didático de registros das atividades, a ser organizado ao longo do Curso. Introdução ao Memorial da História de Vida.
Referencial básico	<p>BORDENAVE, J.E.D. O que é comunicação. São Paulo: Nova Cultura Brasiliense, 1988.</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.</p> <p>FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam / Paulo Freire. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4) (disponível na internet)</p>
Referencial complementar	<p>BLISTEIN, I. Técnicas de Comunicação Escrita. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>FÁVERO, L.L. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1991.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Indignação. São Paulo: Editora UNESP, 2000. (disponível na internet).</p> <p>MARTINS, D.S.; ZILBERNOP, N.S. Português Instrumental. Porto Alegre: Sagra, 1994.</p> <p>GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.</p>

Área de Conhecimento	Física aplicada
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Cinemática. Dinâmica. Conservação da energia. Sistemas de partículas. Rotação e rolamento. Temperatura. Calor. Leis da termodinâmica. Teoria Cinética dos gases. Eletrostática. Corrente elétrica. Circuitos de correntes contínuas. Magnetismo. Circuitos de corrente alternada.
Referencial básico	HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física: mecânica . Volume 1. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. HEWITT, P.G. Fundamentos de física conceitual . Porto Alegre: Bookman, 2009. NUSSENZVEIG, H.M. Curso de física básica 1: mecânica . 5. ed. São Paulo: Blucher, 2013.
Referencial complementar	ALAOR, C. Física Básica: mecânica . Rio de Janeiro: LTC, 2007. CAMPUS, A.A.G. Física Experimental Básica na Universidade . 2 Belo Horizonte: UFMG, 2008. HALLIDAY, D. Fundamentos de Física: mecânica . volume 1. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. TIPLER, P.A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros: mecânica, oscilações e ondas termodinâmica . volume 1. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. TOLEDO, R.N. Os Fundamentos da Física 1: parte I, II e III . 10. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

Área de Conhecimento	Química orgânica
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Introdução à Química Orgânica. Nomenclatura e propriedades físicas das principais funções orgânicas. Estereoquímica. Intermediários em Química Orgânica. Efeitos Eletrônicos. Propriedades Químicas: Acidez e basicidade de funções orgânicas. Mecanismos dos diferentes tipos de reações orgânicas. Interações de produtos químicos no ambiente.
Referencial básico	MCMURRY, J.; COMBO. Química orgânica . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. PERUZZO, F.M; CANTO, E.L. Química na abordagem do cotidiano: química orgânica . volume 3: 4. ed. São Paulo: MODERNA, 2006. SOLOMONS, T.W.G. Química orgânica . volume 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Referencial complementar	CARVALHO, G.C. Iniciação à Química orgânica moderna. São Paulo: Nobel, 1977.
	NEHMI, V.A. Química: química orgânica. São Paulo: Ática, 1993.
	SARDELLA, A.; MATEUS, E. Curso de química: química orgânica. volume 3. 8. ed. São Paulo: Atica, 1991.
	YOSHINAGA, S.; FELTRE, R. Química orgânica. São Paulo: LTDA, 1973.
	CAREY, F.A. Química orgânica. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. xxvii, 728-1228 p. (2). ISBN 978-85-63308-89-4 (enc.).

Área de Conhecimento	Informática Aplicada I
Carga horária:	SE: 20 e ESP: 40 = 60
Ementa	Sistema Operacional Windows XP. Suíte de aplicativos BrOffice. Funcionalidades do software de edição de textos Writer. Funcionalidades do software de planilhas eletrônicas Calc. Introdução à Informática e a Sistemas Operacionais. Uso de processadores de texto. Uso de planilhas eletrônicas.
Referencial básico	MANZANO, A.L.N.G. Estudo dirigido de informática básica. 7 São Paulo: Érica, 2007. NEGUS, C. Linux: a bíblia edição especial. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010 NORTON, P. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.
Referencial complementar	CARDOSO, A.S. Desvendando os segredos do linux: comandos e serviços. Rio de Janeiro: Brasport, 2004. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34, 1993. MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P.A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2005. MONKARZEL, F.; SOMA, N. Introdução à Ciência da Computação. São Paulo: Elsevier, 2008. VASCONCELOS, L. Hardware na prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Laércio Vasconcelos Computação, 2009.

ANO 1
SEGUNDA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo II
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	<p>A EFA como centro de referência da agricultura familiar sustentável - Dados históricos, sujeitos, descrição da equipe, dos estudantes, dos egressos, da infra-estrutura, dos equipamentos, propriedade, parceiros formativos, parceiros financeiros, pontos fortes e fracos da EFA. Relação Escola-família-comunidade</p> <p>Visão (representações sociais) das famílias, dos estudantes, das lideranças, dos movimentos sociais e do poder público sobre a EFA.</p>
Referencial básico	<p>ARIÉS, P. A família. In: ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap. 3.</p> <p>KALOUSTIAN, S.M.(Org.). Família brasileira: a base de tudo. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 1998.</p> <p>SPÓSITO, M.P. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, J.B. (Org.). Gestão democrática. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 45-56.</p>
Referencial complementar	<p>BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.</p> <p>POLÔNIA, A.C; DESSEN, M.A. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v.9, n.2, p. 303-312, dez. 2005.</p> <p>TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>VENOSA, S.S. Direito civil: direito da família. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 6.</p> <p>VARANI, A. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. I: Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v.91, n.229, p.511-527, set./dez. 2010.</p>

Área de Conhecimento	Práticas de Ensino e Aprendizagem por Alterância II
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 25 = 45
Ementa	A organização do currículo por alternância. O Plano de Formação. Conceitos, conteúdos, finalidades, metodologia de construção participativa.
Referencial básico	<p>GIMONET, J.C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.</p> <p>GIMONET, J.C.; CALVÓ, P.P. Aprendizagens por Alternância. In: BEGNAMI, J.B.; BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 137-165.</p> <p>NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória – ES: EDUFES. 2013.</p>
Referencial complementar	<p>BEGNAMI, J.B et al. Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs. In: ANTUNES-ROCHA, M.I., MARTINS, M.F.A., MARTINS, A.A. (Org.). Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5).</p> <p>MARTINS, M.F.A., MARTINS, A.A. (Org.). Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5).</p> <p>BURGHGRAVE, T. Vagabundos, não Senhor Cidadãos brasileiros e planetários: uma experiência educativa pioneira do campo. Orizona: GO: UNEFAB, 2011. (Coleção agir e pensar das EFAs do Brasil).</p> <p>QUEIROZ, J.B.P. O Estado da Arte da Alternância no Brasil. In: BEGNAMI, J.B.; BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p.137-165.</p> <p>UNEFAB. Plano de Formação. Dossiê da Formação Inicial. Módulo IV. Brasília, 2003.</p>

Área de Conhecimento	Tópicos em Educação do Campo
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Educação do campo: concepções e conceitos. Trabalho, educação e desenvolvimento sustentável. Características

	<p>sociais, políticas e econômicas do campo brasileiro. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do campo. Movimentos sociais do campo: história e lutas pela educação do campo. Fundamento e princípio da educação do campo. Organização do trabalho pedagógico e práticas pedagógicas da educação do campo. Educação do Campo e Políticas Públicas; Educação do Campo e marcos normativos.</p>
Referencial básico	<p>ANTUNES-ROCHA, M.I. et al. Tempo Escola e Tempo Comunidade: Territórios educativos na Educação do Campo. In: Territórios educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidades e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.21-33, (Coleção Caminhos da Educação do Campo;5).</p> <p>ARROYO, M., CALDART, R.; MOLINA, M.C. (Orgs) Por uma educação do campo. Vozes Petrópolis,RJ 2004.</p> <p>CALDART, R.S. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M.C. Educação do campo e pesquisa II. Questões para, 2010.</p>
Referencial complementar	<p>CALDART, R.S. Sobre Educação do Campo. In: SANTO, C.A. dos. (org.). Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília, INCRA/MDA, 2008, p.67-86.</p> <p>Documento II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. In: Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação UFG, 29 (2): 283-293, jul./dez., 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.</p> <p>MUNARIM, A. Educação do Campo: uma construção histórica. Revista da Formação por Alternância. Ano 6, n. 11. Brasília: UNEFAB, 2011, p. 6-12.</p> <p>VENDRAMINI, C.R. A Educação do Campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010, p. 127-135.</p> <p>VENDRAMINI, C.R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, 2007.</p>

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico II
Carga horária:	SE: 10 + ESP: 20 = 30
Ementa	Motivação para a elaboração do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica na escola. Passo a passo para a elaboração do Projeto.

Referencial básico	<p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [ebook].</p>
Referencial complementar	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação: NBR 6029. São Paulo: ABNT, 2006. 10p.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Projeto de Pesquisa – Apresentação: NBR 15287. São Paulo: ABNT, 2005. 6p.</p> <p>CERVO, A.; BERVIAN, P. A; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>RUIZ, J.A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SILVA, J.M.; SILVEIRA, E.S. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.</p>

Área de Conhecimento	Química Geral Inorgânica
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Introdução ao estudo da química, Substância químicas, Introdução ao conceito de reação química, átomos e moléculas, Introdução à estrutura atômica, A tabela periódica dos elementos, Ligações químicas, Geometria molecular, Condutividade elétrica de soluções aquosas, Princípios da química inorgânica, Reações inorgânicas, Mol, Comportamento físico dos gases.
Referencial básico	<p>PERUZZO, F.M; CANTO, E.L. Química na abordagem do cotidiano. volume 1, 2 e 3: química geral e inorgânica. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.</p> <p>PETER, A.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p> <p>ROZENBERG, I.M. Química geral. São Paulo: Blucher, 2002.</p>
Referencial complementar	AICHINGER, E.C. Química Básica 1 . São Paulo: EPU, 1980.

	<p>MORTIMER, E.F. Química. Volume Único: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2005.</p> <p>PERUZZO, F.M. CANTO, E.L. Química: na abordagem do cotidiano. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>PERUZZO, T.M. Coleção base: química. São Paulo: Moderna, 1999.</p> <p>SARDELLA, A; MATEUS, E. Dicionário de química escolar. São Paulo: Ática, 1981.</p>
--	---

Área de Conhecimento	Planejamento e Projetos I
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 25 = 45
Ementa	Conceitos e tipos de projetos; Diagnósticos Participativos.
Referencial básico	<p>DUARTE, L.P. et al. Elaboração Participativa de Projetos: a comunidade com autonomia para decidir seus rumos. Belo Horizonte: AMEFA, Editora O Lutador, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>VERDEJO, M.E. Diagnóstico Rural Participativo – DRP. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.</p>
Referencial complementar	<p>BROSE, M. Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001.</p> <p>DEMO, P. Planejamento Participativo: Visão e Revisão. Fórum educacional Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 9 (2): 3-22. Periódico: abr/jun, 1985.</p> <p>MOURA, D.G.; BARBOSA, E.F. Trabalhando com Projetos. Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>SALAS, M.; TILMANN, T. Nosso Congresso. Manual de diagnóstico rural participativo para a extensão rural camponesa. Santiago de Puriscal. Costa Rica: PRODAF/GTZ, 1994.</p> <p>SOUZA, A.; VANINI, A. et al. Diagnóstico e Planejamento participativo: a construção de planos, programas, projetos e seus indicadores de acompanhamento. Terra Assessoria, Pesquisa e Desenvolvimento. Lavras/MG, 1998.</p>

Área de Conhecimento	Leitura, Produção e interpretação de textos II
----------------------	--

Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Leitura, compreensão e produção textual. O processo de comunicação escrita e digital. Linguagem. Atualização Gramatical. Gêneros textuais acadêmicas. Interpretação de produção de textos. Organização do Memorial de Vida no Caderno da Realidade. Socialização do Memorial.
Referencial básico	BORDENAVE, J.E.D. O que é comunicação . São Paulo: Nova Cultura Brasiliense, 1988. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo . 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
Referencial complementar	FREIRE, P. Pedagogia da Esperança . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (disponível na internet) FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (disponível na internet) FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia . 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (disponível na internet) FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. (disponível na internet). FÁVERO, L.L. Coesão e coerência textuais . São Paulo: Ática, 1991.

Área de Conhecimento	Informática aplicada II
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	Elaboração de apresentações de Slides; Sistemas de Informação aplicado às Ciências Agrárias; Internet e aplicações. As TIC's e sua influência na educação. A importância das novas tecnologias na formação do professor.
Referencial básico	CHAVES, E.O.C. Tecnologia e educação : o futuro da escola na sociedade da informação. Disponível em: < http://escola2000.net/futura/textosrefex/mec%20proinfo.pdf > Acesso em 15.03.2009. MORAES, R.A. Informática na educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2000. BARRETO, R.G. Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC . Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 271-286, jul./dez. 2003.

Referencial complementar	<p>ARAÚJO, J.C. O que o meu aluno faz nesse tal de Orkut? Vida Educação. Fortaleza: Brasil Tropical, ano 3, n.9, 2006, p. 29-32.</p> <p>FALKEMBACH, G.A.M. Concepção e desenvolvimento de material educativo digital. Revista Novas Tecnologias CINTED-UFRGS na Educação, Porto Alegre – RS, v.3, n.1, Maio de 2005.</p> <p>RAABE, A.L.A.; MARTINS, L.M.; ORTH, G.A.I. Ambiente para Produção de Material Didático baseado na utilização de Vídeos e Internet. Porto Alegre-RS: PUCRS, sem data.</p> <p>RIBEIRO, M.M.; ARAÚJO, J.C. “Tia, eu já escrevi o site “rotineio”. Agora é só apertar o enter?” O endereço eletrônico na sala de aula. In: ARAÚJO, J.C. (Org.). Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 165-178.</p> <p>SILVA, E.M.O. A webquest na internet: o novo material didático. Revista da FAE, Curitiba-PR, v.11, n.2, p.79-86, jul./dez. de 2008.</p>
--------------------------	---

ANO 1

TERCEIRA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo III
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	<p>Agricultura familiar, identidade, cultura, gênero e etnia Análise da agricultura familiar regional; contexto das famílias; tipos de agricultura familiar: subsistência, em consolidação, consolidada; identidade dos jovens estudantes, dos agricultores com a terra, com a agricultura familiar; manifestações culturais típicas; saberes e sabedorias populares; questões de gênero, participação das mulheres nas decisões sobre a produção, da gestão econômica; questões étnicorraciais nas EFAs e nas comunidades.</p>
Referencial básico	<p>CUNHA, M.C. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p> <p>HERNANDEZ, L.L.. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.</p> <p>PEREIRA, A.A.; MONTEIRO, A.M. (Org.). Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.</p>
Referencial complementar	<p>MUNANGA, K. (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, 1996.</p>

	<p>BERUTTI, F.; LISBOA, A.; SANTOS, I. Comunidades quilombolas: espaços de resistência. Belo Horizonte: RHJ, 2012.</p> <p>CUNHA, M.C. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.</p> <p>FUNARI, P.P.; PIÑON, A. A temática indígena na escola: subsídios para professores. São Paulo: Contexto, 2014.</p> <p>HISTÓRIA Geral da África. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção em 7 vol.).</p> <p>MATTOS, R.A. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2014.</p>
--	---

Área de Conhecimento	Práticas de Ensino e Aprendizagem por Alternância III
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 25 = 45
Ementa	Aprender e ensinar em alternância – A aula na Pedagogia da Alternância. Trabalho em equipe, As relações humanas nos processos formativos em alternância.
Referencial básico	<p>GIMONET, J.C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.</p> <p>GIMONET, J.C. e CALVÓ, P.P. Aprendizagens por Alternância. In: BEGNAMI, João Batista e DE BURGHGRAVE, Thierry (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 137-165.</p> <p>NOSELLA. Paolo. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória – ES: EDUFES. 2013.</p>
Referencial complementar	<p>BEGNAMI, João Batista et al. Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs. In: ANTUNES-ROCHA, M.I., MARTINS, M.F.A., MARTINS, A.A. (Org.). Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5).</p> <p>BURGHGRAVE, T. Vagabundos, não Senhor Cidadãos brasileiros e planetários: uma experiência educativa pioneira do campo. Orizona: GO: UNEFAB, 2011. (Coleção agir e pensar das EFAs do Brasil)</p> <p>QUEIROZ, J.B.P. Construção da Escola Família Agrícola. Brasília: Universidade de Brasília, 2004, Tese (Doutorado em Sociologia)</p>

	<p>SILVA, L.H. Novas faces da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo. In: BEGNAMI, J.B.; BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 167- 179.</p> <p>UNEFAB. Plano de Formação. Dossiê da Formação Inicial. Módulo II. Brasília, 2003.</p>
--	---

Área de Conhecimento	Antropologia das Sociedades indígenas e afrodescendentes
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Fundamentos da antropologia: antropologia como ciência. Conceitos básicos: etnocentrismo, relativismo, aculturação, endoculturação, exótico e familiar. Identidade, diferença e diversidade sociocultural. A cultura indígena no Brasil: aspectos da cultura indígena em Minas Gerais. Educação indígena. História da África e da escravização negra no Brasil. Culturas afrodescendentes no Brasil: história, movimentos sociais, resistências, Quilombos e Movimento Quilombola. Cidadania e políticas de ação afirmativa.
Referencial básico	<p>EVANS-PRITCHARD, E.E. Os Nuer. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.</p> <p>LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1996.</p> <p>LARAIA, R.B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.</p>
Referencial complementar	<p>BRANDÃO, C.R. O que é Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 2005.</p> <p>MALINOWSKI, B. Crime e Costume na Sociedade Selvagem. Brasília. Editora da UnB, 2008.</p> <p>MATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.</p> <p>MELLO, L.G. Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 2009</p> <p>OLIVEIRA, R.C. O índio e o mundo dos brancos. São Paulo: Ed. UnB, 1996.</p>

Área de Conhecimento	Bioquímica
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Estudo das estruturas, propriedades e funções dos principais constituintes químicos dos seres vivos envolvendo as variáveis energéticas dos processos de síntese, degradação,

	organização e interação destas substâncias.
Referencial básico	<p>CAMPBELL, M.K. Bioquímica. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>HARVEY, R.A. ; FERRIER, D.R. Bioquímica ilustrada. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p> <p>MARZZOCO, A.; TORRES, B.B. Bioquímica básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p>
Referencial complementar	<p>BERG, J.M.; STRYER, L. Bioquímica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008.</p> <p>CONN, E.E.; STUMPF, P.K. Introdução à Bioquímica. 4 São Paulo: Edgard Blucher, 1980.</p> <p>KOOLMAN, J.; RÖHM, K. Bioquímica: texto e atlas. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>NELSON, D.L.; COX, M.M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>VOET, D.; VOET, J.G.; PRATT, C.W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>

Área de Conhecimento	Pedagogia da Alternância
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	<p>Histórico: origens, sujeitos, organização, expansão, mundialização.</p> <p>Origens, organização e Expansão no Brasil. Conceitos, princípios, bases teórico-metodológicas, tipologias.</p> <p>A alternância no horizonte das teorias pedagógicas e da Educação do Campo, das Políticas Pública e dos marcos regulatórios.</p>
Referencial básico	<p>NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória: EDUFES.2013.</p> <p>QUEIROZ, J.B.P. O Estado da Arte da Alternância no Brasil. In: BEGNAMI, J.B.; BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 137-165.</p> <p>SOMMERMAN. Américo. Pedagogia da Alternancia e transdisciplinaridade. In: UNEFAB. Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento. 1º Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil. 1999.</p>

Referencial complementar	<p>SILVA, L.H. Novas faces da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo. In: BEGNAMI, J.B.; BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 167- 179.</p> <p>SILVA, L.H. As experiências de Formação de jovens do campo: Alternância ou Alternâncias? Viçosa/MG: Editora UFV, 2003.</p> <p>UNEFAB. Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Sustentável. 2º Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil. 2002.</p> <p>GIMONET, J.C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.</p> <p>MANFIO, J.A. Conscientização e Pedagogia da Alternância. In: UNEFAB. Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento. 1º Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil. 1999. p. 49 a 55.</p>
--------------------------	--

Área de Conhecimento	Matemática aplicada
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Proporção e aplicações. Expressões algébricas. Potências e Radicais. Funções de 1º e 2º Grau. Função Exponencial. Logaritmo. Trigonometria. Geometria espacial. Medida de área e volume.
Referencial básico	<p>IEZZI, G. MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar. v. 1. 9.ed. São Paulo: Atual Editora Ltda, 2004.</p> <p>IEZZI, G. DOLCE, O. MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar. v. 2. 9.ed. São Paulo: Atual Editora Ltda, 2004.</p> <p>IEZZI, G. DOLCE, O. MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar. v. 3. 9.ed. São Paulo: Atual Editora Ltda, 2004.</p>
Referencial complementar	<p>HAZZAN, S. Fundamentos de Matemática Elementar 5: combinatória e probabilidade. 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. 184 p</p> <p>IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar 6 :</p>

	<p>complexos polinômios, equações. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 250 p.</p> <p>DOLCE, O.; POMPEO, J.N. Fundamentos de matemática elementar 9: geometria plana. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 456 p.</p> <p>IEZZI, G; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D.M. Fundamentos de Matemática Elementar- volume 11: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2004. 232 p.</p> <p>CARVALHO, P.C.P. WAGNER, E.; MORGADO, A. A Matemática do Ensino Médio. v. 1. Rio de Janeiro: SBM, 1996. Coleção Professor de Matemática.</p>
--	--

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico III
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 22 = 30
Ementa	Passo a passo para a elaboração do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica - Socialização do primeiro esboço de projeto dos estudantes. Delimitação do tema, problema e problematização, questões, objetivos e justificativa.
Referencial básico	<p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E.C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [ebook].</p> <p>SAMPIERE, H. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.</p>
Referencial complementar	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Referências – Elaboração: NBR 6023. São Paulo: ABNT, 2002. 24 p.</p> <p>CERVO, A.; BERVIAN, P. A; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1983.</p> <p>RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p>

	<p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>SILVA, J. M.; SILVEIRA, E. S. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.</p>
--	---

Área de Conhecimento	Planejamento e Projetos II
Carga horária:	SE: 16 + ESP: 14 = 30
Ementa	Revisão de conceitos e tipos de projetos e do diagnóstico participativo. Planejamento e Introdução à Elaboração Participativa de Projeto. Elaboração inicial do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica
Referencial básico	<p>BROSE, M. Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.</p> <p>DUARTE, L.P. et al. Elaboração Participativa de Projetos; a comunidade com autonomia para decidir seus rumos. Belo Horizonte: AMEFA, Editora O Lutador, 2004.</p> <p>VERDEJO, M.E. Diagnóstico Rural Participativo – DRP. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.</p>
Referencial complementar	<p>DEMO, P. Planejamento Participativo: Visão e Revisão. Fórum educacional Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 9 (2): 3-22. Periódico: abr/jun, 1985.</p> <p>GELPHUS, F. 80 Herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador: IICA/HOLANDA, 1997. 208 p.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MOURA, D.G.; BARBOSA, E.F. Trabalhando com Projetos. Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>SALAS, M.; TILMANN, T. Nosso Congresso. Manual de diagnóstico rural participativo para a extensão rural camponesa. Santiago de Puriscal. Costa Rica: PRODAF/GTZ, 1994.</p>

ANO 2
QUARTA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo IV
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 =15
Ementa	Práticas Agroecológicas - Vivenciar em uma entidade, famílias e/ou comunidades, experiências concretas de processos de transição agroecológica, e/ou de produção agroecológica consolidada e/ou orgânicas; Inventariar as práticas agroecológicas no campo da produção agropecuária; da organização social; econômica; nas relações de gênero, de divisão do trabalho; nas relações de poder, nas relações políticas, culturais etc.
Referencial básico	BEGON, M.; TOWNSEND, C.R.; HARPER, J.L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável . 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. PURVES, W.K.; SADAVA, D.; ORIANI, G.; HELLER, H.C. Vida: a ciência da biologia . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. (v. I: célula e hereditariedade; v. II: plantas e animais; v. III: evolução, diversidade e ecologia).
Referencial complementar	LITTLE, P.E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política . In: BURSZTYN, Marcel (Org.). <i>A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p.107-122. NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L., VEZZANI, F.M. (Org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura . Curitiba: Kairós, 2013. 393p. REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos . Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 324p. RESENTE, M. et al. Pedologia: base para a distinção de ambientes . Viçosa: NEPUT, 1999. 388p. TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em ecologia . Porto Alegre: Artmed, 2006.

Área de	Agroecologia I
---------	----------------

Conhecimento	
Carga horária:	SE: 40 + ESP: 5 = 45
Ementa	Agroecologia: Introdução e Conceitos. Histórico da Agroecologia e Agricultura Orgânica. O manejo ecológico do solo. Manejo de “pragas” e doenças. O fortalecimento das defesas naturais nos agroecossistemas. Manejo Ecológico de Pragas (técnica para controlar e repelir insetos). Controle Biológico de Pragas (métodos conservativos e inundativo). Compostagem: princípios, práticas e perspectivas em sistemas orgânicos de produção. Consorciação de cultivos e adubação verde.
Referencial básico	<p>ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. – 110p.</p> <p>EHLERS, E. Agriculturas sustentáveis: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.</p> <p>SOUZA, J.L. et al. Curso de agricultura orgânica. CREA-DF. BRASÍLIA/DF. 87 P. 2001.</p>
Referencial complementar	<p>ALTIERI, M. Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p> <p>GLIESSMAN, S. R. Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.</p> <p>MACHADO, L.C.P.; MACHADO FILHO, L.C.P. A dialética da Agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. 1.Ed. São Paulo : Expressão Popular, 2014. 360p. il..</p> <p>STEINER, R. Fundamentos da agricultura biodinâmica. São Paulo: Antroposófica, 2000.</p> <p>WUTKE, E. B. et al. Bancos comunitários de sementes de adubos verdes. Informações Técnicas. MAPA. BRASÍLIA - DF. 52 P. 2007.</p>

Área de Conhecimento	Tecnologia de Produção de Sementes e armazenagem
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Formação da semente. Estrutura e respectivas funções e composição química. Maturação das sementes. Processo da germinação. Dormência. Deterioração e vigor de sementes. Fatores que afetam a qualidade fisiológica das sementes. Programas de certificação e fiscalização de sementes. Produção, Colheita, secagem e beneficiamento de sementes. Armazenamento. Produção de mudas. Lei de proteção de cultivares.

Referencial básico	<p>BRASIL, Ministério de Agricultura. Regras para Análise de Sementes. Brasília, 1992, 365p.</p> <p>CARVALHO, M.L.M.; VON PINHO, E.V.R. Armazenamento de Sementes. FAEPE, 55p., 1997.</p> <p>MARCOS FILHO, J.; CICERO, S.M.; SILVA, W.R. Avaliação da qualidade das sementes. Piracicaba: FEALQ, 1987. 229 p.</p>
Referencial complementar	<p>CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J. Sementes. Ciência, Tecnologia e Produção. 2ª ed. rev. Campinas. Fundação Cargill, 1983.</p> <p>CARVALHO, N.M. A secagem de Sementes. Jaboticabal. FUNEP, 1993. 165p.</p> <p>EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO. Sementes de feijão. Produção e Tecnologia. 2000. 270p.</p> <p>FERREIRA, G.A.; BORGHETTI, F. Germinação do básico ao aplicado. ISBN85-363- 0383-2 Porto Alegre, Artmed, 2004. 323p.</p> <p>MENTEN, J.O.M. Patógenos em sementes: detecção, danos e controle químico. São Paulo: Ciba Agro, 1995. 321p.</p>

Área de Conhecimento	Gênese, Morfologia e Classificação do Solo
Carga horária:	SE: 16 + ESP: 14 = 30
Ementa	Pequeno histórico da pedologia no Brasil; Fatores e processos de formação de solo; Descrição morfológica de perfis de solos; Características morfológicas; Critérios para distinção de classes de solos; Horizontes diagnósticos superficiais; Horizontes diagnósticos subsuperficiais; Levantamentos de solos.
Referencial básico	<p>KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia: fundamentos. Viçosa: SBCS, 2012.</p> <p>LEPSCH, Igo F. 19 lições de pedologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, J.B. Pedagogia aplicada. 4. ed. Piracicaba: FEALQ, 2005.</p>
Referencial complementar	<p>EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Rio de Janeiro: EMBRAPA Produção de Informação, 2006.</p> <p>LEPSCH, I.F. Formação e Conservação dos Solos. São Paulo: Oficina de Texto, 2002.</p> <p>RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B. Pedologia : base para distinção de ambientes. 5. ed. Lavras, UFLA, 2007.</p>

	<p>VIEIRA, L.S. Amazônia: seus solos e outros recursos naturais. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987.</p> <p>VIEIRA, L.S. Manual de morfologia e classificação de solos. 2. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1983.</p>
--	--

Área de Conhecimento	Educação ambiental
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	<p>Como surgiu a Educação Ambiental e sua Evolução; Conferências em Educação Ambiental e Congressos; Estratégias para a Educação Ambiental: Orientação, Objetivos, Ações; Educação ambiental formal e informal; Princípios fundamentais de cidadania; Reflexão crítica sobre temática ambiental; Rio (ECO– 92 e 1977 Tbilise); Reorientação da educação como respaldo para o desenvolvimento sustentável; Explorações Alternativas; Educação Ambiental e Diminuição de Impacto.</p>
Referencial básico	<p>AGENDA 21 Brasileira: Bases para a discussão. Washington Novaes (coord), Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília MMA/PNUD. 2000 196 pag.</p> <p>CARVALHO, I. C. M. A. Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez. 2004</p> <p>DIAS. G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia. 9 ed. 2004</p>
Referencial complementar	<p>CASCINO, F. Educação Ambiental: Princípio, História, Formação de Professores. São Paulo: Senac. 3 ed. 2004</p> <p>PAUL E.L. Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. Brasília, DF: IIEB, 2003</p> <p>TORRES, HAROLDO; COSTA, HELOISA (Org). População e Meio Ambiente – debates e desafios. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000.</p> <p>GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: No consenso um embate? Campinas, SP: Papyrus, 2000.</p> <p>LANFREDI, G.F. Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos – 2 ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.</p>

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico IV
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Passo a passa para a elaboração do Projeto de Intervenção

	<p>Sociopolítico-Pedagógica - Socialização dos Projetos pelos estudantes. Método da pesquisa-ação. Abordagens e concepções teóricas de projetos de ensino, pesquisa e extensão em ciências agrárias. Princípios da pesquisa-ação. Interdisciplinaridade. Metodologias participativas e a pesquisa ação. Metodologia campesino a campesino, intercâmbios, instalações pedagógicas. Instrumentos metodológicos: diagnóstico, planejamento, experimentação, sistematização, monitoramento e avaliação. Etnografia no campo das ciências da natureza. Diagnostico de metodologias de pesquisa-ação nas escolas e no meio. Plano de ação</p>
Referencial básico	<p>ALBUQUERQUE U. P.; LUCENA, R. F. P. (Org.). Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecologica. Recife: Nupeea, 2010. 560 p.</p> <p>BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 136p.</p>
Referencial complementar	<p>MELO NETO, J. F. Pesquisa-Ação: aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_pesquisa_acao.pdf. Acesso em: 17 jun. 2014.</p> <p>PIMENTA, S.G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300013. Acesso em: 22 set. 2014.</p> <p>ZEICHNER, K. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidade. Educação, v. 35, n. 3, p. 479-504, maio/ago. 2010.</p> <p>ZEICHNER, K. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 103, p. 535-554, maio/ago. 2008.</p> <p>ZEICHNER, K. Novos caminhos para o practicum. In: NOVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.</p>

Área de Conhecimento	Planejamento e Projetos III
----------------------	-----------------------------

Carga horária:	SE: 30 +ESP: 15 = 45
Ementa	Revisão do Planejamento e Elaboração de Projeto; Captação de Recursos; Execução, monitoramento e avaliação de resultados. Planejamento e Introdução à Elaboração Participativa de Projeto
Referencial básico	<p>BROSE, M. Metodologia participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001.</p> <p>DUARTE, L.P. et al. Elaboração Participativa de Projetos; a comunidade com autonomia para decidir seus rumos. Belo Horizonte: AMEFA, Editora O Lutador, 2004.</p> <p>VERDEJO, M.E. Diagnóstico Rural Participativo – DRP. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p.</p>
Referencial complementar	<p>DEMO, P. Planejamento Participativo: Visão e Revisão. Fórum educacional Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 9 (2): 3-22. Periódico: abr/jun, 1985.</p> <p>GELPHUS, F. 80 Hierramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador: IICA/HOLANDA, 1997. 208 p.</p> <p>MOURA, D.G.; BARBOSA, E.F. Trabalhando com Projetos. Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>SALAS, M.; TILMANN, T. Nosso Congresso. Manual de diagnóstico rural participativo para a extensão rural camponesa. Santiago de Puriscal. Costa Rica: PRODAF/GTZ, 1994.</p> <p>SOUZA, A. VANINI, A. et al. Diagnóstico e Planejamento participativo: a construção de planos, programas, projetos e seus indicadores de acompanhamento. Terra Assessoria, Pesquisa e Desenvolvimento. Lavras/MG, 1998.</p>

ANO 2
QUINTA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo V
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	Relação Escola - Sistemas de Produção e trabalho na agricultura familiar - Inventário das práticas de produção animal e vegetal e a reprodução social nas comunidades; as relações com os ecossistemas; os papéis das famílias e das comunidades na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas; diversificações de produção; problemáticas (potencialidades e limites) da terra, da água, das mudanças

	climáticas, da produção, do financiamento, do beneficiamento, da comercialização; organização produtiva, social; problemas do trabalho, da mão de obra familiar; principais políticas agrícolas e agrárias que influenciam na produção familiar e na realidade do campo.
Referencial básico	<p>ALBALADEJO, C. O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária. In: HÉBETTE, J.; SILVA, N.R. (Ed.). CAT: ano décimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000. p. 173-214</p> <p>ANTUNES, R. (Org). A dialética do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.</p> <p>ALTIERI, M. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M.A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: FASE/ASPTA, p. 43-48, 1989.</p>
Referencial complementar	<p>ALTIERI, M. Agroecologia de desenvolvimento rural sustentável na América Latina. Agroecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, CLADES/ASPTA, 1994.</p> <p>CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social, alguns fios condutores marxistas.” Revista Crítica Marxista. São Paulo: Boitempo Editorial, n.16-2003.</p> <p>MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.</p> <p>MARX, K. Trabalho assalariado e capital. São Paulo: Global Editora, 1987.</p> <p>SIQUEIRA, H.M. et al. Sustentabilidade da agricultura familiar e formação profissional no CCAUFES. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005, Florianópolis, SC.</p>

Área de Conhecimento	Agroecologia II
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Transição Agroecológica. Fatores técnicos e ambientais relacionados à conversão. Os princípios da conversão agroecológica (proteção do solo, manejo da fertilidade, manejo da agrobiodiversidade, respeito aos ciclos naturais). Certificação Orgânica no Brasil. Atividades Complementares.
Referencial básico	<p>ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. – 110p.</p> <p>EHLERS, E. Agriculturas sustentáveis: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Editora</p>

	<p>Agropecuária. 1999.</p> <p>SOUZA, J.L. et al. Curso de agricultura orgânica. CREA-DF. BRASÍLIA/DF. 87 P. 2001.</p>
Referencial complementar	<p>ALTIERI, M. Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p> <p>GLIESSMAN, S. R. Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.</p> <p>MACHADO, L.C.P.; MACHADO FILHO, L.C.P. A dialética da Agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. 1.Ed. São Paulo : Expressão Popular, 2014. 360p. il..</p> <p>STEINER, R. Fundamentos da agricultura biodinâmica. São Paulo: Antroposófica, 2000.</p> <p>WUTKE, E. B. et al. Bancos comunitários de sementes de adubos verdes. Informações Técnicas. MAPA. BRASÍLIA - DF. 52 P. 2007.</p>

Área de Conhecimento	Cultura de Ciclo Curto I
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	<p>Olericultura: contexto dentro da Fitotecnia; características e tipos de exploração de hortaliças. Classificação das hortaliças: pelas partes comestíveis, pelas famílias botânicas, outros critérios (popular e climático). Conceitos de variedade botânica, cultivar, clone e híbrido. Hortaliças e interações com ambiente: temperatura, termoperiodicidade, luz (intensidade e fotoperíodo e água. Preparo do solo; tratos culturais gerais; compostagem de resíduos agrícolas; adubação verde; plantio direto. Propagação de hortaliças: semeadura direta; métodos de produção de mudas; produção de sementes de hortaliças; hortaliças de propagação vegetativa. Cultivo protegido de hortaliças: Tipos de estruturas de proteção. Escolha do local. Implantação de espécies de hortaliças. Tratos culturais aplicados à olericultura. Colheita e comercialização de hortaliças. Principais hortaliças cultivadas no Brasil e suas características.</p>
Referencial básico	<p>FIGUEIRA, F.A.R. ABC da olericultura: guia da pequena horta. São Paulo: Ceres, 1987.</p> <p>LIZ, R.S.; CARRIJO, O.A. Substratos para a produção de mudas e cultivo de hortaliças. Brasília: Embrapa, 2008.</p> <p>PENTEADO, Silvio Roberto. Cultivo Ecológico de hortaliças: como cultivar hortaliças sem veneno. Campinas: Silvio</p>

	Roberto Penteado, 2007
Referencial complementar	<p>FILGUEIRA, F.A.R. Manual de olericultura: cultura e comercialização de hortaliças. São Paulo: Ceres, 1972.</p> <p>PENTEADO, S.R. Horta doméstica e comunitária sem veneno: cultivo ecológico em pequenos espaços. 2. ed. Campinas: Silvio Roberto Penteado, 2007.</p> <p>PIMENTEL, Á.A.M.P.. Olericultura no trópico úmido: hortaliças na Amazônia. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985.</p> <p>ZAMBOLIM, L.; VALE, F.X.R.; COSTA, H. Controle integrado das doenças hortaliças. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997.</p> <p>ZAMBOLIM, Laércio et al. Manejo integrado de doenças e pragas: hortaliças. Viçosa: UFV, 2007.</p>

Área de Conhecimento	Fertilidade do solo e Nutrição de Plantas
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Solos; Interações entre nutrientes e solo; Conceitos básicos; Avaliação da fertilidade do solo; Avaliação do estado nutricional das plantas; Acidez e calagem; Nitrogênio; Fósforo; Potássio; Macronutrientes secundários; Micronutrientes; Outros elementos químicos; Corretivos do solo; Correção do solo
Referencial básico	<p>ALVAREZ V.V.H.; ALVAREZ, G.A.M. Grandezas dimensões unidades (SI) e constantes: utilizados em química e fertilidade do solo. Viçosa: UFV, 2008.</p> <p>LOPES, A.S. Solos sob cerrado: características, propriedades e manejo. 2. ed. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1984.</p> <p>WHITE, R.E. Princípios e práticas da ciência do solo: o solo como um recurso natural. 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009.</p>
Referencial complementar	<p>MALAVOLTA, E. Desordens nutricionais no cerrado. Piracicaba: Cortesia, 1985.</p> <p>RAIJ, B.V. et al. Análise Química para Avaliação de Fertilidade de Solos Tropicais. Campinas: Instituto Agronômico, 2001.</p> <p>RAIJ, B.V. Avaliação da Fertilidade do Solo. Piracicaba: Ave Maria, 1981.</p> <p>RESENDE, M. Pedologia e fertilidade do solo: interações e aplicações. Lavras: ESAL, 1988.</p> <p>TROEH, F.R.; THOMPSON, L.M. Solos e fertilidade do solo.</p>

	São Paulo: Andrei, 2007.
--	--------------------------

Área de Conhecimento	Ambiente, Saúde e Segurança
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Condições de saúde e segurança no ambiente rural. Saúde do trabalhador rural. Higiene ocupacional: riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, sociais e acidentes.
Referencial básico	BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Portaria GM nº 86, de 03 de março de 2005. Brasília, DF, 2005. DIAS, E.C. (Org.). BRASIL Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. MENDES, Rene. Patologia do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.
Referencial complementar	ANTUNES, R. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011. GALVÃO, L. Histórico da segurança no trabalho rural. Disponível em: < http://www.riscorural.com.br/riscos-no-trabalho-rural/23-historico-seguranca-no-trabalho-rural > MATTOS, U.; MÁSCULO F. (orgs.). Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier/Abepro, 2011. SALIBA, T.M.; CORRÊA, M.A.C. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p. VASCONCELLOS, L.C.F., OLIVEIRA, M.H.B. Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011. 600p

Área de Conhecimento	Sistemas Agroflorestais
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	Sistemas silviagrícola, silvipastoril e agrissilvipastoril. Método Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Cerca-viva, Quebra-vento, Banco de Proteína, Plantio em Linhas, Sistema Biodiverso e Multiestratificados. Planejamento, implantação e manejo de sistemas agroflorestais. Princípios de seleção de espécies para sistemas agroflorestais. Experimentação em sistemas agroflorestais. Aspectos sociais e difusão de tecnologia agroflorestal. Aspectos econômicos dos Sistemas

	Agroflorestais. Sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas. Sistemas agroflorestais para agricultura de baixo carbono. Manejo e Gestão de sistemas Agroflorestais.
Referencial básico	<p>COELHO, G. C. Sistemas Agroflorestais. São Carlos: Rima Editora, 2012. 206p.</p> <p>STEENBOCK, W.; SILVA, L. C.; SILVA, O. R.; RODRIGUES, A. S.; PEREZ-CASSARINO, J. FONINI, R. Agrofloresta, Ecologia e Sociedade. Curitiba: Cooperafloresta, 2013. 422p. FONINI, R. Agrofloresta, Ecologia e Sociedade. Curitiba: Cooperafloresta, 2013. 422p.</p> <p>OLIVEIRA NETO, S. N.; VALE, A. B.; NACIF, A. P., VILAR, M. B., ASSIS, J. B. Sistema Agrossilvipastoril: Interação Lavoura, Pecuária e Floresta. Viçosa: SIF, 2010. 190p</p>
Referencial complementar	<p>FRANCESCHI, M. L. Dinâmica da água em sistemas agroflorestais. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2011. 36p.</p> <p>HOSOKAWA, R.T.; MOURA, J.B.; CUNHA, U.S. Introdução ao Manejo e Economia de Florestas. Curitiba: UFPR, 1998. 164 p.</p> <p>LORENZI, H. Árvores Brasileiras - manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - Vol. 01 - 5. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum. 2008. 384 p.</p> <p>OLIVEIRA, R. S.; et al. Plantas Daninhas e seu manejo. Guaíba: Agropecuária, 2001. 362 p.</p> <p>THIBAU, C. E. Produção sustentável em florestas: conceitos, tecnologias, biomassa energética, pesquisa e constatações. Belo Horizonte: O autor, 2000. 512 p.</p>

Área de Conhecimento	Irrigação, produção de água e climatologia
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Água no solo. Sistema solo-água-clima-planta. Qualidade da água para irrigação. Drenagem do solo. Irrigação por aspersão. Irrigação por gotejamento. Irrigação por superfície. Produção de água. Ciclos atmosféricos; Elementos meteorológicos; Evapotranspiração; Balanço hídrico; Fatores climáticos.
Referencial básico	<p>BERNARDO, S; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C. Manual de irrigação. 8ª ed. Viçosa: Ed. UFV, 2008.</p> <p>FERREIRA, A.G. Meteorologia prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.</p> <p>MENDONÇA, F. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.</p>

Referencial complementar	<p>AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia para os Trópicos. 11 Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.</p> <p>CRUCIANI, D.E. A drenagem na agricultura. São Paulo: Ed. Nobel, 1986.</p> <p>OLITTA, A.F.L. Os métodos de irrigação. São Paulo: Nobel, 1989.</p> <p>LIBARDI, P. L. Dinâmica da água no solo. Piracicaba: O Autor. 2004. 327p.</p> <p>MIRANDA, J. H.; GONÇALVES, A. C.; CARVALHO, D. F. Relações água-planta-atmosfera. In: Miranda, J. H.; Pires, R. C. M. (eds.). Irrigação. Piracicaba: FUNEP, 2001. cap.1, p. 1-62.</p>
--------------------------	---

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico V
Carga horária:	SE: 22 + ESP: 8 = 30
Ementa	Passo a passo na elaboração do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica . Socialização dos desafios e elaboração final do Projeto para qualificação na próxima Sessão Escolar.
Referencial básico	<p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [ebook].</p>
Referencial complementar	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Referências – Elaboração: NBR 6023. São Paulo: ABNT, 2002. 24 p.</p> <p>CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>SILVA, J. M.; SILVEIRA, E. S. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.</p>

ANO 2
SEXTA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo VI
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	Relação Escola-Sistemas produtivos e processos de trabalho no campo - Inventário das práticas de produção animal e vegetal e a reprodução social nas comunidades; as relações com os ecossistemas; os papéis das famílias e das comunidades na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas; diversificações; problemáticas (potencialidades e limites) da terra, da água, das mudanças climáticas, da produção, do financiamento, do beneficiamento, da comercialização; organização produtiva, social; problemas do trabalho, da mão de obra familiar; principais políticas agrícolas e agrárias que influenciam na produção familiar e na realidade do campo
Referencial básico	<p>ALBALADEJO, C. O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária. In: HÉBETTE, J.; SILVA, N.R. (Ed.). CAT: ano décimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000. p. 173-214</p> <p>ANTUNES, R. (Org). A dialética do Trabalho. São Paulo: Expresão Popular, 2004.</p> <p>ALTIERI, M. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M.A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: FASE/ASPTA, p. 43-48, 1989.</p>
Referencial complementar	<p>ALTIERI, M. Agroecologia de desenvolvimento rural sustentável na América Latina. Agroecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, CLADES/ASPTA, 1994.</p> <p>CHESNAIS, F.; SERFATI, C. "Ecologia" e condições físicas de reprodução social, alguns fios condutores marxistas." Revista Crítica Marxista. São Paulo: Boitempo Editorial, n.16-2003.</p> <p>MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.</p> <p>MARX, K. Trabalho assalariado e capital. São Paulo: Global Editora, 1987.</p> <p>SIQUEIRA, H.M. et al. Sustentabilidade da agricultura familiar e formação profissional no CCAUFES. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005, Florianópolis, SC.</p>

Área de Conhecimento	Culturas de Ciclo Curto II
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Análise de mercado, morfologia, fenologia, manejo nutricional, manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, manejo de plantas daninhas e colheita das principais culturas de ciclo anual como trigo, soja, algodão.
Referencial básico	CASTRO, P.R.C. Ecofisiologia da produção agrícola . Piracicaba: POTAFOS, 1987. FANCELLI, A.L. Produção de feijão . Piracicaba: Os Autores, 2007. RESENDE, M. A cultura do milho irrigado . Brasília: Embrapa, 2003.
Referencial complementar	ALBRECHT, L.P.; MISSIO, R.F. Manejo de cultivos transgênicos . Palotina: UFPR, 2013. BULL, L.T. Cultura do milho: fatores que afetam a produtividade . Piracicaba: Potafos, 1993. FERNANDES, A.J. Manual da Cana-de-Açúcar . Piracicaba: Livroceres, 1984. FORNASIERI FILHO, D. Manual da Cultura do Milho . Jaboticabal: Funep, 2007. PAULA JÚNIOR, T. J.; VENZON, M. 101 Culturas – manual de tecnologias agrícolas . Belo Horizonte: EPAMIG, 2007.

Área de Conhecimento	Cultura de Ciclo Longo I
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	Conceito e importância econômica e social da fruticultura. Propagação de plantas frutíferas. Viveiros. Instalações e manejos de pomares. Fatores que afetam a frutificação. Estrutura, crescimento e desenvolvimento de fruteiras. Propagação, poda e sistemas de condução em fruteiras. Culturas frutíferas: citros, bananeira, aceroleira, abacaxizeiro, mangueira, maracujazeiro, mamoeiro, goiabeira e outras. Para cada cultura serão abordados os seguintes itens: origem, disseminação e distribuição geográfica. Importância social e econômica da fruteira. Classificação e morfologia descritiva. Propagação. Formação do pomar. Frutificação. Beneficiamento, conservação e armazenamento. Produção de mudas. Tratos culturais. Colheita. Comercialização.
Referencial básico	HAAG, H.P. Nutrição mineral e adubação de frutíferas tropicais no Brasil . Ed. Fundação Cargill, 1986.

	<p>SILVA, C. R. de R., Fruticultura tropical. UFLA/FAEPE. (Curso de especialização – tutoria: Fruticultura comercial). 1997.</p> <p>SIMÃO, S. Manual de fruticultura. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres Ltda, 1971.</p>
Referencial complementar	<p>ALVES, E.J. A Cultura da Banana: aspectos técnicos socioeconômicos e agroindustriais. Embrapa, Brasília, 1999.</p> <p>BRUCKNER, C. H., PIKANÇO, M. C. Maracujá: Tecnologia de Produção, Pós-Colheita, Agroindústria, Mercado. 2001.</p> <p>DONADIO, L.C., FIGUEIREDO, J.O. de, PIO, R.M. Variedades cítricas brasileiras. UNESP, FUNEP. Jaboticabal. 1995.</p> <p>RAZONE, D. E. et al. Manga – Produção integrada, industrialização e comercialização. UFV, Viçosa, 2004.</p> <p>MATTOS JUNIOR, D.; NEGRI, J.D.; PIO, R.M.; POMPEU JUNIOR, J. Citros Campinas. Centro Apta Citros “Sylvio Moreira”, 2005.</p>

Área de Conhecimento	Anatomia e Fisiologia Animal I
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Anatomia das principais raças domesticadas. Fisiologia animal. Fisiologia e biotecnologia da reprodução. Órgãos e células animal.
Referencial básico	<p>FRANDSON, R.D., WILKE, W.L., FAILS, A.D. Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda. 6ªEd., 2005.</p> <p>GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. Guanabara Koogan, 2002. 1008p.</p> <p>REECE, W. O. (ed.). Fisiologia dos animais domésticos. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 926 p.</p>
Referencial complementar	<p>BERCHIELLI, T. T.; et al. Nutrição de Ruminantes. 1 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p.</p> <p>BERNE, R. M; LEVY, M. N. Fisiologia. 4º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 1034 p.</p> <p>FRANDSON, R.D., WILKE, W.L., FAILS, A.D. Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda.6ªEd., 2005</p> <p>MACARI, M.; FURLAN, R. L.; GONZALES, E. (Eds.). Fisiologia aviária: aplicada a frangos de corte. Jaboticabal: FUNEP / UNESP, 2002. 375 p. Orr, R. T. Biologia dos vertebrados</p> <p>SCHMIDT-NIELSEN, K. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. 5.ed. São Paulo: Santos, 2002. 611 p.</p>

Área de Conhecimento	Zootecnia aplicada I
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Histórico da Zootecnia. Origem e evolução das espécies. Conhecimento teórico da domesticação das espécies de animais domésticos.
Referencial básico	<p>FERREIRA, W.M. Zootecnia Brasileira: quarenta anos de história e reflexões/Associação Brasileira de Zootecnistas. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2006. 82p.</p> <p>TORRES, G.C.V. Bases para o Estudo da Zootecnia. Salvador: Centro Editoriale Didático da Didático da UFBA.1990.</p> <p>TORRES, A. D. P.; JARDIM, W. R.; JARDIM, L. F. Manual de zootecnia: raças que interessam ao Brasil. São Paulo: Ceres, 2. ed. 1982. 303 p.</p>
Referencial Complementar	<p>ARAÚJO C. et al. Manual de Bovinocultura de leite. Juiz de Fora : Embrapa, 2010. 608p.</p> <p>FONSECA, D.M., MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras. Viçosa: Editora UFV. 2010. 654p.</p> <p>PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010. 2 volumes. 1510p.</p> <p>SOUZA, I.G.de. A Ovelha - Manual Prático Zootécnico. Agrolivros. 2005. 96p.</p> <p>BERCHIELLI, T. T.; et al. Nutrição de Ruminantes. 1 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p.</p>

Área de Conhecimento	Genética (Mendeliana e Molecular)
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Genética mendeliana; herança ligada, restrita e influenciada ao sexo; interação gênica; herança sanguínea; permuta gênica; transgênicos e clonagem; terapia gênica; noções de bioética
Referencial básico	<p>ANTHONY, J.F.G.; et al. Introdução à genética. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>BURNS, G. W., BOTTINO, P. J. Genética. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.</p> <p>RAMALHO, M.A.P. et al. Genética na agropecuária. 5. ed. Lavras: UFLA, 2012.</p>
Referencial complementar	<p>DE ROBERTIS, E.M.F.; HIB, J. Bases da biologia celular e molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.</p> <p>DELEVORYAS, T. Diversificação nas plantas. 2 São Paulo:</p>

	<p>Pioneira, 1978.</p> <p>PIERCE, B.A. Genética: um enfoque conceitual. 3. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>RINGO, J. Genética básica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004.</p> <p>SADAVA, D. et al. Vida a ciência da biologia: célula e hereditariedade. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p>
--	---

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico VI
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Qualificação dos Projetos de Intervenção. Planejamento do processo de intervenção a partir do início do 3º ano do curso.
Referencial básico	<p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [ebook].</p>
Referencial complementar	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Referências – Elaboração: NBR 6023. São Paulo: ABNT, 2002. 24 p.</p> <p>CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>SILVA, J. M.; SILVEIRA, E. S. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.</p>

Área de Conhecimento	Estágio Curricular Supervisionado I
Carga horária:	SE: 20 h + ESP: 100 h = 120 h
Ementa	Orientação teórica do estágio. Ética do estágio. Observação das condições de trabalho e da aplicação dos conteúdos de Ciências Agrárias na EFA, na qualificação profissional dos anos finais do ensino fundamental e da educação profissional no

	Ensino Médio. Análise crítica dos instrumentos legais que orientam as práticas pedagógicas voltadas para o ensino dos conteúdos da Educação profissional em agropecuária. Os recursos didáticos, materiais e humanos presentes e ausentes na escola. Trabalho em equipe. Análise da gestão político-pedagógica da escola. Análise crítica sobre a relação escola e desenvolvimento sustentável.
Referencial básico	CARVALHO, A.M.P.C. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2012. BRASIL. MEC. Resolução CNE/CEB /2012. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22. BAPTISTA, N.R. Conversando e refletindo sobre o desenvolvimento. Revista da Formação por Alternância. Brasília: UNEFAB, v. 1, ano 3, n. 6, 2008, p. 5-15.
Referencial complementar	BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais - ética, v. 8. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 9/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31. BURGHGRAVE, T. Participação Social: seus conceitos e a necessidade de uma pedagogia. In. Revista da Formação por Alternância. Brasília: UNEFAB. ano 2, n. 3, 2006, p. 16-33 NOSELLA, P. Militância e profissionalismo na educação do homem do campo. In. Revista da Formação por Alternância. Brasília: UNEFAB. ano 2, n. 4, 2007, p. 5-18. QUEIROZ, J.B.P. A participação dos Agricultores na Construção dos CEFFAs. In. Revista da Formação por Alternância. Brasília: UNEFAB. ano 2, n. 3, 2006, p. 5-15.

ANO 3

SÉTIMA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo VII
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	Escola-Família-Comunidade e o Desenvolvimento comunitário, sustentável e solidário - Vivências da Extensão Rural nas EFAs - o processo de visitas dos educadores às famílias e comunidades. As relações e a contribuição da EFA no

	<p>Desenvolvimento do jovem, das famílias e suas comunidades, numa perspectiva comunitária, sustentável e solidária.</p> <p>Tema de Estágio a ser desenvolvido em intercâmbio numa outra EFA (As EFAs recebem e enviam estagiários. O estágio deverá ser desenvolvido na EFA e nas comunidades e famílias).</p>
Referencial básico	<p>CALVÓ, P.P. MARIRRODRIGA, R.G. Os formadores e a estrutura educativa. In: Movimento dos CEFFAs no Mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. p.70-83.</p> <p>GIMONET, J.C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.</p> <p>GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura da Sustentabilidade. In Pedagogia da Alternância - Segundo Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil, Brasília 12 a 14, de nov. de 2002, p. 147-153.</p>
Referencial complementar	<p>FORGEARD, G. Alternância e Desenvolvimento do meio. n Pedagogia da Alternância - Primeiro Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil, Salvador, 03 a 05 de nov. de 1999, p. 64-72.</p> <p>CALVÓ, P.P. MARIRRODRIGA, R.G. Os formadores e a estrutura educativa. In: Movimento dos CEFFAs no Mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. p.70-83.</p> <p>GIMONET, J.C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.</p> <p>PINEAU, G. Alternância e o desenvolvimento pessoal: a escola da experiência. In Pedagogia da Alternância - Primeiro Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância no Brasil, Salvador, 03 a 05 de nov. de 1999, p. 56-63.</p> <p>SIQUEIRA, H.M. et al. Sustentabilidade da agricultura familiar e formação profissional no CCAUFES. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., 2005, Florianópolis, SC.</p>

Área de Conhecimento	Sociologia e Extensão Rural I
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	<p>Conceitos de campo e cidade; As novas ruralidades hoje; Campesinato e agricultura familiar; Conceitos de Desenvolvimento e sustentabilidade na perspectiva camponesa. História da ATER no Brasil em suas distintas fases e contextos;</p>

	A PNATER; A Lei de ATER; A Lei da Agricultura Familiar; A Lei da ANATER.
Referencial básico	BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Política Nacional de ATER. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004. 26 p. BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Fundamentos Teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2011. 45 p. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 31ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2008.
Referencial complementar	ARAÚJO, T.B. As tipologias de ruralidade e políticas públicas. www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/.../Série-DRS-vol-21.pdf GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. QUEDA, O. A Extensão Rural no Brasil: Da Anúnciação ao Milagre da Modernização Agrícola. Tese de Livre Docência. ESALQ. Piracicaba – SP. ESALQ. Março de 1987, 201 p. SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Industrialização. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. STEDILE, J.P. (Org.). A questão Agrária no Brasil. V. I a IV. São Paulo: Expressão Popular.

Área de Conhecimento	Culturas de Ciclo Longo II
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Histórico, Importância Econômica e Principais Regiões Produtoras. Melhoramento Genético e Principais Cultivares. Morfologia e Fisiologia do Cafeeiro. Solo e Clima para o Cafeeiro. Implantação da Lavoura Cafeeira. Produção de Mudanças de Cafeeiro. Nutrição e Adubação do Cafeeiro. Manejo de Pragas e Doenças. Podas em Cafeeiros. Fatores em Pré-colheita. Colheita e Pós-Colheita do Café. Secagem e Armazenamento do Café. Beneficiamento e Rebeneficiamento do Café. Classificação e Qualidade do Café.
Referencial básico	CARVALHO, A. Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil. Campinas: Instituto Agrônomo, 1993. 7 p. (Documentos IAC, 34). COSTA, E. B. (Coord.) Manual técnico para a cultura do café no Estado do Espírito Santo. Vitória: SEAG, 1995. 163p. FERRÃO, R.G., FONSECA, A.F.A., FERRÃO, M.A.F., De

	MUNER, L.H., VERDIN FILHO, A.C., VOLPI, P.S., MARQUES, E.M.G., ZUCATELI, F. Café conilon ; técnicas de produção com variedades melhoradas . 2 ed. Vitória, ES : Incaper, 2004, 60 p. (Incaper : circular Técnica, 03-l).
Referencial complementar	<p>ALVES, J. D., LIVRAMENTO, D. E. Morfologia e Fisiologia do cafeeiro. Textos Acadêmicos. Lavras: Editora UFLA/FAEPE. 2003. 46p.</p> <p>MATIELLO, J.B. Café conilon: como plantar, tratar, colher, preparar e vender. Rio de Janeiro: MM Produções Gráficas, 1998. 162 p.</p> <p>MATIELLO, J.B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A.W.; ALMEIDA, S.; FERNANDES, D. Cultura de café no Brasil: novo manual de recomendações. Rio de Janeiro: MAPA/PROCAFÉ, 2002. 387p.</p> <p>RENA, A.B.; MAESTRI, M. Fisiologia do cafeeiro. In: A. B. RENA; E. MALAVOLTA; M. ROCHA, T. YAMADA (Eds). Cultura do cafeeiro: fatores que afetam a produtividade. Piracicaba: Assoc. Bras. Pesq. Potassa e Fosfato, 1986. p. 13-85.</p> <p>RENA, A.B.; MAESTRI, M. Ecofisiologia do cafeeiro. In: P.C.R. CASTRO; S.O. FERREIRA; T. YAMADA (Eds). Ecofisiologia da produção agrícola. Piracicaba: Assoc. Bras. Pesq. Potassa e Fosfato, 1987. p. 119 - 147.</p>

Área de Conhecimento	Culturas de Ciclo Curto III
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Análise de mercado, morfologia, fenologia, manejo nutricional, manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, manejo de plantas daninhas e colheita das principais culturas de ciclo anual como feijão, milho e cana-de-açúcar.
Referencial básico	<p>CASTRO, P.R.C. Ecofisiologia da produção agrícola. Piracicaba: POTAFOS, 1987.</p> <p>FANCELLI, A.L. Produção de feijão. Piracicaba: Os Autores, 2007.</p> <p>RESENDE, M. A cultura do milho irrigado. Brasília: Embrapa, 2003.</p>
Referencial complementar	<p>ALBRECHT, L.P.; MISSIO, R.F. Manejo de cultivos transgênicos. Palotina: UFPR, 2013.</p> <p>BULL, L.T. Cultura do milho: fatores que afetam a produtividade. Piracicaba: Potafos, 1993.</p> <p>FERNANDES, A.J. Manual da Cana-de-Açúcar. Piracicaba: Livrocere, 1984.</p>

	<p>FORNASIERI FILHO, D. Manual da Cultura do Milho. Jaboticabal: Funep, 2007.</p> <p>PAULA JÚNIOR, T.J.; VENZON, M. 101 Culturas – manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007.</p>
--	---

Área de Conhecimento	Zootecnia aplicada II
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Introdução aos principais temas explorados na Zootecnia: Bovinocultura de Corte, Bovinocultura de Leite, Avicultura, Apicultura, Cunicultura, Caprinocultura, Ovinocultura, Bubalinocultura, Eqüideocultura, Piscicultura, Suinocultura, Bioclimatologia, Forragicultura, Melhoramento Genético.
Referencial básico	<p>FERREIRA, W.M. Zootecnia Brasileira: quarenta anos de história e reflexões/Associação Brasileira de Zootecnistas. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2006. 82p.</p> <p>TORRES, G.C.V. Bases para o Estudo da Zootecnia. Salvador: Centro Editoriale Didático da Didático da UFBA.1990.</p> <p>TORRES, A. D. P.; JARDIM, W. R.; JARDIM, L. F. Manual de zootecnia: raças que interessam ao Brasil. São Paulo: Ceres, 2. ed. 1982. 303 p.</p>
Referencial Complementar	<p>ARAÚJO C. et al. Manual de Bovinocultura de leite. Juiz de Fora : Embrapa, 2010. 608p.</p> <p>FONSECA, D.M., MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras. Viçosa: Editora UFV. 2010. 654p.</p> <p>PIRES, A. V. Bovinocultura de Corte. Piracicaba: FEALQ, 2010. 2 volumes. 1510p.</p> <p>SOUZA, I.G. A Ovelha - Manual Prático Zootécnico. Agrolivros. 2005. 96p.</p> <p>BERCHIELLI, T. T.; et al. Nutrição de Ruminantes. 1 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p.</p>

Área de Conhecimento	Anatomia e Fisiologia Animal II
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Anatomia das principais raças domesticadas. Fisiologia animal. Fisiologia e biotecnologia da reprodução. Órgãos e células animal.
Referencial básico	FRANDSON, R.D., WILKE, W.L., FAILS, A.D. Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda . 6ªEd., 2005.

	<p>GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. Guanabara Koogan, 2002. 1008p.</p> <p>REECE, W. O. (ed.). Fisiologia dos animais domésticos. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 926 p.</p>
Referencial complementar	<p>BERCHIELLI, T. T.; et al. Nutrição de Ruminantes. 1 ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p.</p> <p>BERNE, R. M; LEVY, M. N. Fisiologia. 4º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 1034 p.</p> <p>FRANDSON, R.D., WILKE, W.L., FAILS, A.D. Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda. 6ªEd., 2005</p> <p>MACARI, M.; FURLAN, R.L.; GONZALES, E. (Eds.). Fisiologia aviária: aplicada a frangos de corte. Jaboticabal: FUNEP / UNESP, 2002. 375p. Orr, R.T. <i>Biologia dos vertebrados</i></p> <p>SCHMIDT-NIELSEN, K. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. 5.ed. São Paulo: Santos, 2002. 611 p.</p>

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico VII
Carga horária:	SE: 16 + ESP: 14 = 30
Ementa	Socialização do processo da intervenção - Desafios, perspectivas. Processos de registro, sistematização.
Referencial básico	<p>FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [ebook]</p>
Referencial complementar	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Referências – Elaboração: NBR 6023. São Paulo: ABNT, 2002. 24 p.</p> <p>CERVO, A.; BERVIAN, P. A; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>SILVA, J. M.; SILVEIRA, E. S. Apresentação de trabalhos</p>

	acadêmicos. Normas e Técnicas. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.
--	---

Área de Conhecimento	Estágio Curricular Supervisionado II
Carga horária:	SE: 20 h + ESP: 100 h + 120 h
Ementa	Orientação teórica do estágio. Ética do estágio. Análise dos processos de auto-organização docente e discente na Escola e a potencialização da educação profissional a partir das parcerias com os movimentos sociais, organizações produtivas, associações, cooperativas da agricultura familiar.
Referencial básico	<p>BASTOS, A.B.B.I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon Psicólogo. inFormação, ano 14, n. 14, jan./dez. 2010.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>ROSENO, S.M.O Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Pedagogia da Terra e a Especificidade da Formação dos Educadores e Educadoras do Campo de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Dissertação</p>
Referencial complementar	<p>ANTUNES-ROCHA, et al. Tempo Escola e Tempo Comunidade: Territórios educativos na Educação do Campo. In: Territórios educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidades e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-33, (Coleção Caminhos da Educação do Campo;5).</p> <p>ARROYO, M., CALDART, R.; MOLINA, M.C. (Orgs) Por uma educação do campo. Vozes. Petrópolis,RJ 2004.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p> <p>GOHN, M.G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2008.</p> <p>GIMONET, J. C. Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs. São Paulo: Vozes, 2007.</p>

ANO 3
OITAVA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo VIII
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	Contribuições e benefícios da organização associativa no desenvolvimento sustentável do meio rural - Inventário das organizações associativas ou cooperativas sociais e produtivas da região; tipos/natureza; sujeitos envolvidos; níveis de participação social; finalidades; níveis de satisfação em relação às finalidades previstas; avanços significativos; limites, perspectivas – potencialidades.
Referencial básico	<p>COOPERATIVISMO. 2. ed. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1998. 33 p.</p> <p>SOUZA, E.G.V. Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania. Curitiba: Juruá, 2008. 233 p. ISBN 978-85-362-2015-4 (broch.)</p> <p>FROEHLICH, J.M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos. Ijuí, Unijuí, 2006.</p>
Referencial complementar	<p>FROEHLICH, J.M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos. Ijuí, Unijuí, 2006.</p> <p>ASSOCIATIVISMO. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1998. 33 p.</p> <p>ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. xiv, 127 p. ISBN 85-7193-106-2.</p> <p>MONZONI M. Impacto em renda do microcrédito. São Paulo, Ed. Peirópolis. 2008.</p> <p>RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p>

Área de Conhecimento	Associativismo e Cooperativismo I
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Conceitos: Organização social, movimentos sociais, Participação social. Associativismo.
Referencial básico	COOPERATIVISMO. 2. ed. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras , 1998. 33 p.

	<p>SOUZA, E.G.V. Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania. Curitiba: Juruá, 2008. 233 p. ISBN 978-85-362-2015-4 (broch.)</p> <p>FROEHLICH, J.M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos. Ijuí, Unijuí, 2006.</p>
Referencial complementar	<p>MONZONI M. Impacto em renda do microcrédito. São Paulo, Ed. Peirópolis. 2008.</p> <p>RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>SCHARDONG, A. Cooperativa de Crédito - Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. Editora Rígel, 2002.</p> <p>ASSOCIATIVISMO. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1998. 33 p.</p> <p>ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. xiv, 127 p. ISBN 85-7193-106-2.</p>

Área de Conhecimento	Sociologia e Extensão Rural II
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	<p>A ATER como serviço ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar; ATER como processo educativo e emancipatório; A ATER e as concepções de educação: Tradicional, Técnico-Burocrática, Liberal, Libertadora, educação popular; As metodologias participativas na abordagem da ATER que facilitam o diálogo, a horizontalidade da relação técnico/a- agricultor/a; da relação com os diversos saberes, os experienciais, práticos e os técnicos e científicos;</p>
Referencial básico	<p>ABRAMOVAY, R. [et al.]. Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.</p> <p>EMATER-MG. Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte: 2006.</p> <p>FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz Terra, 1971.</p>
Referencial complementar	<p>BRITO, M. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. Estudos Feministas, ano 9, n. 1, 2001.</p> <p>UTTP, A. DANTAS, I. Autonomia e Cidadania: Políticas de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural. Brasília: MDA, 2011.</p>

	<p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de Ater. Brasília, 2010</p> <p>ASSUMPÇÃO, R. (Org.). Educação Popular na Perspectiva Freiriana. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.</p> <p>BRANDÃO, C.R. (Org.). A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1980.</p>
--	---

Área de Conhecimento	Economia e Administração Rural I
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Conceitos e aplicações. Organizações rurais. Ambiente organizacional. Administração no Agronegócio. Tipologia das unidades de produção e características. A empresa rural. Recursos da empresa. Níveis da ação administrativa. A tomada de decisão.
Referencial básico	<p>ADMINISTRAÇÃO Agrícola. 4. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 612 p.</p> <p>HOFFMANN, R. Administração da empresa agrícola. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978. 325 p.</p> <p>JONES, G.R.; GEORGE, J.M. Administração contemporânea. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2008. xxxi, 778 p. ISBN 978-85-86804-72-4 (broch.</p>
Referencial complementar	<p>SILVA, A.T. Administração básica. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. xii, 269 p. ISBN 978-85-2246-364-0 (broch.).</p> <p>SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 703 p. ISBN 978-85-2245-353-5 (broch.).</p> <p>SANTOS, G.J.; MARION, J.C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 139 p. ISBN 85-224-1434-3 (broch.).</p> <p>BARBOSA, F.A.; SOUZA, R.C. Administração de fazendas de bovinos: leite e corte. 2. ed. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2011. 354 p. (Ouro). ISBN 978-85-7601-235-1 (broch.)</p> <p>MONTANA, P.J.; CHARNOV, B.H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998. xviii, 475 p. (Essencial). ISBN 85-02-02353-5 (broch.).</p>

Área de	Entomologia
---------	-------------

Conhecimento	
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Importância do Filo Arthropoda: classe Insecta. Estudos da Anatomia, Morfologia e Fisiologia dos insetos. Reprodução, relação ecológica dos insetos com o meio-ambiente. Introdução a Entomologia Agrícola, conceito de pragas, métodos de controle de pragas, manejo integrado de pragas e seus impactos ambientais, montagem de coleções entomológicas.
Referencial básico	GALLO, D.; et. al. Entomologia agrícola . Piracicaba: FEALQ, 2002. BUZZI, Z.J. Entomologia didática . 6. ed. Curitiba: UFPR, 2013. 579 p. ISBN 978-85-7335-298-6 (broch.). SILVEIRA NETO, S. Manual de ecologia dos insetos . São Paulo: Ceres, 1976.
Referencial complementar	GALLO, Domingos; et. al.. Manual de entomologia agrícola . São Paulo: Ceres, 1988. LIMA, A.C. Insetos do Brasil: coleópteros . São Paulo: Escola Nacional de Agronomia, 1955. MARANHÃO, Z.C. Entomologia geral . 2 São Paulo: Nobel, 1977. ZAMBOLIM, L. Manejo Integrado; Produção Integrada; Fruteiras Tropicais; Doenças e pragas . Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003. ZAMBOLIM, L. et al. Manejo integrado de doenças e pragas: hortaliças . Viçosa: UFV, 2007.

Área de Conhecimento	
Fisiologia Vegetal	
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Introdução à fisiologia vegetal. Relações hídricas: potencial hídrico na célula, condução e transpiração. Nutrição Mineral. Fotossíntese. Translocação no floema. Crescimento e desenvolvimento. Fitormônios.
Referencial básico	KERBAUY G. Fisiologia Vegetal . 2 ed. Rio de Janeiro: Editora: GUANABARA KOOGAN. 2008. RAVEN, P. et al. Biologia Vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. TAIZ; ZEIGER. Fisiologia Vegetal . 4 ed. São Paulo: Editora: ARTMED. 2009.

Referencial complementar	EPSTEIN, E.; BLOON, A. J. Nutrição mineral de plantas. Londrina: Planta, 2004.
	MALAVOLTA, E. Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios e aplicações. 2ed., Piracicaba: Potavos, 1997.
	MARENCO, R. A. Fisiologia Vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 2º ed. Viçosa: UFV, 2007.
	PAIVA, R.; OLIVEIRA, L. M. Fisiologia e Produção vegetal. 4ed., Lavras: UFLA, 2006. Guanabara Koogan, 2005.
	PAUL, W.E. Fundamentos de imunologia. 4 ed. Raven Press, 1999.

Área de Conhecimento	Políticas públicas para o campo e cidadania
Carga horária:	SE: 16 + ESP: 14 = 30
Ementa	As construções históricas e ideológicas dos Estados modernos. Relações entre Estado e sociedade. Conceitos de política pública. Políticas públicas para o campo no Brasil. Conceitos de cidadania. Movimentos sociais do campo e atuação política no Brasil. Questões agrárias.
Referencial básico	COELHO, V.S.P.; NOBRE, M. Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004. COUTINHO, A.F.; CAVALCANTI, C.R. (org.). Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo. Curitiba: Editora CRV, 2013. ELIAS, N. O processo civilizador – Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v.2.
Referencial complementar	GOHN, M.G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2008. STÉLIDE, J.P. (org.). A questão Agrária no Brasil volume 8 – Debate sobre situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. BONETI, L.W. Políticas públicas por dentro. Ijuí: UNIJUI, 2011. COSTA, L.F.C. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ UFRRJ, 1996. FERNANDES, B.M.; MEDEIROS, L.S.; PAULILO, M.I. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas , v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Área de Conhecimento	Metodologia do Trabalho Científico VIII
Carga horária:	SE: 14 + ESP: 16 = 30
Ementa	Socialização do processo da intervenção pedagógica, pontos de dificuldades, avanços. Aprofundamento sobre a análise dos dados. Planejamento da orientação para o processo final.
Referencial básico	FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa . 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
Referencial complementar	PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico . 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. [ebook]. SAMPIERE, H. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa . São Paulo: McGraw-Hill, 2006. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – Referências – Elaboração: NBR 6023 . São Paulo: ABNT, 2002. 24 p. CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 1983. RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANO 3
NONA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo IX
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	Planejamento e análise de fluxos de produção nas propriedades familiares - Análise das formas informais ou formais de planejar e sobre os fluxos de produção nas

	propriedades familiares. Limites e os desafios.
Referenciais básico	<p>ADMINISTRAÇÃO Agrícola. 4. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 612 p.</p> <p>HOFFMANN, R. Administração da empresa agrícola. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978. 325 p.</p> <p>JONES, G.R.; GEORGE, J.M. Administração contemporânea. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2008. xxxi, 778 p. ISBN 978-85-86804-72-4 (broch).</p>
Referencial complementar	<p>SILVA, A.T. Administração básica. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. xii, 269 p. ISBN 978-85-2246-364-0 (broch.).</p> <p>SOUZA, R. et al. A administração da fazenda. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 211 p. (Coleção do agricultor). ISBN 85-250-0531-2 (broch).</p> <p>SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 703 p. ISBN 978-85-2245-353-5 (broch.).</p> <p>SANTOS, G.J.; MARION, J.C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 139 p. ISBN 85-224-1434-3 (broch.).</p> <p>BARBOSA, F.A.; SOUZA, R.C. Administração de fazendas de bovinos: leite e corte. 2. ed. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2011. 354 p. (Ouro). ISBN 978-85-7601-235-1 (broch.)</p>

Área de Conhecimento	Estatística aplicada
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	<p>Conceitos introdutórios. Estatística descritiva. Regressão linear simples e correlação amostral. Introdução à teoria da probabilidade. Conceitos básicos e medidas de posição e dispersão: média, variância, desvio padrão, erro padrão da média e coeficiente de variação Princípios básicos da experimentação agrícola: repetição, casualização e controle local. Planejamento de experimentos: escolha de fatores e seus níveis; unidade experimental. Testes de significância. Testes de comparação de médias (Tukey, Duncan, Scheffé, Dunnett).</p>
Referencial básico	<p>MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W.O. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>PETERNELLI, L.A.; MELLO, M.P. Conhecendo o R: Uma visão estatística. Viçosa: UFV, 2011.</p> <p>PIMENTEL-GOMES, F.; GARCIA, C.H. Estatística aplicada a experimentos agrônômicos e florestais: exposição com exemplos e orientações para uso adequado de aplicativos.</p>

	Piracicaba: FEALQ, 2002.
Referencial complementar	MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W.O. Estatística Básica . 6 São Paulo: Saraiva, 2010. LARSON, R.; FARBER, B. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010. TRIOLA, M.F. Estatística . 10 Rio de Janeiro: LTC, 2008. FERREIRA, D.F. Estatística multivariada . 2. ed. Lavras: UFLA, 2011. RAMALHO, M.A.P.; FERREIRA, D.F.; OLIVEIRA, A.C. Experimentação em genética e melhoramento de plantas . 3. ed. Lavras: Editora Ufla, 2012.

Área de Conhecimento	Economia e Administração Rural II
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	O processo administrativo. Capitais e custos. Medidas de resultado econômico. Fatores que afetam o resultado econômico. Noções de contabilidade rural. Comercialização agrícola. Avaliação e perícias de bens rurais. Fundamentos de Projetos Agropecuários.
Referencial básico	ADMINISTRAÇÃO Agrícola . 4. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 612 p. HOFFMANN, R. Administração da empresa agrícola . 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978. 325 p. JONES, G.R.; GEORGE, J.M. Administração contemporânea . 4. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 2008. xxxi, 778 p. ISBN 978-85-86804-72-4 (broch).
Referencial complementar	SILVA, A.T. Administração básica . 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. xii, 269 p. ISBN 978-85-2246-364-0 (broch.). SOUZA, R. et al. A administração da fazenda . 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 211 p. (Coleção do agricultor). ISBN 85-250-0531-2 (broch). SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 703 p. ISBN 978-85-2245-353-5 (broch.). SANTOS, G.J.; MARION, J.C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 139 p. ISBN 85-224-1434-3 (broch.).

	BARBOSA, F.A.; SOUZA, R.C. Administração de fazendas de bovinos: leite e corte . 2. ed. Viçosa: Centro de Produções Técnicas, 2011. 354 p. (Ouro). ISBN 978-85-7601-235-1 (broch.)
--	---

Área de Conhecimento	Sociologia e Extensão Rural III
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	As metodologias participativas na abordagem da ATER que facilitam o diálogo, a horizontalidade da relação técnico/a-agricultor/a; da relação com os diversos saberes, os experienciais, práticos e os técnicos e científicos. Novos desafios e perspectivas para a ATER hoje A Pedagogia da Alternância e a ATER.
Referencial básico	EMATER-MG. Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR . Belo Horizonte: 2006. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de Ater . Brasília, 2010 FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz Terra, 1971.
Referencial complementar	ALVES, S.M. Freire e Vigotsky um diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural . Chapecó: Argos editora da Unochapecó, 2012 ASSUMPÇÃO. R. (Org.). Educação Popular na Perspectiva Freiriana . São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009. BRANDÃO, C.R. (Org.). A questão política da educação popular . São Paulo: Brasiliense, 1980. BRANDÃO, C.R. O que é Educação Popular . São Paulo: Brasiliense, 2005. CALDART, R.S.; KOLLING, E.J. (Org). Paulo Freire, Um educador do Povo . Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. 2 ed. Gráfica e Editora Peres, 2001.

Área de Conhecimento	Nutrição e Forragem
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Histórico e evolução das pastagens no Brasil. Conceitos em forragicultura. Pastagens no Brasil – Regiões Fisiográficas.

	Sistemática da Gramíneas de interesse forrageiro. Sistemática das principais leguminosas de interesse forrageiro. Fisiologia das Plantas Forrageiras. Valor Nutritivo de Forrageiras. Produção de sementes de forrageiras. Plantas tóxicas de interesse pecuário.
Referencial básico	<p>ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel, 1988-1999. 162p.</p> <p>FONSECA, D.M., MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras. Viçosa: Editora UFV. 2010. 654p.</p> <p>SILVA, S. Plantas forrageiras de A a Z. Editora aprenda fácil. 2009. 225p.</p>
Referencial Complementar	<p>LORENZI, H. Plantas Daninhas do Brasil, terrestres, aquáticas, tóxicas e medicinais. 2 ed – Plantarum Ltda., Nova Odessa, SP, 440 p. 1991.</p> <p>MINSON, D. J. Forage in ruminant nutrition. San Diego: Academic Press, 1990. 483p.</p> <p>MITIDIERI, J. Manual de gramíneas e leguminosas para pastos tropicais. São Paulo, Nobel/Edusp, 1983.</p> <p>TOKARNIA, C. H., DOBEREINER, J. , PEIXOTO, P. V. Plantas Tóxicas do Brasil. Ed. Helianthus, 320 p., Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>VALADARES FILHO, S.C.; PAULINO, P.V.R.; MAGALHÃES, K.A. Exigências nutricionais de zebuínos e tabelas de composição de alimentos – BR CORTE. 2 ed. Viçosa : UFV, Suprema Gráfica Ltda. 2009, 142p.</p>

Área de Conhecimento	Associativismo e Cooperativismo II
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	Tipos de associação; finalidades; associados; Legislação pertinente. Marcos legais atuais. Limites e Possibilidades.
Referencial básico	<p>COOPERATIVISMO. 2. ed. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1998. 33 p.</p> <p>ASSOCIATIVISMO. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1998. 33 p.</p> <p>ASSOCIATIVISMO. Fortaleza 52 p. ISBN 9788575293775.</p>
Referencial complementar	ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil . Rio de Janeiro: Interciência, 2004. xiv, 127 p. ISBN 85-7193-106-2.

	<p>FROEHLICH, J. M. Desenvolvimento Rural: Tendência e Debates Contemporâneos. Ijuí, Unijuí, 2006.</p> <p>RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>SCHARDONG, A. Cooperativa de Crédito - Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. Editora Rígel, 2002.</p> <p>SOUZA, E.G.V. Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania. Curitiba: Juruá, 2008. 233 p. ISBN 978-85-362-2015-4 (broch.).</p>
--	---

Área de Conhecimento	Desenho Técnico e Construções Rurais
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Objetivos e aplicações do Desenho Técnico no Curso LECCA; introdução; classificação e normas técnicas; materiais e instrumentos; caligrafia técnica; escala gráfica; Normas para Construções Rurais e Ambiente. Estudo dos materiais e Técnicas de construções sustentáveis. Planejamento e dimensionamento de instalações zootécnicas e agrícolas com a utilização dos recursos locais.
Referencial básico	<p>FERREIRA, P.; MICELI, M.T. Desenho técnico básico. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2001, 144p.</p> <p>BAÊTA, F.C.; SOUZA, C.F. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. 2. ed. Viçosa: UFV, 2010.</p> <p>SILVA, A.; et. al. Desenho técnico moderno. 4 Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p>
Referencial complementar	<p>BORGES, A.C. Prática das Pequenas Construções. 7 São Paulo: Edgar Blücher, 1975.</p> <p>CRUZ, J.T.; MICHELETTI, J.V. Bovinocultura leiteira: instalações. 3 Curitiba: Lítero-técnica, 1985.</p> <p>FABICHAK, I. Pequenas Construções Rurais. 2 São Paulo: Nobel, 1977.</p> <p>FERREIRA, P. Desenho de Arquitetura. 2 Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2004.</p> <p>PEREIRA, M.F. Construções Rurais. São Paulo: Nobel, 1999.</p>

Área de Conhecimento	Estágio Curricular Supervisionado III
Carga horária:	SE: 20 h + ESP: 100 h = 120 h

Ementa	Orientação teórica do estágio. Ética do estágio. Análise do material didático. Observação e regência de aulas nos anos finais do ensino fundamental e/ou ensino médio regular e/ou EJA. Análise de práticas de avaliação, formulação de avaliações operativas, formativas
Referencial básico	FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido . 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia . 23a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. SAUL, A.M.G. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
Referencial complementar	BRASIL/SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio . Brasília: Mec/Semtec, 2002a. CORTELLA, M.S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos . 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999. McLAREN, P. A vida na escola – uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. MOURA, D.G.; BARBOSA, E.F. Trabalhando com Projetos. Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais . 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. VASCONCELLOS, C.S. Planejamento – Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – Elementos pedagógicos para elaboração e realização , 25ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2015, vol. 1.

ANO 4

DÉCIMA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo X
Carga horária:	SE: 8 + ESP:7 = 15
Ementa	Práticas docentes na formação por alternâncias - Observar uma aula dada por um colega (Planejamento, conteúdo, metodologia, recursos didáticos, participação dos educandos, relação educador-aluno etc. Planejar e desenvolver uma aula que deverá ser avaliada por um colega. Esta temática será desenvolvida em forma de estágio e deverá ser realizada em outra escola (intercâmbio).
Referencial básico	GIMONET, J.C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs . Tradução: BURGHGRAVE, T. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos

	<p>Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.</p> <p>GIMONET, J.C. e CALVÓ, P.P. Aprendizagem por Alternância. In: BEGNAMI, J.b.; BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 137-165.</p> <p>NOSELLA. P. Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. Vitória – ES: EDUFEST. 2013.</p>
Referencial complementar	<p>BEGNAMI, J.B. et al. Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel, MARTINS, M.F.A., MARTINS, A.A. (Org.). Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5).</p> <p>BURGHGRAVE, T. Vagabundos, não Senhor Cidadãos brasileiros e planetários: uma experiência educativa pioneira do campo. Orizona: GO: UNEFAB, 2011. (Coleção agir e pensar das EFAs do Brasil)</p> <p>QUEIROZ, J.B.P. Construção da Escola Família Agrícola. Brasília: Universidade de Brasília, 2004, Tese (Doutorado em Sociologia)</p> <p>SILVA, L.H. Novas faces da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo. In: BEGNAMI, J.B.; BURGHGRAVE, T. (Orgs). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 167- 179.</p> <p>UNEFAB. Plano de Formação. Dossiê da Formação Inicial. Módulo II. Brasília, 2003.</p>

Área de Conhecimento	Escola, Gestão e Currículo
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Estudos sobre a gestão democrática da instituição escolar, as teorias do currículo, os documentos norteadores da construção curricular e as relações entre diversidade e currículo na escola.
Referencial básico	<p>GOMES, N.L. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Organização do documento: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO, A.R. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.</p> <p>GOMES, M.B.; BAIROS, M. Regimento escolar e projeto político pedagógico: espaços para a construção de uma escola pública democrática. Texto</p>

	<p>organizado para uso didático da Interdisciplina Organização da Escola de Ensino Fundamental, do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1ª Edição – 2006-2009</p> <p>SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.</p>
Referencial complementar	<p>PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007. 120 p. ISBN 978-85-08-10868-8 (broch.).</p> <p>FERREIRA, A.C. “A morada do educador: ética e cidadania”. In: Educação e revista. Belo Horizonte, n.43, jun. 2006, p.57-72.</p> <p>SANTOS, B.S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>SANTOS, B.S. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>GARCIA, R.L.; MOREIRA, A.F.B. (Org.). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 344 p. ISBN 978-85-249-1917-6.</p>

Área de Conhecimento	Sociologia da Educação
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	<p>Análise das diferentes concepções teóricas a respeito da sociedade e da educação ou do olhar sociológico sobre a educação nas perspectivas: funcionalista, reprodutivista, capital humano hegemônico e microssocial. Estudo sobre o surgimento e o desenvolvimento da Sociologia da educação no Brasil. Bases sociológicas da educação: clássicos da sociologia. A sociologia como Ciência. Enfoques teóricos em Sociologia da Educação. A socialização, a instituição de papéis sociais, status sociais. Educação e processo de mudança social. as perspectivas clássicas e a análise da Sociologia da Educação: Comte, o positivismo e a educação; Durkeim, a sociedade, a educação e a vida moral; Weber, a sociedade, a educação e o desencantamento; Marx, a sociedade, a educação e a emancipação. Contribuições da análise sociológica contemporânea. Materialismo histórico e a educação; a sociologia figuracional de Norbert Elias; Pierre Bourdieu e a análise da reprodução.</p>

Referencial básico	<p>BONNEWITZ, P. Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>KRUPPA, S.M.P.; PIMENTA, S.G.; LIBÂNEO, J.C. (Coord.). Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 1991. 157 p. (Magistério 2º grau / Formação do professor). ISBN 85-249-0486-0 (broch.).</p> <p>BRANDÃO, C.R. O que é educação. 27ª São Paulo: Brasiliense, 1992.</p>
Referencial complementar	<p>RODRIGUES, A.T. Sociologia da educação. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 130 p. ISBN 978859827134-7 (broch.).</p> <p>PILETTI, N.; PRAXEDES, W. Sociologia da educação: do positivismo aos estudos culturais. São Paulo: Ática, 2010. 176 p. (Série Educação). ISBN 978-85-08-13163-1 (broch.).</p> <p>MEKSENAS, P. Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2011. 143 p. (Coleção Escola e Participação). ISBN 978-85-15-00311-2 (broch.).</p> <p>MARTINS, C. B. O que é Sociologia. 57ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.</p> <p>WEBER, M. Ensaio de Sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.</p>

Área de Conhecimento	Psicologia da Educação
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	O conhecimento psicológico e sua aplicação no contexto educativo. Processos de aprendizagem e subjetivação na infância e adolescência. Transtornos do desenvolvimento, violência, uso de substâncias químicas e sexualidade. Educação inclusiva.
Referencial básico	<p>COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Org.). Desenvolvimento e psicologia da educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3.</p> <p>MARTINEZ, A.M. Psicologia escolar e compromisso social. São Paulo: Alínea, 2007.</p> <p>MARTINEZ, A.M. Psicologia escolar e compromisso social. São Paulo: Alínea, 2007.</p>

Referencial complementar	<p>BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. Psicologias, uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed, São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>CÓRIA, M. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>MACHADO, A.M. Educação especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.</p> <p>PILLETI, N. Psicologia educacional. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>SALVADOR, C.C. Aprendizagem escolar e a construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.</p>
--------------------------	--

Área de Conhecimento	Filosofia da Educação
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Fundamentos Filosóficos da Educação. Abordagem da educação como prática fundamental da existência histórico-cultural dos homens. Ideias pedagógicas e seus principais representantes envolvendo a educação desde a antiguidade, idade média, moderna e contemporânea. Globalização e educação: crise dos paradigmas e a formação do educador no contexto da contemporaneidade. O papel da filosofia na atividade docente e na formação inicial e continuada do educador. O papel da filosofia na Educação do Campo. Atitude filosófica diante dos problemas da educação atual. História dos Direitos Humanos. Importância dos Direitos Humanos para a construção de uma sociedade democrática e a cidadania plena para os Sujeitos do Campo.
Referencial básico	<p>CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000, 567p. Disponível em <http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaiui.pdf>.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 23 ed., 1994, 184 p.</p> <p>GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.</p>
Referencial complementar	<p>ARANHA, M.L.A. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_da_esperanca.pdf.</p> <p>FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire</p>

	<p>_educacao_pratica_liberdade.pdf.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Indignação. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_da_indignacao.pdf.</p> <p>SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013, pp 11 a 30.</p>
--	--

Área de Conhecimento	Didática Geral
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 10 = 30
Ementa	Trajetória histórica da Didática. Docência na sociedade contemporânea. Docência em escolas rurais e do campo. Desafios e possibilidades na educação do campo. Finalidades sociais da educação e compromisso ético. Processos de ensino e aprendizagem. Relação conteúdo e forma. Materiais pedagógicos, métodos e técnicas de ensino em análise. Planejamento e avaliação. Relação professora/or-aluna/o-conhecimento. Estratégias pedagógicas para a inclusão da pessoa com deficiência.
Referencial básico	<p>FREITAS, L.C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.</p> <p>LUCKESI, C.C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.</p> <p>TEIXEIRA, A.B.M. Temas atuais em didática. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p>
Referencial complementar	<p>CANDAU, V.M. (Org.). A didática em questão. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.</p> <p>KLEIN, R.R.; HATTGE, M.D. (Org.). Inclusão escolar: implicações para o currículo. São Paulo: Paulinas, 2010.</p> <p>GADOTTI, M.. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>MASETTO, M.T. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994. 111 p. (Aprender e ensinar). ISBN 85-322-1172-0 (broch.).</p> <p>MOREIRA, A.F.; CANDAU, V. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.</p>

Área de	Mecanização I
---------	---------------

Conhecimento	
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 6 = 30
Ementa	Introdução ao estudo da mecanização agrícola. Tração animal. Tração motorizada. Princípios de funcionamento de motores de combustão interna, ciclo Otto, ciclo Diesel, motores de quatro e dois tempos. Manutenção. Princípios básicos para operação de tratores. Planejamento da mecanização para uma propriedade rural.
Referencial básico	BARGER, E.L.; et al. Tratores e seus motores . Rio de Janeiro: Blucher, 1966. BERETTA, C.C. Tração animal na agricultura . São Paulo: Nobel, 1988. BIANCHINI, A.; TEIXEIRA, M.M.; COLOGNESE, N.R. Manutenção de tratores agrícolas (por sistemas) . 2. Ed. Brasília: LK, 2012. 152 p.
Referencial complementar	BALASTREIRE, L.A. Máquinas Agrícolas . São Paulo: Manole, 1987. MIALHE, L.G. Manual de mecanização agrícola . São Paulo: Agronômica Ceres, 1974. COMETTI, N.N. Mecanização agrícola . Curitiba. Livro técnico, 2012. 160 p. SILVEIRA, M. Os Cuidados com o Trator . 2 ed Rio de Janeiro: Globo, 1987. 245 p. SILVEIRA, G. M. Máquinas para Plantio e Condução das Culturas . Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 334 p.

ANO 4

DÉCIMA PRIMEIRA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Plano de Estudo XI
Carga horária:	SE: 8 + ESP: 7 = 15
Ementa	Agroindústria e comercialização na Agricultura Familiar.
Referencial básico	CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário . Vicososa: Aprenda Fácil, 2000. SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. LIMA, U.A. (Coord.). Agroindustrialização de frutas . São Paulo: FEALQ, 1998. 151 p. (Biblioteca de ciências agrárias Luiz de Queiroz ; 5). ISBN 85-7133-003-4 (broch.).

Referencial complementar	<p>FERREIRA, C. L. L. F. Produtos lácteos fermentados: aspectos bioquímicos e tecnológicos. Caderno Didático, Viçosa: UFV, n. 43, 2001.</p> <p>LOVATEL, J.L. Processamento de Frutas e Hortaliças. Caxias do Sul: RS: Educs, 2004. 189 p. ISBN 9788570612823.</p> <p>GAVA, A.J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo, Nobel, 1979.</p> <p>PARDI, M.C. et al. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Vol I e II. Ciência e Higiene da Carne, 1996</p> <p>MANICA, I. Mamão: tecnologia de produção, pós colheita, exportação, mercados. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 361 p. ISBN 9788586466311.</p>
--------------------------	---

Área de Conhecimento	Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem Vegetal
Carga horária:	SE: 24 + ESP: 21 = 45
Ementa	Padronização, classificação, armazenamentos e embalagens de produtos agropecuários utilizados no consumo e na industrialização de alimentos. Princípios gerais de higiene e controle de qualidade no processamento de produtos agropecuários. Tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal. (frutas, hortaliças, grãos, raízes).
Referencial básico	<p>BARUFFALDI, R.; OLIVEIRA, M. N. Fundamentos de tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998. 317 P. V. 3 2</p> <p>CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio. 2. ed. Lavras: UFLA, 2005. 785 p. ISBN 978-85-87692-27-6 (broch.).</p> <p>EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 2002.</p>
Referencial complementar	<p>CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Vicoso: Aprenda Facil, 2000.</p> <p>FERREIRA, C. L. L. F. Produtos lácteos fermentados: aspectos bioquímicos e tecnológicos. Caderno Didático, Viçosa: UFV, n. 43, 2001.</p> <p>GAVA, A. J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo, Nobel, 1979.</p> <p>LOVATEL, J.L. Processamento de Frutas e Hortaliças. Caxias do Sul: RS: Educs, 2004. 189 p. ISBN 9788570612823.</p> <p>PAIVA, Francisco Fábio de Assis et al. Processamento de</p>

	Castanha de Caju. Brasília: Embrapa, 2006. 53 p. ISBN 9788573833591.
--	---

Área de Conhecimento	Mecanização II
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 25 = 45
Ementa	Introdução ao estudo da mecanização agrícola. Preparação do trator para utilização nas operações. Classificação, acoplamento, princípios de funcionamento, regulagem, operação e manutenção de máquinas e implementos agrícolas. Acompanhamento das principais operações mecanizadas no campo. Avaliação do processo de trabalho.
Referencial básico	SILVA, R.C. Máquinas e equipamentos agrícolas. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014. 120 p. SILVEIRA, G.M. As máquinas para Plantar: aplicadoras - distribuidoras - semeadoras - plantadoras - cultivadoras. Rio de Janeiro: Globo, 1989. 257 p. TESTA, A. Mecanização do desmatamento: as novas fronteiras agrícolas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1983. 313 p.
Referencial complementar	BALASTREIRE, L.A. Máquinas Agrícolas. São Paulo: Manole, 1987. 307 p. BERETTA, C.C. Tração animal na agricultura. São Paulo: Nobel, 1988. MIALHE, L.G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1974. PORTELA, J.A. Semeadoras para plantio direto. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 249 p. SILVEIRA, G.M. Máquinas para Plantio e Condução das Culturas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 334 p.

Área de Conhecimento	História da Educação
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 25 = 45
Ementa	História da educação no Brasil e no mundo: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação da/o professora/or. Interrelações da história da educação e a sua importância para compreensão da realidade educacional contemporânea, no campo e na cidade. História da educação rural e da educação do campo: concepções, implicações políticas, econômicas, culturais e sociais.

Referencial básico	<p>ARANHA, M.L.A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384 p. ISBN 85-16-05020-3 (broch.).</p> <p>DANYLUK, O. (Org.). História da educação matemática: escrita e reescrita de histórias. Porto Alegre: Sulina, 2012. 207 p. ISBN 978-85-205-0626-4 (broch.).</p> <p>ROMANELLI, O.O. História da Educação no Brasil: (1930/1973). 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 279 p. ISBN 9788532602459</p>
Referencial complementar	<p>ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. Educação do campo: desafios para a formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.</p> <p>BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Panorama da educação no campo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.</p> <p>LOPES, E. M. T. Perspectivas históricas da educação. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>MST. CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., Declaração final (versão plenária). Por Uma Política Pública de Educação do Campo Luziânia, GO, 2-6 ago. 2004. Luziânia, GO: MST, 2004.</p> <p>SOUZA, M. A. Educação do campo: proposta e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.</p>

Área de Conhecimento	Políticas Educacionais
Carga horária:	SE: 20 + ESP: 25 + 45
Ementa	Legislação e políticas educacionais ao longo da história da educação brasileira. Estado, políticas públicas e educação no Brasil. Políticas sociais de inclusão. O direito à educação e a participação da sociedade. O público e o privado na educação brasileira. Organização do sistema educacional brasileiro: legislação, competências federativas, níveis e modalidades de ensino. Políticas de financiamento e de avaliação da educação. Políticas de acesso e permanência na educação brasileira.
Referencial básico	<p>SOUZA, M.F. Políticas educacionais para a sala de aula em Minas Gerais: CBC em biologia. Inconfidentes, 2013. 31 p.</p> <p>KOLLING, E.J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. Educação do campo: identidade e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: ANCA, 2002.</p>

	<p>PARAÍSO, M.A. (Org.). Antônio Flávio Barbosa Moreira: pesquisador em currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p> <p>SAVIANI, D. A nova lei da educação - LDB: trajetória, limites e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1997.</p>
Referencial complementar	<p>SAVIANI, D. A educação brasileira: estrutura e sistema. 8. ed. Campinas, SP: Editores Associados, 2000.</p> <p>SHIROMA, E.O.; MORAES, M.C.M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996.</p> <p>BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, R.F. Políticas educacionais no Brasil: qual o papel do poder legislativo? Curitiba: Protexito, 2009. 256 p. ISBN 9788578280741.</p>

Área de Conhecimento	Zoologia Geral
Carga horária:	SE: 20: ESP: 10 = 30
Ementa	Caracteres gerais, morfologia e sistemática de: protozoários, poríferos, celenterados; platelmintos e nematelmintos com ênfase a verminoses; moluscos, anelídeos, artrópodes, com ênfase nos agentes polinizadores, do controle biológico e bioindicadores; equinodermos, vertebrados, com ênfase aos animais peçonhentos, dispersores de sementes de interesse econômico.
Referencial básico:	<p>RUPPERT, E.E.; FOX, R.S.; BARNES, R.D. Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva. 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. xxii, 1145 p. ISBN 978-85-7241-571-2 (enc.).</p> <p>RIBEIRO-COSTA, C.S.; ROCHA, R.M. Invertebrados: manual de aulas práticas. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p. ISBN 9788586699504.</p> <p>BRUSCA, Richard C.; BRUSCA, Gary J. Invertebrados. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 968 p. ISBN 978-85-2771-258-3 (broch.).</p>
Referencial complementar	SANTOS, E. Anfíbios e répteis do Brasil: vida e costumes . 4. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1994. 263 p. (Zoologia Brasileira v. 3).

	<p>GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. xvi, 920 p. (Biblioteca de Ciências Agrárias Luiz de Queiroz ; 10). ISBN 85-7133-011-5 (broch.).</p> <p>BUZZI, Z.J. Entomologia didática. 6. ed. Curitiba: UFPR, 2013. 579 p. ISBN 978-85-7335-298-6 (broch.).</p> <p>HILDEBRAND, M. Análise da estrutura dos vertebrados. 2 São Paulo: Atheneu Editora, 2006.</p> <p>SOUZA, M.M.; ZANUNCIO, J.C. Marimbondos. Editora UFV, 2012.</p>
--	--

Área de Conhecimento	Topografia
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Conceitos Fundamentais; histórico; divisão da topografia; Sistemas de Coordenadas; Unidades de Medidas; Ângulos e Medições; Campo Magnético Terrestre, Declinação e Inclinação, Bússola; Distâncias e Medições; Coordenadas Retangulares; planimetria e altimetria; Levantamentos Topográficos Campo/Escritório.
Referencial básico	<p>COSTA, A.A. Topografia. Curitiba: Livro Técnico, 2011. 144 p. (Infraestrutura). ISBN 978-85-63687-22-7 (broch.)</p> <p>MCCORMAC, J.C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 391 p. ISBN 978-85-216-1523-1 (broch.).</p> <p>COMASTRI, J.A.; TULER, J.C. Topografia: altimetria. 3. ed. Viçosa: UFV, 1999. 200 p. ISBN 85-7269-035-2 (broch.)</p>
Referencial complementar	<p>BORGES, A.C. Topografia: volume 1. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2013. 211 p. ISBN 978-85-2120-762-7 (broch.).</p> <p>CASACA, J.M.; MATOS, J.; BAIO, M. Topografia geral. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.</p> <p>COMASTRI, J.A. Topografia planimetria. Viçosa: UFV, 1992.</p> <p>COMASTRI, J.A.; GRIPP JUNIOR, J. Topografia aplicada: medições, divisão e demarcação. Viçosa: UFV, 1990.</p> <p>LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea: planimetria. 3. ed. 321 p. ISBN 9788532803818.</p>

Área de Conhecimento	Estágio Curricular Supervisionado IV
----------------------	--------------------------------------

Carga horária:	SE: 20 h + ESP: 100 h = 120 h
Ementa	Orientação teórica do estágio. Ética do estágio. Orientação para o trabalho de campo no acompanhamento dos estudantes, no processo das visitas às Famílias e Comunidades). Planejamento: preparação da visita, objetivos, métodos de abordagem do camponês, formas de registro da visita, avaliação. Análise crítica do Projeto e do processo de realização das visitas da EFA abordada, desafios, potencialidades, perspectivas.
Referencial básico	BAPTISTA, M.V. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentalização . São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2000. COELHO, F. M. G. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos . Viçosa: Ed. da UFV, 2005. UNEFAB. Visitas às Famílias e Comunidades . Dossiês da formação Inicial. Módulo III, 2003.
Referencial complementar	COWAN ROS, C. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas no norte da Província de Jujuy, Argentina . In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 99-128. GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas, SP: Autores Associados, 2009. FREIRE, P. Educação como prática de liberdade . Rio de Janeiro; Paz e Terra. p. 150. 1983 SAVIANI, D. Escola e democracia . Campinas, SP: Autores Associados, 2005. VERDEJEO, M.E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP . Brasília, DF: MDA: SAF: DATER, 2006.

ANO 4

DÉCIMA SEGUNDA ALTERNÂNCIA

Área de Conhecimento	Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem Animal
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 15 = 45
Ementa	Padronização, classificação, armazenamentos e embalagens de produtos agropecuários utilizados no consumo e na industrialização de alimentos. Princípios gerais de higiene e controle de qualidade no processamento de produtos agropecuários. Tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal e animal (frutas, leite de consumo, fermentados manteiga, queijos, doce, carnes características ante- morte e pós morte, e derivados de carne).

Referencial básico	<p>ORDÓÑEZ PEREDA, J.A. Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos : volume 1. Porto Alegre: Artmed, 2005. 294 p. (v. 1). ISBN 978-85-363-0436-6 (broch.).</p> <p>ORDÓÑEZ PEREDA, J.A. et al. (colab.). Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal - volume 2. Porto Alegre: Artmed, 2005. vi, 279 p. (2). ISBN 978-85-363-0431-1 (broch.).</p> <p>BARUFFALDI, R.; OLIVEIRA, M. N. Fundamentos de tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998. 317 P. V. 3 2</p>
Referencial complementar	<p>EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 652 p. ISBN 85-7379-075-X (broch.).</p> <p>CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Vicososa: Aprenda Fácil, 2000.</p> <p>FERREIRA, C. L. L. F. Produtos lácteos fermentados: aspectos bioquímicos e tecnológicos. Caderno Didático, Viçosa: UFV, n. 43, 2001.</p> <p>GAVA, A.J.; SILVA, C.A.B.; FRIAS, J.R.G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2008. 511 p. ISBN 978-85-213-1382-3 (broch).</p> <p>PARDI, M.C. et al. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Vol I e II. Ciência e Higiene da Carne, 1996</p>

Área de Conhecimento	Microbiologia Agrícola e Fitopatologia
Carga horária:	SE: 40 + ESP:20 = 60
Ementa	<p>Características gerais e classificação dos microrganismos de interesse agrícola. Influência dos fatores ambientais, físicos e químicos no desenvolvimento de microrganismos. Microrganismos úteis para agricultura: micorrizas, fixadores de nitrogênio e controle biológico. Histórico e importância da Fitopatologia. Sintomatologia e diagnose de doenças de plantas. Ciclo das relações patógeno-hospedeiro e epidemiologia. Agentes causais de doenças. Mecanismos de ataque de patógenos e de defesa das plantas contra patógenos. Classificação de doenças. Princípios de controle e manejo integrado de doenças. Técnicas de laboratório para caracterização, identificação e diagnose de fitopatógenos.</p>
Referencial básico	<p>RIGIANO, R.N.; WINDHAM, M.T.; WINDHAM, A.S.. Fitopatologia: conceitos e exercícios de laboratório. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. xiv, 575 p. ISBN 978-85-363-2342-8 (broch.).</p>

	<p>KIMATI, H (Ed.) et al. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. 4. ed. São Paulo: Ceres, 2005. 663 p. (2). ISBN 85-318-0043-9 (v. 2).</p> <p>TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. xxviii, 934 p. ISBN 978-85-363-2606-1 (broch.).</p>
Referencial complementar	<p>ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. Métodos em fitopatologia. Viçosa – MG: Ed. UFV, 2007. 382 p.</p> <p>KIMATI,H. et al. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. 4. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2005. v. 2, 663 p.</p> <p>AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. 4. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2011. v. 1, 704 p.</p> <p>PELCZAR, M.J. et al. Microbiologia: conceitos e aplicações : volume 1. 2. ed. São Paulo: McGraw Hill Education, 1997. 524 p. (1). ISBN 978-85-346-0196-2 (broch.).</p> <p>ROMEIRO, R. da S. Controle biológico de doenças de plantas: procedimentos. Viçosa- MG: Ed. UFV, 2007. 172 p.</p>

Área de Conhecimento	Higiene e inspeção sanitária
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 30 = 60
Ementa	Introdução a Inspeção Sanitária, classificação, padronização, beneficiamentos e processamentos tecnológicos de produtos animais e vegetais. Legislações pertinentes. Processos de garantia de qualidade. Programas de controle de qualidade. Programas obrigatórios de erradicação de doenças em animais e plantas.
Referencial básico	<p>GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. São Paulo: Livraria Varela, 2001. 629 p. ISBN 85-85519-57-6 (broch.).</p> <p>PINTO, P.S.A. Inspeção e higiene de carnes. Viçosa: UFV, 2008. 320 p. ISBN 978-85-7269-342-4 (broch.).</p> <p>PINTO, P.S.A. Inspeção e higiene de carnes. 2. ed. Viçosa: UFV, 2014. 389 p. ISBN 978-85-7269-468-1 (broch.).</p>
Referencial complementar	<p>GIL, J.I. Manual de inspeção sanitária de carnes. V.I. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 485p.</p> <p>HAZELWOOD, D. Manual de higiene para manipuladores de alimentos. São Paulo Livraria Varela, 1994. 140.p</p>

	<p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal aprovado pelo Decreto nº 30.691, de 29/03/52, alterado pelo Decreto nº 1255. Brasília: 1962. p.174.</p> <p>PARDI, C.M. SANTOS. F.I. SOUZA, R.E. PARDI, S.E. Ciência, Higiene e Tecnologia de Carne. Goiânia: Editora UFG, v. 2, 1983.</p> <p>ORDÓÑEZ PEREDA, Juan A et al. (colab.). Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal - volume 2. Porto Alegre: Artmed, 2005. vi, 279 p. (2). ISBN 978-85-363-0431-1 (broch.).</p>
--	--

Área de Conhecimento	Língua brasileira de sinais
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 30 = 60
Ementa	Introdução a educação de surdos e as principais abordagens educacionais. Vocabulário de Língua Brasileira de Sinais. Tópicos sobre a cultura e identidade surda. Uso de expressões faciais gramaticais e afetivas. Estrutura da frase. Aspectos linguísticos da LIBRAS. Processo de aquisição da língua observando suas especificidades e as diferenças entre LIBRAS/PORTUGUÊS. Inclusão educacional de alunos surdos.
Referencial básico	<p>GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. (Estratégias de ensino). ISBN 978-85-7934-001-7 (broch.).</p> <p>BOTELHO, P. Segredos e silêncios na Educação dos surdos. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 1998.</p> <p>CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngüe da Língua de Sinais Brasileira I e II, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p>
Referencial complementar	<p>PEREIRA, M.C.C. et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. xv, 127 p. : ISBN 978-85-7605-878-6 (broch.).</p> <p>MOURA, M. C. et al. Língua de Sinais e educação do surdo. São Paulo: Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, 1993.</p> <p>QUADROS, R.M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>SACKS, O. Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Imago, 1989.</p> <p>SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3 ed.</p>

	Porto Alegre: Mediação, 2005.
--	-------------------------------

Área de Conhecimento	Fundamentos de Geotecnologia
Carga horária:	SE: 30 + ESP: 30 = 60
Ementa	Noções de cartografia e Geodésia (Coordenadas geodésicas e UTM). Precisão e acurácia de GPS de navegação. Interpretação de imagens do Google Earth para o monitoramento ambiental. Características, tipos e aplicações das imagens do Google Earth. Precisão e acurácia de imagens do Google Earth. Técnicas de levantamento de campo (GPS e Google Earth): marcação de pontos, delimitação de polígonos e linhas. Aplicativos e interfaces do Google Earth.
Referencial básico	HOFMANN-WELLENHOF, B.; LICHTENEGGER, H. ; WASLE, E. GNSS – Global Navigation Satellite Systems, GPS, GLONASS, Galileo and more. Springer-Verlag Wien, 2008. 501p. KALINOWSKI, S.R. Utilização do GPS em trilhas e cálculo de áreas. Rio de Janeiro: LCT, 2006. 190p. LEICK, A. GPS Satellite Surveying. 3. ed. Ed. Wiley, 2004. 464p.
Referencial complementar	BERALDO, P.; SOARES, S. M. GPS: Introdução e aplicações práticas . Criciúma, SC: Editora e Livraria Luana, 1995. BRANDALIZE, A. A. Cartografia digital . Curitiba, PR: GIS Brasil 98, 1998. CÂMARA, G.; MEDEIROS, J. S. Geoprocessamento para projetos ambientais . São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 1996. LEICK, A. GPS Satellite Surveying . 3. ed. Ed. Wiley, 2004. 464p. SEGANTINE, P.C.L. GPS Sistema de Posicionamento Global . EESCUSP, São Carlos, 2005, 364p.

11. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRICO, MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS

11.1. Histórico das Licenciaturas em Educação do Campo

A categoria Educação do Campo emerge nos anos de 1990, em um contexto de lutas pela terra, por isso sua matriz de origem está ligada umbilicalmente com os movimentos sociais do campo. Estes, descobrem, no seio da luta pela terra, a necessidade de se lutar também pela ocupação do “latifúndio do saber”. Neste contexto, as EFAs são reconhecidas como uma das experiências concretas de Educação do Campo no Brasil.

Inicialmente, os movimentos sociais fazem a denúncia da escola rural, como um modelo urbano, inapropriado para os contextos de produção e reprodução social, política, cultural, ambiental e econômica da vida no campo. Em seguida, apresentam, a partir de suas experiências educativas alternativas, propostas que culminam com um conjunto de princípios e diretrizes, em construção, abertos à reconstrução permanente, determinadas pelos contextos históricos dos sujeitos “em estado de luta”, em cada momento e lugar.

Por isso, nos últimos cinco anos, a Educação do Campo tem experimentado crescimento da oferta dos cursos superiores de formação de professores. São as Licenciaturas em Educação do Campo, por *áreas de conhecimento*, acontecendo em 44 instituições de ensino superior e tecnológico do País, conforme relatório do IV Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo, realizado em Belém – PA (BRASIL, 2014, p.18-26).

O crescimento da oferta dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo pode ser entendido como um reflexo das lutas dos Movimentos Sociais em busca da formação específica para os educadores do campo. As articulações dos movimentos de luta em prol da Educação do Campo serviram como elemento de pressão para a elaboração de Políticas Públicas para a Educação do Campo.

A inter-relação entre as lutas e a implementação dos cursos específicos, enquanto uma Política Pública do Estado brasileiro, começaram a se efetivar a partir da criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

(PRONERA) ,que teve suas discussões iniciais no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, em 1997[1].

“Identificou-se naquele Encontro a existência de dezenas de universidades envolvidas com o tema da Educação na Reforma Agrária. Porém, a maioria dos trabalhos estava sendo feita isoladamente” (MOLINA E JESUS, 2010, p.29).

A partir dessa identificação, nasce a proposição de criação do PRONERA, o qual foi fruto de um processo longo de negociações entre Movimentos Sociais, Universidades e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A Portaria oficial nº 10/98 do MEC publicada em 16 de abril de 1998, possibilitou a consolidação desta ação Política.

A política pública de formação de educadores do campo vem à luz por meio das proposições reivindicadas na “Declaração Final Por uma Política Pública de Educação do Campo”, produzida pela “II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo”, realizada em Luziânia, GO, nos dias 02 a 06 de agosto de 2004, na qual a AMEFA estava presente, assim como esteve também presente na I Conferência, realizada no mesmo local, em julho de 1998.

A proposição relativa à formação docente específica para o campo foi expressa assim:

“Garantir a formação específica de educadoras e educadores do campo, pelas universidades públicas e gratuitas, pelo poder público, em parceria com os movimentos sociais.” (INTER-AÇÃO, 2004, p.291).

Esta demanda foi anunciada a partir das denúncias da falta de educadores qualificados técnica, pedagógica e politicamente para atuarem nas escolas do campo.

Nas suas proposições, a Declaração de Luziânia, introduz diretrizes e pressupostos básicos, visando assegurar a

“valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente que priorize: formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente; formação no trabalho que tenha por base a realidade do campo e o projeto político-pedagógico da Educação do Campo; incentivos profissionais e concurso diferenciado para educadores e educadoras que trabalham nas escolas do

campo; definição do perfil profissional do educador e da educadora do campo; garantia do piso salarial profissional nacional e de plano de carreira; formas de organização do trabalho que qualifiquem a atuação dos profissionais da Educação do Campo; garantia da constituição de redes: de escolas, educadores e educadoras e de organizações sociais de trabalhadoras e trabalhadores do campo, para construção e reconstrução permanente do projeto político-pedagógico das escolas do campo, vinculando essas redes a políticas de formação profissional de educadores e educadoras” (INTER-AÇÃO, 2004, p.288-289).

A partir de 2008, as demandas dos movimentos sociais do campo entram na agenda política da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD[2]), do Ministério da Educação (MEC). Cria-se o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) com o objetivo de apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. O Procampo tem a missão de promover a formação superior dos professores em exercício na rede pública das escolas do campo e de educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, por meio da estratégia de formação por áreas de conhecimento, de modo a expandir a oferta de educação básica de qualidade nas áreas rurais, sem que seja necessária a nucleação extracampo (BRASIL, MEC, SECAD, 2007, s/p).

O PROCAMPO é desenvolvido por meio de parcerias com instituições públicas de ensino superior do Brasil que devem

[...] prever: a criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores atuem na construção e reflexão do projeto-pedagógico das escolas do campo; a organização curricular por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade [...] (BRASIL, 2011, s/p).

Para Diniz-Menezes (2013), a formação do PROCAMPO era vista como uma possibilidade de expandir-se a oferta da Educação Básica de qualidade nas áreas campesinas. O MEC convida inicialmente quatro instituições para uma experiência piloto: a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

Universidade Federal do Sergipe (UFS), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de Brasília (UNB). Tal iniciativa se deu pelo fato dessas instituições apresentarem acúmulo acadêmico na formação de professores do campo ou experiência com implementação de licenciaturas por área de conhecimento e/ou experiência em gestão compartilhada com sujeitos e movimentos sociais do campo.

Cabe destacar que o Curso Pedagogia da Terra da FAE/UFMG (que passou a se chamar depois Licenciatura em Educação do Campo), realizado a partir de 2004 com o apoio do PRONERA, para atender demandas dos movimentos sociais ligados à Reforma Agrária, “constituiu-se como uma das principais referências para o desenho do PROCAMPO” (ANTUNES-ROCHA, 2011, p. 20).

A trajetória do PROCAMPO, fruto da luta dos Movimentos Sociais do Campo no Brasil inicia com o edital nº 02/2008 que convida as primeiras instituições superiores para iniciar a experiência piloto. O edital 09/2009 visa ampliar a oferta a partir da experiência piloto, avaliada positivamente. O edital 02/2012 condicionou as instituições públicas de ensino superior, participantes, a criarem os cursos de forma regular, disponibilizando códigos de vagas específicas, visando à contratação de novos docentes para aturem especificamente nestas licenciaturas. No caso da UFMG, desde a segunda turma, iniciada em 2009, este curso passa a ser regular com base no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O atendimento da FAE/UFMG ao convite feito pelo MEC[3] em 2008, com o desenvolvimento do LECAMPO, significava a possibilidade de implementar uma experiência piloto, mas para a FAE representava a possibilidade de continuidade da experiência iniciada em 2004 com o curso de Pedagogia da Terra[4] (ANTUNES-ROCHA, 2011).

Enfim, o Edital n. 02/2012 SECADI/MEC permitiu a expansão da oferta de Licenciaturas em Educação do Campo em Minas Gerais, por áreas de conhecimento e, em alternância, com o incentivo da liberação de “Códigos de Vagas” para contratação de novos professores. Novas Universidades públicas aderiram a este Edital: UFV, UFTM, UFVJM e a UNIMONTES. Porém, nenhuma

destas instituições ofertam Licenciaturas em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias.

[1] O I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária foi um evento que celebrava os 10 anos do setor de Educação do MST. Entre suas discussões foi entendida a necessidade de realização da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

[2] Em 2011, a pasta da inclusão é incorporada à SECAD que a partir de então, passa a se chamar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

[3] O convite veio da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à SECADI, em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESu).

[4] A primeira experiência da Licenciatura em Educação do Campo, iniciada em 2004 na UFMG, constituiu-se em um espaço fecundo de pesquisas e de um número expressivo de publicações: FARIA e EITERER, 2006; MARTINS, 2007, 2009; ROCHA, 2008; ANTUNES-ROCHAS e MARTINS, 2009; PIO VENÂNCIO e CASTRO, 2009; GONZAGA, 2009; ANTUNES-ROCHA, 2010; HORÁRIO, 2010; ROSENO, 2010.

11.2. Marcos conceituais da Educação do Campo

A formação idealizada para a referida demanda apresentada pelo LECCA, deverá ser concebida considerando-se a materialidade do trabalho no campo, da agricultura familiar.

“Um dos fundamentos centrais da Educação do Campo refere-se à articulação de seus postulados ao entendimento da necessidade da construção de um novo projeto de nação para a sociedade brasileira. Projeto este cuja centralidade se dê a partir da busca da garantia das condições dignas de vida para todos, o que exige redistribuição de renda, de terra, de poder e conhecimento” (MOLINA et al. 2009, p.18).

O conceito de educação do campo preconiza-se pela visceral relação que deve se dar entre os educandos e o mundo da vida dos educandos que protagonizam essas práticas educativas. O processo de reprodução social, a cultura, o trabalho, as condições de vida etc. dos sujeitos do campo não podem ser substituídos numa visão de educação reduzida à escolarização. No debate, a compreensão de Educação do Campo, não precede o debate sobre campo e este é:

Fundamentalmente o debate sobre o trabalho no campo, que traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo. Isto demarca uma concepção de educação. Integra-nos a uma tradição teórica que pensa a natureza da educação vinculada ao destino do trabalho.

Esta concepção nos aproxima e nos faz herdeiros de uma tradição pedagógica de perspectiva emancipatória e socialista: é desta tradição o acúmulo de pensar a dimensão formativa do trabalho, do vínculo da educação com os processos produtivos, de com não é possível pensar-fazer a educação sem considerar os sujeitos concretos e os processos formadores que os constituem como seres humanos desde a práxis social (CALDART, 2008, p.77).

É preciso ousar para mudar a educação para desalienar os sujeitos do próprio trabalho. O Curso embasado nestas concepções presume-se que ele criará espaços institucionais para a germinação de mudanças nas práticas docentes das Ciências Agrárias e deverá ajudar a formar um novo educador, uma nova educadora, conforme preconizado por Paulo Freire.

Pelo exposto, a base conceitual do Projeto deverá estar calcada nas concepções da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. As especificidades desta proposta, em relação a outras tendências conceituais sobre educação devem-se ao fato de sua permanente associação e integração com as questões do desenvolvimento e do contexto na qual ela se enraíza. Sua base de sustentação é que o campo deve ser compreendido para muito além de um espaço meramente de produção agropecuária. Ou seja, ela concebe o rural como espaço de vida, de produção, de relações sociais, de produção de cultura, história e conhecimento, de lutas e organizações dos distintos sujeitos que nele vivem.

A concepção de educação, da expressão Educação do Campo, não abre mão da necessária ligação com os contextos nos quais desenvolvem esses processos educativos. Ela exige visão ampliada dos processos formativos. Ela compreende os processos culturais, as estratégias de socialização, as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manter e fortalecer esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo. As reflexões sobre Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância são indissociáveis do debate sobre a construção de um novo projeto

de nação; sobre a mudança do modelo de desenvolvimento brasileiro e sobre o papel do campo e da educação neste modelo.

As concepções teóricas que devem orientar esta proposta visam criar possibilidades de formação que oportunize aos estudantes (docentes das EFAs e jovens do campo) a perceberem as contradições existentes no modelo de desenvolvimento vigente no campo brasileiro; bem como propiciar espaços de produção de criatividade, para que possam perceber a diferença que determinadas condutas poder ter na relação com os agricultores e agricultoras e na construção ou desconstrução de estratégias eficazes de promoção do desenvolvimento rural.

Os contornos conceituais que baseiam a construção da matriz curricular do LECCA, estão em destaque as lutas permanentes pelo fortalecimento da agricultura familiar camponesa; a luta pela terra como um direito dos sem terra; a luta pela vida digna, pela relação igualitária entre homens e mulheres, pelo respeito à diversidade sexual e religiosa; pela distribuição da renda e dos bens produzidos pela sociedade, de forma justa, por uma sociedade justa e sustentável em termos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos (ANTUNES-ROCHA, 2011, p.22).

As lutas, formas de organização, processos educativos e necessidades em geral dos sujeitos do campo, constituem a materialidade e fecundante do desenvolvimento da formação dos docentes do campo (MOLINA, 2009, p.189, apud ANTUNES-ROCHA, 2011, p. 22) demarca o que se entende como eixo material desse projeto, ao afirmar que:

“[...] Educação do Campo é indissociável da luta pela terra, da luta pela Reforma Agrária. Democratização da terra, com a democratização do acesso ao conhecimento”.

Nesta perspectiva, o PPPC da LECCA se compreende vinculado à classe trabalhadora do campo, do espaço vital onde estão situadas as EFAs, demandantes deste Curso. Esse aspecto demarca sua diferença em relação ao projeto societário capitalista para o campo do agronegócio. Este Currículo quer afirmar o propósito dos sujeitos que o demandam de promover uma formação docente coerente para contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento endógeno ao campo, comprometido com a sustentabilidade

econômica, social, ambiental, política e cultural da terra e dos sujeitos que nela trabalham.

“O compromisso do curso concretiza-se numa perspectiva de escola que se articula com os projetos sociais e econômicos do campo, que cria uma conexão direta entre formação e produção, entre educação e compromisso político. Uma escola que, em seus processos de ensino e de aprendizagens, considera o universo cultural e as formas próprias de aprendizagens dos povos do campo, que reconhece e legitima esses saberes construídos a partir de suas experiências de vida. Uma escola que se transforma em ferramenta de luta para a conquista de seus direitos como cidadão.” (ANTUNES-ROCHA, 2011, p.23)

O projeto popular de desenvolvimento para o País, conseqüentemente para o campo, coloca o imperativo de uma formação que contribua para o desenvolvimento de um perfil de educador que atenda de fato às necessidades da realidade campesina. O perfil que atenda à realidade do campo da agricultura familiar, em contraposição ao modelo de desenvolvimento ligado ao agronegócio, exige um educador que tenha compromisso, condições teóricas e técnicas para desconstruir as práticas e ideias que conformam o meio e a escola rural. Nesse sentido, as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada, mais abrangente, já que ele terá de dar conta de uma série de dimensões educativas (ANTUNES-ROCHA, 2011, p.23). Como se trata de formação de profissionais em serviço, a organização do LECCA lança mão da Alternância, como um método, um princípio educativo para dar conta da formação para o perfil profissional desejado.

11.3. Concepções da Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs³

O LECCA será concebido e implementado com base numa organização curricular por alternâncias. A “alternância integrativa”, uma tipologia ideal da alternância educativa, pressupõe uma “abordagem multidimensional e complexa”, conforme Gimonet (2007). Nesta perspectiva, segundo o autor, a alternância é definida como “*uma pedagogia de relações*”, entre sujeitos,

³ Ver também: Guia de alternância (Anexo 1) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias, que acompanha este documento.

instituições, saberes, processos metodológicos, espaços e tempos ou ritmos alternados. Muitas vezes, a alternância se resume a este último ponto, ou seja, ela se reduz aos ritmos entre escola e meio o que a torna uma falsa alternância. Por isso, falar da Alternância como uma Pedagogia de relações faz aprofundar o seu verdadeiro sentido.

A Pedagogia da Alternância como relações entre sujeitos envolve os alternantes, os formadores, as pessoas da família dos alternantes, lideranças, trabalhadores/as das comunidades e colegas de trabalho onde vivem e trabalham. O potencial da alternância e o seu desafio está justamente na capacidade da articulação dessa rede de possíveis co-formadores.

A alternância, como uma pedagogia de relações pessoais, compreende o/a trabalhador/a em formação como sujeito de sua própria formação. Neste sentido, a auto-organização dos estudantes na formação por Alternância se torna uma atividade estratégica para implicá-los na responsabilização sobre o seu processo de formação.

A Pedagogia da Alternância como uma relação entre instituições implica numa prática de alternância articulada em uma rede de parceiros institucionais: famílias, comunidades, movimentos sociais, grupos informais em geral, igrejas, empresas, associações, cooperativas, sindicatos, poder público, entre outros. Nesta perspectiva, o/a educador/a da alternância é compreendido como um catalizador da formação, pois seu papel é também o de articular o processo formativo com a rede de instituições existentes, explorando todos os potenciais educativos do máximo de instituições possível, situadas no território.

A Pedagogia da Alternância é uma pedagogia das relações entre saberes ou entre diferentes saberes. Paulo Freire foi quem afirmou que não existe saberes mais ou saberes menos, mas saberes diferentes. A relação de saberes coloca a alternância educativa como uma pedagogia do processo de construção do conhecimento, que articula e valoriza os diferentes saberes: do trabalho, das experiências de vida, escolares, científicos, entre outros, mas numa perspectiva da “universalidade”. Na lógica indutiva, parte-se do local para o global, do concreto para o abstrato, do simples para o complexo, nunca se reduzindo ao saber e ao fazer local. Conforme Caldart (2012) é preciso manter o entendimento do trabalho como atividade humana criadora, por isso

“[...] defendemos o trabalho como base principal do projeto educativo da escola e que se vinculem os conhecimentos escolares ao mundo do trabalho e da cultura por ele produzida, participando das lutas de superação da forma histórica que o trabalho assume na sociedade capitalista” (p. 154).

A Alternância como relações entre processos metodológicos envolve o método dialético ou dialógico: ação-reflexão-ação. Nas sequências alternadas, Sessão-Escola (SE) e Estadia Socioprofissional (ESP). Isso implica afirmar que o conhecimento tem sua base e desenvolvimento ligado com a realidade concreta.

A alternância como uma relação de ritmos alternados ente escola e meio. Neste sentido, cabe destacar os ritmos de alternâncias a serem propostos para atender ao público interessado. Cada público sugere um ritmo de acordo com suas possibilidades. Importante destacar que os ritmos são meios facilitar e acesso e permanência do estudante na escola.

Nesta relação alternante entre os tempos e espaços, parte-se do princípio de que o **IFSULDEMINAS-EFA-Comunidades** são tempos/espaços de uma formação contínua, mesmo que haja descontinuidade das atividades, ou seja, interrupções dos espaços e tempos. Estes constituem territórios de construção e avaliação de saberes e que, portanto, seria necessário buscar superar a perspectiva de que a escola é lugar de teoria e a comunidade é lugar de aplicação/transformação. Ou seja, na realidade, não há separação entre teoria e prática, ambas se realizam nos dois tempos e espaços. “Agir em pensamento e pensar em ação”. A SE funciona como lugar de mediação para aprender a reelaborar formas de pensar/sentir/agir e não para manter e/ou substituir formas anteriores.

O curso define a alternância como uma modalidade diferenciada de formação presencial contínua, embora a escolarização seja parcial, é descartada a hipótese de enquadrá-la como formação à distância.

Por isso, alguns instrumentos ou mediadores precisam ser implicados para promover a formação integral, contínua na descontinuidade dos espaços e tempos e atividades. Neste caso, os temas geradores são estratégicos para a relação prática-teoria-prática. No caso das EFAs: o Plano de Estudo, o Caderno

da Realidade, o Caderno de Alternância, as viagens e visitas de Estudo, as Intervenções Externas, as Visitas às Famílias, o Projeto Profissional do Jovem etc. são as ferramentas fundamentais para promover a interdisciplinaridade unir Escola e Família ou Escola e meio.

Neste sentido, o LECCA deverá definir os seus mediadores, seus instrumentos pedagógicos específicos (Quadro 01) para integrar os tempos e espaços, em vista de propiciar um processo de formação contínua. O conceito de *mediação pedagógica* emerge como possibilidade para compreender a troca de informações entre os tempos formativos. Serve para viabilizar a organização das atividades com conteúdos a serem desenvolvidas na SE e na ESP.

No caso do LECCA serão adotados os seguintes instrumentos ou atividades pedagógicas de ligação, ou de mediação, conforme o Quadro 01:

Quadro 01. Instrumentos pedagógicos mediadores da Alternância no LECCA

Instrumentos da Alternância	O que é
O Plano de Estudo	Tema gerador
Colocação em Comum	Socialização de pesquisa
Guia de Alternância	Caderno de Orientações
Caderno da Realidade	Caderno de Campo
Atividades de Retorno	Ações concretas a partir dos estudos e pesquisas
Tutorias	Acompanhamento personalizado
Visitas de Estudo	Atividade pedagógica na SE
Intervenções Externas	Convidados para fazer oficinas, palestras
Visitas aos Estudantes	Acompanhamento na ESP
Auto-organização	Vida de grupo
Estágio	Vivências no mundo do trabalho
Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica	TCC - Atividade integradora culminante do Curso
Relatório Síntese da Alternância	Culminância de cada módulo

Estes instrumentos serão detalhados no capítulo seguinte que trata da operacionalização do curso.

11.4. Marcos legais

Este projeto tem como objetivo prioritário a formação de professores para atuar nas escolas que atendem à população do campo dentro de uma perspectiva da educação do campo nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Neste projeto, contempla-se também a possibilidade dos egressos virem a atuar como educadores em diferentes espaços formativos. Os marcos legais e conceituais que subsidiaram a sua formulação são:

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 que Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

DECRETO nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

PARECER CNE/CEB nº 1/2006 que trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).

RESOLUÇÃO nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

DECRETO nº 7352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 4, DE 13 de julho DE 2010 que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

RESOLUÇÃO nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

RESOLUÇÃO nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

PORTARIA MEC nº 86, de 1º de fevereiro de 2013 que institui o Programa Nacional em Educação do Campo, PRONACAMPO e define as suas diretrizes gerais.

RESOLUÇÃO Nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A partir dessas referências, este projeto assume que:

A Educação do Campo é uma ação afirmativa que visa à correção da desigualdade histórica vivida pelas populações do campo (campeiros, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, garimpeiros, etc.) em relação ao acesso à educação básica e às condições das escolas do campo e da formação de seus profissionais.

12. OPERACIONALIZAÇÃO - MARCOS METODOLÓGICOS

12.1. O ritmo de alternância do LECCA

O ritmo de alternância do LECCA será de três tempos de quatro semanas a cada ano no IFSULDEMINAS/ano, alternados por três tempos/ano na EFA e/ou comunidade. Sendo um curso com 4 anos, serão 12 sequências de alternâncias ou 12 módulos no total, conforme o cronograma das atividades docentes apresentado no Quadro 02.

O tempo/espço no IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes será chamado de Sessão Escolar (SE) e o Tempo/espço na EFA e/ou comunidade será chamado Estadia Socioprofissional (ESP). Os dois tempos e espaços serão considerados tempos letivos conforme o Parecer nº 01/2006 da CEB/CNE/MEC.

Quadro 02 - Organização das atividades docentes a cada ano

Cronograma das atividades docentes

Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
SE			x			x			x			
ESP		x		x	x		x	x		x	x	x
RE	x						x					x

Legenda: SE = Sessão Escolar

ESP = Estadia Socioprofissional

RE = Férias ou recesso (Férias janeiro, 15 dias de recesso em julho e 15 e recesso de natal).

12.2. Organização das atividades pedagógicas nos tempos e espaços: SE e ESP

A **Sessão Escolar**, organiza-se a partir dos três Eixos de Formação: formação básica, formação na área específica e formação integradora. As aulas ocorrerão de segunda a sábado, de modo a contemplar a carga horária prevista.

Além das aulas, poderão ser promovidas atividades culturais, seminários, encontros com representantes dos movimentos sociais, estudos de campo etc. Na organização do horário será priorizado o horário noturno para estudo e realização de exercícios e leituras.

A **Estadia socioprofissional** é o momento da observação da realidade, da pesquisa, da extensão, da prática de ensino, dos estágios, incluindo também os momentos de revisão, contextualização e/ou integração dos conteúdos abordados nas disciplinas na Sessão Escolar, da elaboração do Caderno da Realidade, registrando os Planos de Estudo, as atividades de retorno e a realização da Pesquisa de intervenção pedagógica.

Enfim, os tempos e os espaços formativos precisam de uma organização. A seguir descrevemos as atividades que integram a Sessão Escolar no IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes* e as Estadias Socioprofissionais.

12.2.1. Organização das Atividades na Sessão Escolar

A Sessão Escolar do LECCA contará com as seguintes atividades:

A - Plano de Estudo e a Colocação em Comum

O Plano de Estudo instrumentaliza as alternâncias, pois media a integração SE e ESP; estudo e trabalho, Escola e Vida, Teoria e Prática como também a articulação da interdisciplinaridade.

O Plano de Estudo aparece no currículo como uma disciplina, mas na proposta da alternância trata-se de um tema de pesquisa que integra a alternância, os tempos e os espaços: Escola-meio. Portanto, o Plano de Estudo é uma estratégia metodológica fundamental do processo da formação em alternância. Por meio dele buscar-se-á a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento, bem como a ligação estudo e trabalho, teoria e prática.

Na gestão pedagógica do cronograma de cada Sessão Escolar, o Plano de Estudo será tratado sempre como ponto de partida do processo. Ou seja, a primeira disciplina será o Plano de Estudo com a atividade pedagógica de socialização da pesquisa realizada pelos educandos durante a Estadia no meio socioprofissional. Esta atividade será chamada de **Colocação em Comum**.

A metodologia de socialização da pesquisa do tema do Plano de Estudo é uma escolha desafiadora a se fazer por quem vai assumir a mediação desta atividade. Importa que esta atividade produza um **Texto-Síntese pelos educandos**, que por sua vez, servirá de ponto de partida para o aprofundamento nas aulas a seguir.

Sendo uma **atividade integradora do curso**, o desenvolvimento do Plano de Estudo requer, se possível, participação dos docentes que irão atuar na Sessão Escolar, sobretudo aqueles cujas áreas se aproximam mais do tema de pesquisa do Plano de Estudo.

A socialização da Síntese do Plano de Estudo com toda a equipe docente é fundamental para incluí-la no Plano de Aula, na perspectiva do aprofundamento teórico-prático, da valorização dos saberes experienciais, da troca dos saberes e da construção crítica de novos saberes.

Logo, o cronograma das aulas deverá planejar a área de conhecimento Plano de Estudo, como primeira atividade de início de Sessão Escolar com o mínimo de 4 horas de duração e mais 4 horas para o final da Sessão Escolar, em vista do planejamento com os educandos sobre a Atividade de Retorno (devolutiva) do Plano de Estudo na Comunidade. E neste momento prepara-se a nova pesquisa de Plano de Estudo para a próxima sequência de alternância.

B - Jornadas pedagógicas

As jornadas pedagógicas consistem no conjunto das **aulas teórico-práticas** e outras atividades recorrentes durante a Sessão Escolar, logo após a Colocação em Comum do Plano de Estudo.

As demais atividades podem constituir-se de Seminários, pesquisa em biblioteca, aulas práticas em laboratório, ou em Unidades Educativas de Produção (UEPs) do *Campus*, Visitas de Estudo, oficinas, palestras (Intervenções Externas), Mini-Cursos, Serões de Estudo, Avaliações etc.

- **As Visitas de Estudo** são atividades que devem acontecer em propriedades rurais, organizações sociais, sindicatos, escolas, empresas etc. Essas visitas são orientadas pelo tema do Plano de Estudo que está sendo desenvolvido durante a Sessão Escola. Elas complementam o

tema e auxiliam na dinamização das aulas, buscando sempre a integração teoria e prática. O planejamento desta atividade deve acontecer previamente de uma Sessão para outra, com a participação dos educandos na definição de locais onde visitar, tema, organização etc.. A Coordenação Pedagógica junto ao IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes* buscará os meios necessários para garantir a logística desta atividade. As disciplinas mais afins deverão integrar na organização e efetivação da visita. As visitas devem gerar um registro, que previamente planejado, poderá servir de avaliação nas disciplinas e complementação de pontos da **Colocação em Comum** ligada à pesquisa do Plano de Estudo. Esse material deverá compor o Caderno da Realidade.

- **As Intervenções Externas**, no contexto da Pedagogia da Alternância, são atividades também complementares ao tema do Plano de Estudo. Consiste em palestras, oficinas, Mini-cursos, testemunhos, contação de histórias etc.. Esta atividade é feita dentro de uma ou mais disciplinas, previamente combinada com o apoio da Coordenação Pedagógica. No caso do PPC-LECCA, ela deverá ser tratada, em parceria com os educandos, sempre ao final da Sessão Escolar, em termos de temática, quem será convidado, com quais ou com qual disciplina será relacionada. Com isso, os professores da Sessão Escolar seguinte, implicados nesta atividade, elaboram seus planos de aulas, incluindo essa atividade. As Intervenções Externas devem gerar um registro, que previamente planejado, poderá servir de avaliação nas disciplinas e complementação de pontos da Colocação em Comum ligada à pesquisa do Plano de Estudo. Esse material deverá compor o Caderno da Realidade.
- O “**Serão de Estudo**” é uma atividade complementar, livre, organizada pelos educandos para discutir, debater assuntos de interesse, ligados à temática do Plano de Estudo ou não, como temas relacionados à cultura e arte em geral. Na experiência da Pedagogia da Alternância, os Serões se aplicam aos ambientes escolares com internato. Eles ocorrem à noite,

logo após o jantar, em horário e período de tempo, previamente combinado entre os educandos. Os Serões potencializam a auto-organização dos estudantes.

C - Caderno da Realidade

O Caderno da Realidade é um portfólio do estudante. Pode ser compreendido como caderno de campo, onde o estudante registra suas pesquisas relacionadas aos Planos de Estudo; relatórios: de estágio, de Visitas de Estudo, de Intervenções Externas, de observações de experiências, de outras pesquisas, das Atividades de Retorno, etc.. É um instrumento de aprendizagem pelos vários tipos de registros que ele comporta. Ele serve de base para avaliar o desenvolvimento dos estudantes, no tocante à capacidade sistematizar e produzir textos. Este instrumento é construído na ESP e na SE e acompanha os estudantes durante todo o percurso do Curso.

D - Preparação da próxima Estadia Socioprofissional

Acontece ao final da Sessão Escolar. É um espaço de planejamento e orientações das atividades durante a próxima ESP. Este tempo, conforme o currículo do LECCA compreende 4 horas prevista na carga horária da disciplina Plano de Estudo.

São previstas 15 horas para Plano de Estudo, estas horas são distribuídas da seguinte forma: 4 horas para a Colocação em Comum no início da SE; 4 horas para este momento da Preparação da ESP, ao final da SE e 7 horas para a Pesquisa do Plano de Estudo na ESP. Dessa forma, toda Sessão Escolar precisa prever no seu Cronograma das aulas, esse tempo ao final para garantir o processo de orientação, que é fundamental na articulação das alternâncias:

- O **Guia da Alternância** é um caderno que será disponibilizado para os estudantes, deverá reunir em um só documento, todos os assuntos que devem ser orientados para a próxima Estadia, conforme descrito no Quadro 03:

Quadro 03. Relação de conteúdos que devem estar previstos no Guiz de Alternância.

Atividades de pesquisa complementar das áreas de conhecimento
Atividades de Retorno na Escola e/ou comunidade (a atividade de retorno está, explicada no item a seguir das atividades na ESP)
Pesquisa do próximo Plano de Estudo ou a vivência do Estágio
Atividades de práticas pedagógicas
Atividades científico-culturais
Outras atividades que preparam a próxima SE: Visitas de Estudo; Intervenções Externas
Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica (TCC)

E - Organicidade dos estudantes - Vida de Grupo

“A história das lutas populares demonstra que os trabalhadores só conseguiram mudanças em sua condição de vida por meio da ação coletiva. Há muitas formas de organizar uma ação coletiva. As práticas ancoradas em um líder autoritário, paternalista, assistencialista, carismático ou bonzinho são criticadas como parte de um processo que não fortalece todas as pessoas do grupo, somente ficam fortalecidas aquelas que fazem parte do grupo dirigente. Por outro lado um grupo sem liderança, que não se organiza para as lutas favorece a individualização da luta. Nas últimas décadas vem-se fortalecendo princípios vinculados ao trabalho conjunto, solidariedade, participação efetiva, partilha de poderes e de saberes, dentre outros, como ferramentas necessárias para concretizar um coletivo realmente transformador, isto é, onde as pessoas individualmente, em pequeno grupo e no grande grupo se sintam como construtoras da ação” (ANTUNES-ROCHA e BEGNAMI, 2016).

Nesta perspectiva o LECCA buscará meios para potencializar o processo de protagonismos dos estudantes. A organicidade do LECCA consiste em um conjunto de atividades que os estudantes realizam de forma coletiva. Poderá haver uma mediação inicial para promover a auto-organização, mas depois, são

os próprios alternantes, que tomam a iniciativa de se organizarem por meio de Coletivos (comissões ou Grupos de trabalho):

- comissão de animação para incentivar a participação e o lazer do grupo;
- comissão de saúde e bem estar;
- comissão disciplinar para organizar o regimento interno com as regras de convivência e avaliar esse processo,
- comissão de estadia para acompanhar o espaço de moradia, alimentação etc.
- comissão de finanças;
- comissão de transporte;
- comissão de mística;
- comissão de coordenação e representação dos estudantes.

A organicidade pode favorecer o ambiente educativo e potencializar aprendizagens pela vida de grupo.

F - Tutoria

A formação por alternância pressupõe acompanhamento coletivo (de pequenos grupos) e individualizado dos estudantes. No caso do LECCA este será feita por um grupo de bolsistas, que atuarão como auxiliares de aprendizagem com função definida para colaborar durante a Sessão Escolar e também durante a Estadia Socioprofissional. Por isso, esta equipe deverá ser formada por pessoas selecionadas a partir de critérios que envolvam a experiência com Pedagogia da Alternância.

A tutoria comporá das seguintes **tarefas** na **Sessão Escolar**: colaborar com a auto-organização dos estudantes; vida de grupo, estudos e pesquisas; acompanhamento dos Instrumentos pedagógicos (Colocação em comum do Plano de Estudo, organização da síntese comum do Plano de Estudo, organização do Caderno da Realidade, realização de visitas de estudo, intervenções externas, acompanhamento de serões de estudo); orientação da Elaboração do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica.

Na Estadia socioprofissional, os tutores acompanham à distância e por meio de visitas aos estudantes:

- pesquisas do Plano de Estudo;
- tarefas das áreas de conhecimento (pesquisas, estudos);
- vivências e estágios;
- atividades de retorno relativas ao Plano de Estudo;
- implementação do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica etc..

A seleção dos bolsistas para a atividade de Tutoria durante o curso será realizada mediante Edital específico que deverá considerar, além de outros critérios o conhecimento teórico e a experiência com Pedagogia da Alternância, conforme melhor descrito no subitem 21.2.

12.2.2 Organização das Atividades na Estadia Socioprofissional

As atividades da ESP dão sequência ao processo de formação integrando com a SE. Ou seja, os dois espaços e tempos são considerados letivos, portanto de formação contínua. A SE não se limita à teoria e o espaço da ESP não se reduz ao tempo da prática. A ESP não constitui em lugar de aplicação prática da teoria recebida na SE. Compreende-se que nos dois espaços ocorre a relação prática-teoria-prática. Não há um privilégio da teoria sobre a prática e nem vice-versa. Ou seja, a teoria não é preponderante na SE, de igual modo a prática também não o é na ESP. Com este entendimento, o conjunto das atividades da ESP são integradoras, elas instrumentalizam a relação interdisciplinar e das disciplinas com a realidade.

São atividades da ESP:

A - Realização das pesquisas sobre os Planos de Estudo

Os roteiros das pesquisas dos Planos de Estudo são elaborados coletivamente na SE, como vimos acima e levado pelos Estudantes para a realização da pesquisa empírica ao longo da ESP.

O LECCA está planejado com 11 Planos de Estudo conforme o Quadro 04, apresentado a seguir:

Quadro 04. Apresentação dos Planos de Estudo

PLANOS DE ESTUDO = TEMAS GERADORES		
ANO 1		
Ano	Alternância	Áreas de Conhecimentos – Disciplinas
1	I	Plano de Estudo I - Análise da prática do educador como animador das relações na formação por Alternância
	II	Plano de Estudo II - A EFA como centro de referência da agricultura familiar sustentável
	III	Plano de Estudo III - Agricultura familiar, identidade, cultura, gênero e etnia
ANO 2		
2	IV	Plano de Estudo IV - Práticas Agroecológicas na Formação Profissional e Cidadã
	V	Plano de Estudo V - Relação Escola-Sistemas Produtivos e Processos de Trabalho no Campo I
	VI	Plano de Estudo VI - Relação Escola-Sistemas Produtivos e Processos de trabalho no campo II
ANO 3		
3	VII	Plano de Estudo VII - Escola-Família-Comunidade-Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Meio
	VIII	Plano de Estudo VIII - Contribuições e benefícios da organização associativa no desenvolvimento sustentável do meio rural
	IX	Plano de Estudo IX - Planejamento e Análise de Fluxos de Produção nas Propriedades Familiares
ANO 4		
4	X	Plano de Estudo X - Práticas Docentes na Formação por Alternâncias
	XI	Plano de Estudo XI - Práticas de Agroindustrialização e Comercialização na Agricultura Familiar

B - Realização das Atividades de Retorno

As **Atividades de Retorno** são ações concretas a serem desenvolvidas na escola e/ou comunidade. Elas são decorrentes da temática do Plano de Estudo. Estas atividades são planejadas ao final da Sessão Escolar, em parceria com os estudantes e vão orientadas no Guia da Alternância. Por se tratar de um Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias, as ações concretas devem ser implementadas na Escola e nas comunidades onde elas situam.

As **Atividades de Retorno** devem vincular-se à disciplina Prática de Ensino, no tocante às tarefas dirigidas para a ESP.

C - Visitas de acompanhamento dos estudantes nas ESP

A Estadia Socioprofissional precisa ser acompanhada e avaliada. Este processo deverá se dar com a participação da equipe docente e pedagógica do curso, principalmente, pela **equipe de tutores**. A visita de docentes deverá ocorrer, pelo menos uma vez, ao longo do curso. Mas estas serão feitas regularmente, uma vez a cada ESP, pela equipe de tutores. Ou seja, a proposta deste PPPC é de que haja condições de realização de **12 visitas aos estudantes ao longo do curso**. Por isso, cabe destacar que a Coordenação Pedagógica deverá cuidar para que em cada Sessão Escolar, seja realizado o planejamento das visitas de acompanhamento das ESP.

Cabe destacar que o acompanhamento dos estudantes na ESP será reforçado por um Educador local, ou diretor/a da EFA. Neste sentido, cada unidade escolar de origem dos estudantes, constituir-se-á em um núcleo de estudo para a ESP.

D - Estágios

Os estágios serão realizados durante as ESP dos estudantes. As 400 horas previstas para o Estágio serão distribuídas ao longo do Curso em quatro

ofertas, sendo 20 horas para orientação na SE e 80 horas para a prática do estágio na ESP.

Este item será detalhado mais adiante no capítulo 14 do Estágio Curricular Supervisionado.

E - Relatório da Estadia Socioprofissional

O Relatório da ESP constitui a culminância de cada sequência de alternância. Ele será construído a partir das pesquisas empíricas do Planos de Estudo, dos conhecimentos adquiridos na SE e será composto por quatro dimensões:

1 - síntese das atividades desenvolvidas nas disciplinas ao longo do módulo;

2 - registro das atividades relacionadas às Práticas de Ensino tendo como referência as disciplinas dos respectivos módulos;

3 - registro das atividades de retorno: avanços, dificuldades;

4 - reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem vivenciado no respectivo módulo, dialogando a temática do plano de estudo, ou seja, os saberes práticos, da vivência com os saberes das ciencias e relação teoria e prática.

Esse instrumento, além de funcionar como uma estratégia de ensino, tem como objetivo fazer com que os educandos integrem e contextualizem os conhecimentos e desenvolvam suas habilidades acadêmicas, associando-os, por meio das atividades das Práticas de Ensino, ao seu processo formativo.

Este instrumento será importante meio de avaliação do processo formativo, integrando todas as áreas de conhecimento.

F - Pesquisa de Intervenção Pedagógica (= Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)

A Pesquisa de Intervenção Pedagógica será desenvolvida ao longo do curso, perpassando por todos os tempos e espaços das SE e ESP. Será o TCC - Trabalho de Conclusão de Curso - compreendido como requisito para a

obtenção final do diploma com a habilitação em Educação do Campo na área de Ciências Agrárias.

Trata-se de uma intervenção na escola ou comunidades de origem dos estudantes, feita a partir de diagnósticos e de experimentações realizadas ao longo do Curso.

As disciplinas Metodologia do Trabalho Científico e Planejamento e Projetos vão contribuir para o desenvolvimento da Pesquisa.

Ao longo do primeiro e segundo anos, as referidas disciplinas vão embasar o processo de construção do projeto, de maneira que, ao final do segundo ano, na sexta alternância, a elaboração do Projeto esteja finalizada com a devida qualificação para o início da implementação logo no início do terceiro ano. Portanto, na sexta alternância haverá socialização e “QUALIFICAÇÃO” dos Projetos. No quarto ano, espera-se que os estudantes cuidem da elaboração de um relatório com o registro de todo o processo do Projeto de implantação, mostrando os objetivos propostos, a metodologia utilizada e os resultados alcançados. Este relatório final poderá ser apresentado em um dos seguintes formatos:

- a. texto sistematizado em forma de monografia;
- b. um artigo científico submetido a uma revista indexada;
- c. um caderno didático para o ensino de Ciências Agrárias na Pedagogia da Alternância;
- d. um caderno de práticas com um temática específica da área da formação em Ciências Agrárias;
- e. um vídeo documentário etc.

Este item volta com mais detalhes no capítulo 18.

G - Guia da Alternância

O Guia de Alternância é um caderno de orientações didático-pedagógicas a ser utilizado pelos estudantes. É um instrumento mediador que tem um papel importante na orientação das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas, tanto na SE, quanto na ESP.

Ele será elaborado para cada sequência de alternância e por eixos, um para o eixo básico, outro para o eixo específico e outro para o eixo integrador. Embora elaborados separadamente por eixos, os Guias devem dialogar entre si. O Guia do Eixo integrador deverá integrar os demais eixos e vice-versa.

Na primeira parte, o Guia traz planos de aula dos professores com atividades a serem desenvolvidas na Sessão. Na segunda parte ele traz as orientações e também deixa espaços para que os educandos registrem as atividades a serem desenvolvidas durante a ESP ou preparadas para a próxima SE.

Mais detalhes sobre o Guia da Alternância ver anexo 1.

12.2.3. Representação as atividades na ES e na ESP

No Quadro 05 pode-se observar uma representação de um ciclo em uma sequência de alternância para exemplo.

Quadro 05. Representação de um ciclo numa sequência de alternância

SE (IFSULDEMINAS)	ESP (Escola- Comunidade)	SE (IFSULDEMINAS)	ESP (Escola- Comunidade)
Preparação do 1º do Plano de Estudo (PE)	Realização de pesquisa do PE Outras pesquisas e atividades Estágios Registros no Caderno da Realidade	Colocação em Comum dos resultados da Pesquisa Jornadas pedagógicas: aulas, seminários, laboratórios, visitas de Estudo, Intervenções Externas, Mini-Cursos ... Avaliações Preparação da ESP por meio do Guia da Alternância: a.Atividade de Retorno; b. Nova Pesquisa; c. Estágio; d. Práticas pedagógicas; e.Atividades científico-culturais; f. Pesquisas das	Atividades de Retorno Pesquisa do PE Outras Pesquisas Estágio Registros no Caderno da Realidade

		disciplinas	
--	--	-------------	--

Fonte: Begnami (2015), adaptado de Gimonet (2007)

O Quadro 05 é um “mapa” que orienta a organização do cronograma das aulas e atividades na Sessão Escolar e as atividades nas Estadias socioprofissionais. Ele indica uma sequência das atividades, partindo sempre da pesquisa para as aulas e das aulas para novas pesquisas e ações.

12.3. Seminário de abertura do Curso

Os Planos de Estudos pressupõem uma preparação feita, geralmente, ao final de cada Sessão Escolar para que os estudantes possam fazer a pesquisa na próxima Estadia socioprofissional. Esta preparação, pressupõe de um trabalho coletivo que reúne professores e estudantes para a elaboração do roteiro da pesquisa e as orientações para a sua efetivação. Para que o 1º Plano de Estudo seja pesquisado e socializado na 1ª Sessão escolar, o mais correto seria que a sua preparação se desse previamente e de forma participativa em um evento planejado para antes de começar a 1ª Sessão Escolar. Por isso, sugere-se um SEMINÁRIO DE ABERTURA DO CURSO com a seguinte programação:

- Mesa de abertura política;
- Mesa de debate sobre Pedagogia da Alternância e Educação do Campo;
- Conhecimento do IFSULDEMINAS, do *Campus* por parte dos futuros estudantes;
- Apresentação geral da proposta do Curso, seu funcionamento, princípios, metodologia;
- Auto-Organização – uma estratégia de organização dos educandos por Grupos em vista de envolvimento deles no processo formativo;
- Construção do regulamento da vida de grupo que também regulará os tipos de grupos que eles vão organizar. A alternância tem como pressuposto que a vivência no grupo, as trocas de experiência, os

trabalhos coletivos constituem num currículo com potenciais de formação e humanização do grupo;

- Preparação do Plano de Estudo I - Análise da prática do educador como animador das relações na formação por Alternância.

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

13.1. O estágio e o perfil de educador do campo e da Pedagogia da Alternância

Os Estágios Curriculares Supervisionados, em cumprimento à Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, serão realizados a partir da segunda metade do curso. As atividades de estágio serão desenvolvidas com observação e a regência em escolas que atendam às populações do campo nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, cumprindo o total de 400 horas no contexto escolar (EFAs e/ou Escolas do Campo), sendo 80 horas de orientação de estágio realizadas nos módulos presenciais, ou seja, na Sessão Escola no IFSULDEMINAS.

Pelas especificidades da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância praticada nas EFAs, o Estágio Curricular Supervisionado poderá oferecer ao educando da Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias a possibilidade de vivenciar a realidade da profissão, colocando em prática conhecimentos adquiridos durante o curso, visando atingir os seus objetivos e o perfil desejado para o Licenciado em Ciências Agrárias, ou seja, ele deverá preparar o estudante para o trabalho como educador do campo e da Alternância e como agente de Desenvolvimento Sustentável do Campo, para atuar em escolas e espaços educativos não escolares.

Sendo assim, o estágio poderá ser realizado em outros espaços, instituições educativas, não escolares, que atuam em processos formativos junto aos agricultores familiares e que participam do debate da Educação do Campo.

13.2. A vinculação do Estágio com outras áreas do Curso LECCA

O Estágio supervisionado será vinculado à disciplina Prática de Ensino, bem como à disciplina Plano de Estudo. Neste caso, o estágio poderá ser planejado e vivenciado, a partir da orientação de temas previstos para o Plano de Estudo. Quando isto ocorrer, o tema do Plano de Estudo será trabalhado na forma de pesquisa, acrescida da vivência do educando em relação ao tema. Neste caso, ele deverá trazer uma síntese da pesquisa para o Plano de Estudo mais o relatório da vivência do estágio.

13.3. Previsão de um cronograma de oferta

O educando do LECCA deverá realizar os estágios, conforme o seu planejamento, seguindo ao cronograma proposto para iniciar na sexta alternância, ao final do segundo ano do curso, seguindo uma ordem ao longo dos anos seguintes.

Eis a previsão de orientação dos estágios na SE: **VI, VII, IX e XII**

13.4. Coordenação e outras formas de colaboração para o Estágio

Um dos professores vinculados ao Projeto do Curso, será convidado a Coordenar o Estágio, que contará também com o apoio dos Tutores, auxiliares de aprendizagem que atuarão no Projeto, conforme mencionado no item da operacionalização do curso.

As EFAs serão incluídas como parceiras na realização de parte dos Estágios. Nesta proposta, os educandos serão convidados a promoverem a troca entre as Escolas, alternando escolas e regiões para intercambiarem experiências e se confrontarem com realidades diversas.

13.5. Aproveitamento de experiências

Os cursistas do LECCA serão dispensados de até 50% da carga horária exigidas para o estágio curricular supervisionado, desde que comprovem o

mínimo de um ano letivo de experiência de docência na EFA ou em uma Escola do Campo durante a realização do curso.

De modo similar, as atividades relacionadas aos projetos de Extensão devidamente registradas no IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes poderão compor até 50% da carga horária mínima exigida para o estágio curricular supervisionado.

O aproveitamento de experiências poderá ocorrer em apenas um dos casos relacionados, não ultrapassando 50% da carga horária total prevista para o estágio.

A Coordenação Pedagógica do curso analisará as solicitações de aproveitamento de carga horária que deverá vir acompanhada de uma anuência do coordenador do projeto e detalhamento da carga horária cumprida.

13.6. Dispositivos legais

A regulamentação do estágio seguirá o disposto pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, pela Resolução nº 059/2010 de 18 de agosto de 2010 e pela Nota Técnica nº 111/2014.

14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

Ao longo do curso, os educandos serão estimulados a participar de atividades acadêmico-científico-culturais, cumprindo carga horária obrigatória, mínima de 200 horas. Estas atividades deverão contribuir na formação profissional do/da educando/a, no desenvolvimento de novas habilidades, competências e atitudes do ponto de vista técnico, ético e humanístico. Correspondem a estudos e atividades de naturezas diversas que não fazem parte da oferta acadêmica do curso e que são computados, para fins de integralização curricular. Este elenco de atividades visa à complementação da formação profissional para o exercício de uma cidadania responsável.

Todas as atividades deverão ser registradas e comprovadas junto à Coordenação Pedagógica do Curso quando da solicitação de revalidação da

carga horária, incluindo atividades não listadas abaixo. Os casos omissos deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso. As atividades proporcionadas garantirão a interação teórico-prática tais como: monitoria, estágio, iniciação científica, apresentação de trabalhos em congressos e seminários, iniciação à docência, cursos e atividades de extensão além de estudos complementares. As atividades poderão ser cumpridas a partir da Primeira Alternância do curso e o estudante deverá pontuar no mínimo em três das Categorias descritas a seguir, não havendo restrição quanto a pré-requisito.

As diferentes categorias são:

Categoria I:

Trabalho publicado ou *no prelo* em revista indexada nível A Qualis CAPES: 40 horas-aula/trabalho.

Trabalho publicado ou *no prelo* em revista indexada nível B Qualis CAPES: 30 horas-aula/trabalho.

Trabalho publicado ou *no prelo* em revista indexada nível C Qualis CAPES: 20 horas-aula/trabalho.

Trabalho de divulgação científica e tecnológica em boletins, circulares, jornais e revistas sem corpo editorial: 10 horas-aula/trabalho.

Resumos expandidos publicados em anais: 8 horas-aula/resumo expandido.

Resumos publicados em anais: 4 horas-aula/resumo.

Categoria II:

Participação em evento científico ou acadêmico nível internacional: 10 horas-aula/participação.

Participação em evento científico ou acadêmico nível nacional: 8 horas-aula/participação.

Participação em evento científico ou acadêmico nível regional: 6 horas-aula/participação.

Participação em evento científico ou acadêmico nível local: 4 horas-aula/participação.

Categoria III:

Apresentação de trabalho em evento científico: 10 horas-aula/trabalho.

Categoria IV:

Organização de eventos oficiais do IFSULDEMINAS: 10 horas-aula/evento.

Categoria V:

Atividade de monitoria: 20 horas-aula/semestre/disciplina.

Categoria VI:

Estágio não obrigatório seguindo as normas do IFSULDEMINAS: 1 hora-aula corresponderá a 2 horas de estágio (máximo de 50 horas-aula).

Categoria VII:

Cursos específicos e/ou afins a área de Ciências Agrárias com carga horária igual ou superior a 20 horas: 2 horas-aula/curso.

Disciplinas facultativas para enriquecimento curricular cursadas e aprovadas no ou fora do IFSULDEMINAS: cada hora/aula da disciplina corresponderá a 1 hora-aula.

Categoria VIII:

Participação em projeto e/ou programa especial de ensino: 20 horas-aula/semestre.

Participação em projeto e/ou programa especial de pesquisa: 20 horas-aula/semestre.

Participação em projeto e/ou programa especial de extensão: 20 horas-aula/semestre.

Categoria IX:

Membro de Diretoria de Diretório Acadêmico do Curso ou Central (IFSULDEMINAS): 10 horas-aula/semestre.

Participação em órgãos colegiados do IFSULDEMINAS: 10 horas-aula/semestre.

O educando, ao longo do curso, entrará com requerimento solicitando aproveitamento de atividades complementares anexando os documentos necessários:

I – Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidades competentes.

II – Atividades de participação e/ou organização de eventos: certificado de presença, apresentação de relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes.

III – Experiências profissionais complementares: Termo de Compromisso, atestados de participação e apresentação de relatórios devidamente assinados.

IV – Publicações: cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios.

V – Atividades de ensino, pesquisa e extensão: atestados ou certificados de participação e apresentação de relatórios ou projetos registrados.

VI – Vivências de gestão: atas das reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios.

Categoria X:

Participação em **Serões de Estudo** do curso, conforme descrito no item 13: 8 horas-aula/SE, não ultrapassando um total de 80 horas.

Categoria XI:

Participação em Cursos Específicos promovidos pela AMEFA: 16 horas-aula ao longo do curso.

Categoria XII:

Participação em atividades de movimentos sociais (intercâmbios, congressos, reuniões, participação na composição de diretorias, mobilizações etc.): 10 horas-aula ao longo do curso.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O Sistema de Avaliação do Curso LECCA se pauta na concepção de educação que norteia a relação educador/educando/conhecimento com a vida em movimento, sendo necessário empreender práticas avaliativas formativas, por meio de processos sistemático, acumulativo e participativo de acompanhamento de todos os tempos e espaços vivenciados.

A avaliação abrange aspectos qualitativos e quantitativos. São dimensões básicas deste processo:

a) crescimento da pessoa como ser humano, formação de seu caráter, valores, convivência solidária no coletivo, na vida de grupos e participação no conjunto das atividades na Sessão Escolar e na Estadia socioprofissional;

b) domínio de conhecimentos gerais, desenvolvimento intelectual e desempenho nas práticas que integram o currículo;

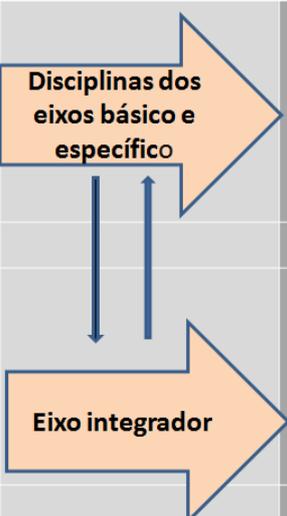
c) desenvolvimento das habilidades básicas identificadas como perfil profissional desejado no curso.

O processo de avaliação do Curso LECCA seguirá o Sistema de Avaliação no Registro Acadêmico de Cursos Superiores, conforme Resolução nº 071 de 2013. Mas, por se tratar de um Curso novo e em regime de Alternância, será coerente que as avaliações sigam esta lógica, ou seja, a sua realização e registro seja feita em cada sequência de alternância. Ou seja, uma sequência de alternância equivale a um módulo de formação que transcorre no período de um quadrimestre.

O Quadro 06 apresenta uma sistematização da dinâmica do processo de avaliação do LECCA ao longo dos tempos e espaço e aponta os percentuais de nota a serem atribuídos a cada parâmetro.

Quadro 06 - Processo de avaliação nos tempos e espaços

A avaliação nos tempos e espaços

	Sessão Escolar	Estadia	Sessão Escolar
 <p>Disciplinas dos eixos básico e específico</p>	Trabalhos, atividades em sala de aula, produção de texto, Provas, auto-avaliação, participação etc.	Atividades das Disciplinas	Avaliação global do processo de aprendizagem do Módulo anterior
	40%	30%	
<p>Eixo integrador</p>	Elaboração do Caderno da Realidade Colocação em Comum Texto síntese coletiva do tema do Plano de Estudo	Pesquisa do Plano de Estudo Atividades de Retorno do Plano de Estudo Relatório da ESP	
	10%	20%	

Observação: Conforme acima, todas as disciplinas distribuem 70% da pontuação, sendo 40% para a SE e 30% para a ESP. A pontuação será completada (30% divididos em 10% para a SE e 20% para a ESP) a partir da avaliação que o educando obtiver na Disciplina Plano de Estudo do Eixo integrador. Sugere-se que as atividades das disciplinas para a ESP incluam, além de leituras complementares, atividades práticas de observações, pesquisas, experimentações etc.

O processo de avaliação de cada módulo (=Sequência de alternância) será discutido em dois momentos: por disciplina e coletivamente no conjunto das disciplinas. Nesse momento, serão indicados os pontos de fragilidade e as potencialidades e, em conjunto com os discentes, serão construídas estratégias para a superação das suas dificuldades. Espera-se, com esse processo de avaliação, estimular no discente uma postura ativa e crítica em relação a sua formação.

O estudante que obtiver a média igual ou superior a seis pontos nas três avaliações, bem como frequentar mínimo de 75% nas aulas, será considerado aprovado. Caso contrário, o acadêmico que não alcançar os 60% de aproveitamento, submeter-se-á à dependência.

A média final do aluno em cada disciplina será calculada pela fórmula: $NF = (MP + MF)/2$ onde NF é a nota final, MP é a média parcial e MF é a média final.

O acadêmico concluirá seu curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias quando integralizar todas as disciplinas dos eixos curriculares, inclusive as dependências, estágios, a carga horária das atividades complementares e específicas do curso e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O acadêmico que não cumprir estes pré-requisitos, no prazo previsto, mesmo que tenha efetuado parte de seus créditos, perderá sua vaga.

Em consonância com seu projeto pedagógico, o IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes dimensionará sua prática de avaliação da aprendizagem em oposição aos modelos tradicionais de avaliação. Busca-se a superação da concepção que o processo avaliativo acontece apenas ao final dos cursos com a finalidade de estabelecer conceitos de aprovação e reprovação dos educandos. Esse entendimento do processo de avaliação é decorrente da problematização, questionamento, e reflexão sobre processo ensino-aprendizagem e; resultante de contínuos encontros pedagógicos entre coordenadores de curso e professores. Portanto, no IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes, a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo e sistemático que visa fornecer informações ao aluno e professor, possibilitando a reorientação de suas práticas como docentes e discentes. Essa abordagem auxilia o acadêmico a progredir até a autoaprendizagem, oferecendo-lhe dados do estado em que se encontra, para que utilize esses dados como guia de auto direção, reordenando os percursos. A concepção de avaliação da aprendizagem desenvolvida e vivenciada pela Instituição reflete o modelo de educação que permeia a ação educativa do professor. Por conseguinte, a ação pedagógica que norteia as práticas avaliativas dos professores assenta-se numa concepção de avaliação formativa. Nesta concepção a avaliação é um elemento que traz à tona as dificuldades e sucessos no processo de ensino aprendizagem, quer seja considerando as dificuldades ou êxito dos estudantes em assimilar/construir o conhecimento, quer seja considerando a necessidade de se alterar a prática docente.

Ficam sob responsabilidade do professor, observados esses preceitos, a elaboração, a aplicação, a correção dos instrumentos avaliativos e a reflexão sobre os dados obtidos. Para garantir uma avaliação formativa os professores utilizarão de diversos instrumentos, de acordo com o conteúdo ministrado e os objetivos pretendidos. Há de se ressaltar o caráter permanente e sistemático do processo de avaliação, considerando as singularidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional, que contribuem para aprendizagem de pessoas com necessidades específicas conforme o decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. A avaliação da aprendizagem de cada disciplina para efeito de promoção ou retenção, seguirá os critérios preconizados pela Resolução de nº 071/2013, de 25 de novembro de 2013 em seu Capítulo V e VI, conforme descrito abaixo:

15.1. Da Frequência

Por ser um curso no sistema da Pedagogia da Alternância o processo de verificação da frequência na Estadia Socioprofissional se dará pela efetivação das atividades das disciplinas dos eixos básico, específico e integrador, bem como pelo acompanhamento dos tutores que se dará por meio de uma visita durante cada ESP e por meio virtual.

Conforme constam nas respectivas Resoluções: 028/13, 031/13, 071/13 ou 19/15 do IFSULDEMINAS, conforme o Art. 13. É obrigatória a frequência de estudantes às aulas, conforme art. 47, § 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96).

§ 1º. Será admitida, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da frequência total às aulas na disciplina e nas demais atividades escolares.

§ 2º. O controle da frequência é de competência do professor, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua frequência.

§ 3º. Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo computados diretamente pela SRA.

I. A justificativa, estudante tem a falta registrada e é merecedor de receber avaliações aplicadas no período/dia, deverá ser apresentada pelo estudante à SRA ou à coordenação do curso acompanhado do formulário devidamente preenchido no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a data de aplicação da avaliação.

a. São considerados documentos para justificativa da ausência:

- Atestado Médico;
- Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus;
- Declaração ou certificado de participação em eventos de ensino, pesquisa, extensão sem apresentação ou publicação de artigo e
- Atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina.

b. Serão aceitos como documentos comprobatórios aqueles emitidos pela instituição organizadora do evento ou, na falta, pelo coordenador de curso ou coordenador da área.

Art. 14. Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta para a quantificação da frequência e o conteúdo não será registrado.

Art. 15. Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o professor deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula lançando presença aos participantes da aula.

15.2. Da Verificação do Rendimento Escolar, da Aprovação, Matrícula e Trancamento de Matrícula

A Verificação do Rendimento Escolar e da Promoção será conforme constam nas respectivas Resoluções: 028/2013, 031/2013, 071/2013 ou 019/2015 do IFSULDEMINAS:

Art. 16. O registro do rendimento acadêmico dos estudantes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares. Parágrafo único – O professor deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos estudantes através do diário de classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado.

I – As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros; a. Nos planos de ensino deverão estar agendadas, no mínimo duas, avaliações formais conforme os instrumentos referenciados no inciso I, devendo ser respeitado o valor máximo de 50% do valor máximo do semestre para cada avaliação. O professor deverá publicar as notas das avaliações até duas semanas após a data de aplicação.

II – Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor deverão ser explicitados aos estudantes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas neste documento;

III – Após a publicação das notas, os estudantes terão direito à revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis formalizar o pedido através de formulário disponível na SRA;

IV – O professor deverá registrar as notas de todas as avaliações e ao final do período regular registrar as médias e faltas para cada disciplina.

Art. 17. Os professores deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido com conteúdos, notas, faltas e horas/aulas ministradas na Supervisão Pedagógica dentro do prazo previsto no Calendário Escolar.

Art. 18. O resultado do semestre será expresso em notas graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, à fração decimal. Parágrafo Único – As avaliações aplicadas pelos docentes deverão ser graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, à fração decimal.

Art. 19. Será atribuída nota 0,0 (zero) à avaliação do estudante que deixar de comparecer às aulas nas datas das avaliações sem a justificativa legal. Parágrafo único – Será concedida uma nova avaliação para cada avaliação citada na no inciso I, do § 3º, do Artigo 13, do Capítulo V, desde que a ausência do estudante seja devidamente justificada em formulário adquirido na coordenação do curso ou na SRA.

Art. 20. Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, cursos de graduação, serão aplicados os critérios abaixo, resumidos no Quadro 5:

I. O estudante será considerado APROVADO quando obtiver média semestral na disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) pontos e frequência

por disciplina (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), sendo a composição das notas semestrais feitas através da média das avaliações.

II. Terá direito ao exame final da disciplina o estudante que obtiver MD igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0 e FD igual ou superior a 75%. Após o exame final, será considerado aprovado o estudante que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 6,0. A média final da disciplina após o exame final (NF) será calculada pela média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. Equação:

$$NF = \frac{MD + (EF \times 2)}{3}$$

III. Estará REPROVADO o estudante que obtiver MD inferior a 4,0 (quatro) pontos ou nota final (NF) inferior a 6,0 (seis) pontos ou FD inferior a 75%, representado no Quadro 07 a seguir:

Quadro 07. Resumo de critérios para efeito de promoção ou retenção nos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS.

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$MD \geq 6,0$ e $FD \geq 75\%$	APROVADO
$4,0 \leq MD < 6,0$ e $FD \geq 75\%$	EXAME FINAL
$MD < 4,0$ ou $NF < 6,0$ ou $FD < 75\%$	REPROVADO

MD = Média da disciplina

FD = Frequência na disciplina

NF = Nota final

IV – Prevalecerá como nota final (NF) do semestre a média ponderada entre a média da disciplina e o exame final.

V – O Coeficiente de rendimento acadêmico (CoRA) é integral e tem por finalidade principal acompanhar o Rendimento Acadêmico do estudante sendo definido pela equação que segue:

$$CoRA = \frac{i(CH \times N)i}{CHi}$$

Onde: CoRA = Coeficiente de Rendimento Acadêmico;

CH = Carga Horária da disciplina i;

N = Nota da disciplina i

VI – As disciplinas que forem aproveitadas para a integralização do curso, no caso de transferência e aproveitamento de estudos, serão consideradas para o cálculo do CoRA.

VII – As reprovações em disciplinas serão somente consideradas para o cálculo do CoRA até o momento de sua aprovação. Com a aprovação, somente este resultado será considerado.

VIII – As disciplinas optativas e eletivas cursadas comporão o CoRA.

Art. 21. O estudante terá direito à revisão de nota do exame final, desde que requerida na SRA num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

Art. 22. O estudante terá o dobro do tempo normal do curso contados a partir da data de ingresso no primeiro semestre, como prazo máximo para conclusão do mesmo.

Parágrafo Único – Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula.

Art. 23. O estudante reprovado terá direito à matrícula no semestre seguinte, desde que não ultrapasse o prazo máximo para a conclusão do curso.

§ 1. O estudante terá direito a cursar disciplinas nas quais tenha sido reprovado sob forma de dependência desde que o número total de dependentes solicitantes não exceda a 10% do total de vagas de seu processo seletivo de ingresso regular ofertadas pelo curso ou de acordo com o número de vagas disponibilizadas pelo Colegiado de Curso. Caso haja um número de dependentes solicitantes que exceda a 50% do total de vagas de seu processo

seletivo de ingresso regular ofertadas pelo curso, a instituição deverá abrir uma turma específica para os dependentes.

§ 2. A ordem para a matrícula dos dependentes será: 1. estudante com maior tempo no curso; 2. estudante com maior CoRA e 3. estudante de idade mais elevada.

§ 3. As disciplinas de dependência deverão ser oferecidas, ao menos, uma vez por ano.

§ 4. O estudante em dependência terá direito à matrícula no período posterior do seu curso desde que apresente CoRA igual ou maior que 60%.

Dada a especificidade funcional do LECCA, e diante da impossibilidade da oferta de disciplinas de dependência, o estudante reprovado na disciplina, poderá realizar um procedimento de recuperação paralela, com atividades definidas pelo docente responsável pela disciplina ao longo dos dois próximos períodos de alternância subsequentes. Caso o processo não obtenha êxito, o estudante estará fora do curso.

O discente que se ausentar do curso por um período de alternância ou mais impedido, salvo os casos de justificativas previstos em lei, será desligado do curso. Para os casos de previsões legais, aplicar-se-á um procedimento de recuperação paralela, com atividades definidas pelo docente responsável pelas disciplinas ao longo dos dois próximos períodos de alternância subsequentes. Caso o processo não obtenha êxito, o estudante estará fora do curso.

15.3. Educação Inclusiva, Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

O LECCA atuará conforme Resolução CONSUP Nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS.

15.3.1. Terminalidade Específica

A LDBEN prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas deficiências, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. O Conselho

Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB Nº 2/2013, autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica [...] *é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.* A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE, o direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009). O Conselho Nacional de Educação consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Parecer CNE/CEB Nº 2/2013 de 31/01/2013. Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os

níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho. A mesma legislação (Resolução 02/2001 do CNE) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho.

Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

15.3.2. Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto político pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser relativas a priorização de áreas, unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às

previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

- Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

- Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O PPPC-LECCA deverá ser tramitado a partir de agosto de 2015, apreciado e aprovado pelos órgãos competentes para iniciar as aulas com a primeira turma, a partir do segundo semestre de 2016.

Considerando que o presente documento PPPC-LECCA, é uma proposta demanda pela AMEFA, conforme mencionado na apresentação, ele deverá ser assumido por um coletivo de docentes do IFSULDEMINAS para garantir a sua efetiva aprovação e implantação.

Quando da sua execução, a cada Sessão Escolar, que ocorrerá, conforme proposto, nos meses de março, junho e setembro, deverá acontecer, logo na última semana de aulas, uma reunião de avaliação, convocada pelo Colegiado e participada pelo Coletivo dos docentes.

Sendo assim, para garantir a qualidade do ensino oferecido, a revisão, a reflexão, a flexibilidade são prerrogativas constantes no PPPC-LECCA.

A avaliação do curso deverá ocorrer de forma continuada empregando variados mecanismos como: verificação dos planos de ensino dos docentes, acompanhamento sistemático do plano de aula dos docentes, entrevistas

periódicas com os representantes de turma, análise continuada do currículo oferecido por meio de estudo do PPPC-LECCA nas reuniões de Colegiado de curso e análise das questões das avaliações. Soma-se a essas avaliações, a auto avaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), prática instituída, cujo foco é a avaliação dos cursos, com ênfase na avaliação do docente.

A avaliação do desempenho docente é realizada duas vezes por ano, utilizando como instrumentos a avaliação do discente, a auto avaliação do discente, a auto avaliação do docente, a avaliação do docente da turma que ele ministra aula e a avaliação do coordenador. Os dados levantados são estudados e interpretados, por meio da metodologia de triangulação dos dados, e depois socializados com os coordenadores, docentes e discentes.

No ano de 2004, com a publicação da Lei n. 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes incorporou novos procedimentos avaliativos, ampliando o processo de auto avaliação institucional para as dimensões exigidas pelo SINAES.

Em decorrência de sua concepção, o SINAES está apoiado em alguns princípios fundamentais para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e especialmente do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Esses princípios são: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das Instituições; globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica; continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

Uma vez por ano realizar-se-á avaliação dos setores institucionais como forma de ampliar a avaliação do curso, como a avaliação do coordenador pelo discente e dos setores que oferecem serviços educacionais. Estes mecanismos têm assegurado a gestão reunir informações acerca do curso, e com base nos dados estabelecer metas, objetivos e estratégias de melhoria e avanço do curso.

Os resultados apresentados colocam-se com a finalidade de que a auto avaliação institucional no IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes deva mostrar à sociedade e à própria comunidade acadêmica seu papel social, refletido na qualidade do ensino que desenvolve.

O projeto de auto avaliação do IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes foi elaborado em cumprimento a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, tendo como base as disposições contidas na Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, as Diretrizes para a auto avaliação das instituições e as orientações gerais para o roteiro da auto avaliação, editados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

O programa de Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) é o centro de referência e articulação do SINAES, e se desenvolve em duas etapas principais:

Auto avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Instituição de Ensino Superior (IES), a partir de 1º de setembro de 2004;

Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP/MEC segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

Além dos resultados internos, os resultados do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (ENADE), serão indicativo da qualidade do curso. Em consideração a essa questão, a Coordenação do Curso buscará, em conjunto com os docentes, às orientações gerais do exame, bem como o de estudar e buscar a conjunção das diretrizes estabelecidas pelas Comissões que definem as habilidades e competências para o exame com as práticas curriculares e pedagógicas. Os resultados do ENADE servem, ainda, para a redefinição do curso, quando esses se mostrarem abaixo dos padrões nacionais e da IES.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC (Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica)

O Trabalho de Conclusão de Curso tem caráter obrigatório e deve ser cumprido pelo educando do LECCA, individualmente, com orientação,

acompanhamento e avaliação de docentes da área e/ou supervisores de estágio, como condição para a integralização do curso. Será desenvolvido sob a forma de projeto de iniciação científica, extensão ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional, relacionadas com o curso, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Conforme mencionado neste PPPC, o TCC será orientado como um Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica. A metodologia da pesquisa será trabalhada como sugestão metodológica na disciplina Metodologia do Trabalho Científico, visando instrumentalizar os educandos para a elaboração do Pré-Projeto ao longo dos dois primeiros anos do curso. Por isso, a referida disciplina será abordada da I à VIII Sessão Escolar. Durante esse período, a orientação aos educandos para a elaboração do Pré-Projeto será de responsabilidade do Professor da disciplina, apoiado pelos tutores (auxiliares na orientação de aprendizagens).

Também, a disciplina Planejamento e Projetos I, II e III terá um papel na construção do Pré-Projeto. Para tanto, os docentes responsáveis por estas duas áreas deverão planejar de forma conjunta o trabalho pedagógico a desenvolver.

Na sexta Sessão Escolar, os educandos serão submetidos à qualificação de seus Pré-Projetos. O processo da qualificação já contará com os servidores devidamente mobilizados para assumirem esta tarefa da orientação a partir de então. A organização dos orientadores começa a partir da sexta Sessão Escolar, aonde eles já iniciam o primeiro contato com os seus orientandos. Assumem a leitura e a elaboração de Pareceres sobre os Pré-projetos e participam do processo da qualificação.

Esta atividade deverá ser cadastrada junto ao Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão (NIPE) por meio do sistema de Gestão de Projeto de Pesquisa e Extensão (GPPEX) e utilizada na elaboração do TCC. Caso o estudante opte por outro tema, depois da sua qualificação, o novo projeto deverá ser cadastrado.

Uma vez aprovado, os Pré-Projeto passa a ser o Projeto para orientar a Intervenção Pedagógica que inicia logo com o retorno à ESP. O período da intervenção será alargado até o final do Curso.

A Coordenação Pedagógica do Curso, juntamente com os Tutores, darão apoio aos Orientadores ao longo do Processo da implementação para que o registro possa ser feito e venha a constituir no produto final que se espera.

O texto final do TCC poderá ser apresentado nos seguintes formatos:

- a. texto sistematizado em forma de monografia convencional;
- b. um artigo científico para ser publicado;
- c. um caderno didático para o ensino de Ciências Agrárias na Pedagogia da Alternância, integrado com a base nacional comum dentro do contexto local/regional, por meio dos conteúdos vivencias (planos de estudo);
- d. um caderno de práticas com uma temática específica da área da formação em Ciências Agrárias: Agroecologia, Manejo de Sistemas Agroflorestais, Agroindustrialização na Agricultura Familiar, Políticas Públicas etc;
- e. um vídeo documentário relacionado a temática de Educação do Campo, etc.

O TCC poderá trazer dentre outros temas correlatos a Educação do Campo, as seguintes abordagens:

- a. desenvolvimento de planos de implementação de ações integradas com atividades agropecuárias e/ou agroindustriais diversificadas envolvendo escola e comunidade;
- b. organização produtiva e comercialização;
- c. metodologias de transição agroecológica;
- d. tecnologias sociais de convivência com o semiárido;
- e. desenvolvimento de metodologias para a inserção profissional do jovem, etc..

O Seminário de Defesa dos TCCs - Ao final, o curso deverá organizar este momento específico para as defesas, que poderá ser logo após ao término da última SE, ou seja, o XII módulo da formação.

O TCC se apoia na Resolução nº 071/2013, de 25 de novembro de 2013 do IFSULDEMINAS, conforme segue:

CAPÍTULO XIII

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 41. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão ou Curso de Graduação, desenvolvida mediante controle, orientação e avaliação docente, cuja exigência é requisito essencial e obrigatório para a integralização curricular.

Art. 42. A elaboração do TCC implicará em rigor metodológico e científico, organização e contribuição para a ciência, sistematização e aprofundamento do tema abordado. São objetivos do TCC:

I - Possibilitar ao discente a iniciação à pesquisa, dando-lhe condições para a publicação de artigos e trabalhos científicos.

II - Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso.

III - Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional.

IV - Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo.

Art. 43. Cada Colegiado de Curso de Graduação definirá, por meio de regulamento específico, a modalidade do TCC, conforme sua natureza e perfil do profissional que pretende formar.

Art. 44. O Regulamento do TCC de cada Curso de Graduação deverá definir:

I - Modalidades e objetivos específicos.

II - Normas para elaboração do TCC;

III - Prazos.

IV - Critérios de avaliação.

V - O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo.

Art. 45. Compete ao Colegiado de Curso:

I - Aprovar o regulamento específico do TCC, atendidas as disposições da presente regulamentação.

II - Delimitar as áreas de conhecimento do TCC.

III - Homologar a listagem de discentes por orientador, as eventuais substituições de orientadores e a composição das Bancas Examinadoras.

Art. 46. Compete às Unidades Acadêmicas disponibilizar docentes para orientação de TCC, de acordo com as áreas de conhecimento delimitadas no regulamento específico.

Art. 47. A orientação do TCC, entendida como processo de acompanhamento didático-pedagógico, será de responsabilidade dos docentes do IFSULDEMINAS.

Art. 48. Os regulamentos específicos de TCC poderão estabelecer a figura de co-orientador.

Art. 49. A avaliação do TCC compreende:

I - Acompanhamento contínuo pelo docente orientador.

II - Avaliação final pela Banca Examinadora.

Art. 50. A Banca Examinadora para a avaliação do TCC será composta pelo orientador, seu presidente, e mais dois profissionais, considerando o domínio da temática do TCC a ser avaliado, contemplando obrigatoriamente dois docentes do IFSULDEMINAS.

§ 1º. Poderá integrar a Banca Examinadora docente de outra instituição ou profissional com domínio na temática do TCC a ser avaliado.

§ 2º. O orientador e o orientando poderão sugerir a composição da Banca Examinadora.

Art. 51. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

18. APOIO AO DISCENTE

18.1. Transporte, hospedagem e alimentação

As Licenciaturas em Educação do Campo, realizadas em 40 Universidades do País, apresentam especificidades, sobretudo para o transporte, manutenção de hospedagem e alimentação dos educandos durante a SE e recursos para garantir o acompanhamento dos mesmos, pelos tutores, na ESP.

Neste sentido, os educandos do LECCA deverão contar com o apoio de bolsas ou outro mecanismo financeiro para garantir transporte desde sua

localidade de origem até o IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, nas datas programadas para as Sessões Escolares. Serão três viagens de idas e três viagens de volta ao ano, mais a viagem de ida e volta para o Seminário Inicial de abertura do Curso.

Durante as Sessões Escolares, os discentes deverão contar ainda com o apoio financeiro para moradia e alimentação.

A Coordenação Pedagógica, juntamente com os parceiros e o IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes elaborarão em tempo a proposta orçamentária do curso para que a mesma possa ser apreciada por organismos apoiadores, afim de viabilizar a realização do curso. A proposta orçamentária deverá incluir todas as despesas previstas no curso, inclusive os acompanhamentos nas ESP.

18.2. Acompanhamento nas ESP

Na Estadia Socioprofissional, os discentes do LECCA deverão contar com o apoio das Visitas de Acompanhamento, realizadas por professores, coordenadores, pelo menos uma vez, ao longo do Curso e uma visita a cada ESP, pelos tutores, perfazendo um total de 12 visitas ao longo do Curso.

Os discentes deverão receber no início de cada Sessão Escolar o Guia da Alternância (instrumento pedagógico do curso, devidamente explicado no item da operacionalização e disponível no anexo I). Trata-se de um Caderno impresso contendo cronograma da Sessão, os planos de aula, material didático das aulas, ou indicação onde estará este material e as orientações para a próxima estadia.

18.3. Apoios extra-curriculares

O apoio ao discente do LECCA deve contemplar ainda os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade, de atividades de nivelamento e extracurriculares, não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios, conforme a Resoluções ConSup:

- 101/2012 – Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS;
- 112/2013 - Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.

Acessibilidade arquitetônica – Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – Eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistidas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

18.4. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes possui um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, que tem definido como a

instituição disponibiliza tais atendimentos. A Resolução nº 30/2012 aprovada pelo ConSup será seguida nas atuações do LECCA.

19. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Para que o educando do LECCA possa fazer o aproveitamento de disciplinas cursadas no ensino superior, em outras instituições anteriormente, o mesmo deverá abrir um processo de solicitação de disciplinas na secretaria de registros escolares, que será encaminhada ao coordenador do curso e do professor titular da disciplina para deliberação do aproveitamento.

As condições necessárias para que o aproveitamento seja aceito são:

- Carga horária maior ou igual à 75% da disciplina oferecida.
- Ementa contemplando 75% no mínimo da disciplina oferecida.
- Disciplina cursada em período inferior ao dobro do período de conclusão do curso onde foi obtida a aprovação da disciplina.

O Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica (TCC) não será passível de dispensa por se tratar de disciplina com foco distinto do LECCA.

20. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

20.1. Corpo Docente

No Quadro 08 encontra-se descrito o nome dos docentes, sua formação, seu regime de trabalho na Instituição pertencente e o setor de atuação que poderão atuar no LECCA.

Quadro 08. Relação dos docentes para o curso.

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Setor de atuação
Ademir José Pereira	Doutorado	DE	Agronomia
Aidalice Murta Ramalho	Doutorado	DE	Letras
Alison Geraldo Pacheco	Doutorado	DE	Química
Ana Cristina Moreira Ferreira	Doutorado	DE	Alimentos
André Luigi Amaral di Salvo	Mestrado	DE	C. da Computação

Camila Guedes Codonho	Doutorado	DE	Sociologia
Carlos Magno de Lima	Mestrado	DE	Lic. Ciências Agrárias
Cleiton Lourenço de Oliveira	Doutorado	DE	Agronomia
Constantina Dias Papparidis	Mestrado	DE	Biologia
Edu Max da Silva	Doutorado	DE	Veterinária
Evando Luiz Coelho	Doutorado	DE	Agronomia
Fernando da Silva Barbosa	Doutorado	DE	Agronomia
Flávio Fernandes Barbosa Silva	Mestrado	DE	Matemática
Hebe Perez de Carvalho	Doutorado	DE	Agronomia
Idalino Firmino dos Santos	Especialização	-	Educação
Jamil de Moraes Pereira	Doutorado	DE	Agronomia
João Batista Begnami	Doutorando	-	Educação
Joel Benísio Duarte			
Lilian Vilela Andrade Pinto	Doutorado	DE	Eng. Florestal
Livia Carolina Vieira	Doutorado	-	Educação
Luiz Carlos Dias da Rocha	Doutorado	DE	Agronomia
Marcelo Reis	Mestrado	DE	Física
Marcos Magalhães de Souza	Doutorado	DE	Biologia
Marcos Marcusso	Doutorado	-	História
Maria Isabel Antunes Rocha	Doutorado	-	Educação
Mark Pereira dos Anjos	Mestrado	DE	Direito
Paula Inácio Coelho	Mestrado	DE	Sociologia
Renato Alves Coelho	Mestrado	DE	Eng. Agrícola
Rodrigo Palomo de Oliveira	Doutorado	DE	Zootecnia
Rosângela Alves Dutra	Mestrado	DE	Segur. Trabalho
Sergio Pedini	Doutorado	DE	Agronomia
Sindynara Ferreira	Doutorado	DE	Agronomia
Verônica Andrade	Mestrado	-	Administração
Verônica Soares de Paula Moraes	Mestrado	DE	Econ. Doméstica
Wallace Ribeiro Correa	Doutorado	DE	Biologia

20.2. Equipe de Tutores

Função: Fazer o acompanhamento individualizado dos estudantes auxiliando-os no processo de aprendizagem. Na **Sessão Escolar**: colaborar com a auto-organização dos estudantes; vida de grupo, estudos e pesquisas; acompanhamento dos Instrumentos pedagógicos (Colocação em comum do Plano de Estudo, organização da síntese comum do Plano de Estudo, organização do Caderno da Realidade, na realização de visitas de estudo, intervenções externas, acompanhamento de serões de estudo); orientação da Elaboração do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica. Na **Estadia socioprofissional**: acompanhar à distância por meio de contatos virtuais e por meio de visitas in loco aos estudantes: as Pesquisas do Plano de Estudo, tarefas

das áreas de conhecimento (pesquisas, estudos); vivências, estágios, atividades de retorno relativas ao Retorno do Plano de Estudo, implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica etc.

Esta equipe deverá ser formada por pessoas selecionadas a partir de critérios que envolvam: conhecimento teórico e experiência com Pedagogia da Alternância.

A seleção dos tutores para a atividade de acompanhamento durante o curso será realizada mediante Edital específico que deverá considerar, além de outros critérios:

- o conhecimento teórico e prático;
- a experiência com Pedagogia da Alternância;
- carta de manifestação de interesse;
- currículo de vida.

Na elaboração do Edital a Coordenação Pedagógica poderá decidir pela inclusão de características que possam possibilitar a seleção de pessoas capazes de contribuir com o êxito das ações programadas.

20.3. Formação específica para o corpo docente e auxiliar

O LECCA prevê a oferta de formação específica sobre Pedagogia da Alternância e Educação do Campo aos docentes, em vista de se atingir os objetivos propostos no seu PPPC. Serão propostos, no mínimo, uma formação de 4 a 8 horas, antecedendo a reunião de planejamento de cada Sessão Escolar, perfazendo 3 encontros no ano e 12 encontros ao longo do processo do curso.

O primeiro evento previsto para a abertura do processo do curso junto com os futuros educandos, que tratará de aspectos da filosofia e do funcionamento do curso, constituirá em um dos primeiros espaços de formação para a equipe docente e administrativa.

Conforme descrito na parte operacional, metodológica do curso, os docentes deverão preparar o Guia da Alternância. Para efetivar a

interdisciplinaridade a sugestão é fazer um guia por eixo a cada módulo ou sequência de alternância. O processo de construção coletiva dos Guias será um dos desafios para a concretização da educação do campo e da pedagogia da alternância no LECCA.

20.4. Corpo Administrativo

No Quadro 09 encontra-se descrito o nome dos técnicos administrativos que poderão atuar no curso, sua formação, seu regime de trabalho na Instituição pertencente e o setor de atuação.

Quadro 09. Técnicos Administrativos que poderão atuar no curso.

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Setor de atuação
Adriana Martins da Silva Santos	Dentista	40h	CGAE*
Adriana Nilceia Scheffer	Auxiliar de Cozinha	40h	CGAE
Adriana Silva Oliveira	Assistente Social	40h	CGAE
Aline Silva dos Santos	Assistente Social	40h	CGAE
Aloísia Rodrigues Hirata	Pedagoga	40h	Proex/Reitoria
Ângela Regina Pinto	Bibliotecária	40h	Biblioteca
Bárbara de Carvalho Garcia	Assistente de Alunos	40h	CGAE
Bruno Manoel Rezende de Melo	Técnico em Agropecuária	40h	CGPD
Carla Pacheco Gouvea	Psicóloga	40h	CGAE
Cleonice Maria da Silva	Pedagoga	40h	Supervisão pedagógica
Edison Clayton Pistelli	Técnico em Agropecuária	40h	Cooperativa-Escola
Eduardo Rodrigues	Engenheiro Químico	40h	NTL***
Flávio Eduardo Vilas Boas	Operador de Máquinas	40h	CGAE
Gilcimar Dalló	Técnico de Tecnologia da Informação	40h	NTI**
Helena Lupinacci Carneiro	Analista de Tecnologia da Informação	40h	NTI

José Roberto de Carvalho	Técnico em Agropecuária	40h	CGPD
Lindolfo Ribeiro da Silva Junior	Assistente em Administração	40h	CGAE
Magda Maria de Faria	Nutricionista	40h	CGAE
Maria Izabel Vilas Boas Garcia	Enfermeira	40h	CGAE
Maria José Adami Bueno	Médica	40h	CGAE
Marly Cristina dos Reis	Técnica em Enfermagem	40h	CGAE
Odilon França de Oliveira Neto	Técnico de Laboratório	40h	Laboratório de Química
Oswaldo Francisco Bueno	Técnico em Agropecuária	40h	Incubadora
Patrícia Guidi Ramos Pistelli	Auxiliar de Agropecuária	40h	Registros Escolares
Pedro Paulo Oliveira	Nutricionista	40h	CGAE
Rafaella Lacerda Crestani	Pedagoga	40h	Orientação Educacional
Roberto Mendonça Maranhão	Administrador	40h	Incubadora
Sheila Guidi Soares Pistelli	Assistente em Administração	40h	CGAE
Sissi Karoline Bueno da Silva	Administradora	40h	Pesquisadora Institucional
Taciano Benedito Fernandes	Técnico em Laboratório	40h	NTL
Tânia Gonçalves B. S. Kelnner	Assistente de Alunos	40h	CGAE
* Coordenação Geral de Assistência ao Educando ** Núcleo de Tecnologia da Informação *** Núcleo de Tecnologia de Laboratórios			

21. GESTÃO DO CURSO

O LECCA será administrado por uma equipe composta por professores e pelo colegiado do curso. A equipe de professores contará com:

21. 1. Coordenador Geral

Função: Acompanhar e gerenciar o desenvolvimento global das atividades do curso, representar o curso nos órgãos colegiados superiores, presidir o colegiado do curso, propor concursos e organizar os editais de seleção dos educandos, representar o curso nos fóruns regionais e nacionais de Educação do Campo, participar das reuniões técnicas promovidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), promover a discussão contínua do PPPC do curso, visando ao seu amadurecimento, presidir o NDE do curso, gerenciar os recursos financeiros do curso e providenciar a logística para a realização das atividades do curso. Fazer a gestão política do curso junto ao IFSULDEMINAS, a AMEFA e movimentos sociais.

21.2. Coordenação Pedagógica

Função: Apoiar o Coordenador Geral para o desenvolvimento das atividades e disciplinas relativas aos **Eixos de Formação Básica e Integradora**, oferecer apoio técnico pedagógico para os professores das áreas, acompanhar o desenvolvimento dos educandos e propor estratégias de avaliação para evitar evasão. Subsidiar a Coordenação Geral com informações a respeito dos Eixos de Formação Básica e das Práticas Integradoras e compor, em conjunto com os outros coordenadores, o cronograma de aulas da SE e das atividades da ESP. Coordenar a elaboração do Guia da Alternância.

A Coordenação Pedagógica será composta pelo Coordenador Geral, por um representante indicado pela AMEFA (entidade parceira demandante), um profissional do IFSULDEMINAS com formação em Pedagogia.

21.3. Coordenador da Área de Ciências Agrárias

Função: Acompanhar e gerenciar o desenvolvimento das atividades e disciplinas relativas ao **Eixo de Formação Básica**, oferecer apoio técnico-pedagógico para os professores da área, acompanhar o desenvolvimento dos educandos e propor estratégias de avaliação e de prevenção da evasão, subsidiar a Coordenação Geral com informações a respeito do Eixo de

Formação Básica, compor em conjunto com os outros coordenadores o cronograma de aulas da SE e das atividades da ESP. Coordenar a elaboração do Guia da Alternância do Eixo da formação básica.

21.4. NDE – Núcleo Docente Estruturante

Segundo a RESOLUÇÃO 01 de 17/06/2010 em seu Art. 29. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE do LECCA foi constituído por meio da Portaria GAB/DIR/IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes N° 253 de 21 de agosto de 2015 e está composto pelos membros descritos no Quadro 10 e no anexo 2.

Quadro 10. Relação de docentes que compõe o Núcleo Docente Estruturante do Curso LECCA.

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	FUNÇÃO
Luiz Carlos Dias da Rocha	Doutorado	DE	Presidente
Carlos Magno de Lima	Mestrado	DE	Membro
Mark Pereira dos Anjos	Mestrado	DE	Membro
Wallace Ribeiro Correa	Doutorado	DE	Membro
Verônica Soares de Paula Morais	Mestrado	DE	Membro

21.5. Colegiado

Segundo a Resolução do ConSup 32 de 05/08/2011 em seu Art. 3º. - São atribuições do Colegiado do Curso:

- I. estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- II. elaborar o seu regimento interno;
- III. elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
- IV. analisar, aprovar e avaliar programas, cargas horárias e plano de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular do curso, propondo alterações quando necessárias;
- V. fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- VI. fixar o turno de funcionamento do curso;
- VII. fixar normas quanto à matrícula e integração do curso, respeitando o estabelecido pelo Conselho Superior;
- VIII. deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- IX. emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- X. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso;
- XI. apreciar, em primeira instância, as propostas de criação, reformulação, desativação, extinção ou suspensão temporária de oferecimento de curso, habilitação ou ênfase, de acordo com as normas expedidas pelo CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão);
- XII. elaborar a demanda de novas vagas para docentes do Curso, manifestando-se sobre as formas de seleção e admissão, em consenso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- XIII. conduzir e validar o processo de eleição de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso, observando o regimento próprio; XIV. receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares referentes ao corpo docente ou discente do Curso;

XV. julgar solicitações de afastamento de docentes do Curso, nos casos de participação em eventos científicos e atividades acadêmicas;

XVI. emitir parecer sobre processos de transferência interna e externa de alunos a serem admitidos ou desligados do Curso.

Registra-se também que o LECCA contará com um Colegiado de gestão compartilhada (IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes e Parceiros), possibilitando uma análise sistêmica e global do curso, tratando as demandas do curso de forma abrangente e democrática.

Cada turma deverá eleger um representante efetivo e suplente para representá-la.

A AMEFA, como entidade demandante deverá indicar representante, assim como, no futuro, outros movimentos sociais, eventuais parceiros, poderão ter representação no colegiado do LECCA.

21.6. Conselho Consultivo Interinstitucional

O Conselho Consultivo Interinstitucional será formado por representantes do NDE, do Colegiado do curso e da (as) instituição (ões) demandante(s). Terá a função de promover a articulação com os movimentos sociais, educandos egressos e outros atores sociais na discussão do PPPC-LECCA, podendo realizar proposições para o funcionamento do curso.

22. INFRAESTRUTURA

22.1 Infraestrutura Específica do curso

O IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes possui uma Fazenda Escola que será possível práticas pedagógicas nos diferentes segmentos agrícolas, sendo eles: produção vegetal (Olericultura, Jardinagem e paisagismo, Viveiro de mudas florestais, Cultura anuais; Cultura perenes, Fruticultura e Forragicultura); produção animal (Piscicultura, Apicultura, Cunicultura, Avicultura, Suinocultura e Bovinocultura) além de disponibilizar laboratórios voltados as práticas agrícolas

que levam o aluno a desenvolver e exercitar as competências/habilidades do Curso. Os laboratórios disponíveis encontram-se listados abaixo:

22.1.1. Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A Biblioteca Afonso Arinos possui uma área de 719,056 m², dos quais 503,08 m² atendem 250 usuários. Este espaço é dividido da seguinte forma: uma sala, atrelada ao acervo bibliográfico, para estudo em grupo, que possui: mesas redondas com assentos e computadores para acesso à Internet para fins de digitação de trabalhos escolares (serviço em implantação) e de pesquisa na Internet; acervo bibliográfico rico somando mais de 15 mil exemplares (livros, periódicos, vídeos, etc.).

A Biblioteca utiliza os mecanismos do “**Meu Pergamum**” que é um sistema que permite aos usuários ter acesso a diversas funções como, por exemplo, consulta ao acervo, reserva de livros, renovação online e consulta de débitos. Utiliza também a ferramenta “**Minha Biblioteca**” que é uma base de livros eletrônicos (e-books) técnicos, científicos e profissionais de qualidade reconhecida por várias áreas do conhecimento. A biblioteca Afonso Arinos oferece para os seus usuários os seguintes serviços: Empréstimo, renovação e reserva, Auxílio na pesquisa do acervo local, Acesso à internet, Divulgação de novas aquisições, Comutação bibliográfica (em andamento), Empréstimo entre Bibliotecas (EEB), Acesso à “Minha Biblioteca”, Catálogo online, Orientação na normatização de trabalhos acadêmicos (ABNT), Catalogação na fonte, Levantamento bibliográfico e Periódicos CAPES.

O acervo bibliográfico desenvolve prioritariamente na área de ciências agrárias, ou de forma a atender as necessidades da instituição. Adota-se como critério para aquisição de livros e periódicos o ponto de vista dos professores. A atualização do acervo é feita semestralmente.

22.1.2. LABORATÓRIOS EXISTENTES NO CAMPUS INCONFIDENTES

Os laboratórios disponíveis e que poderão ser demandados durante a realização do curso encontram-se relacionados a seguir:

Laboratório de Agroecologia e Entomologia

O Laboratório de Agroecologia e Entomologia do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes tem o objetivo de proporcionar espaço para a realização de trabalhos de extensão, pesquisa e ensino por meio de projetos desenvolvidos por estudantes e servidores em parceria com a comunidade externa. Atua nas áreas de Agroecologia, Entomologia, Sementes Crioulas, Certificação participativa para produtos orgânicos e projetos com mulheres e jovens agricultores. Apoia as ações do Setor de Agroecologia do *Campus* e as ações do Banco de Sementes crioulas e orgânicas.

Laboratório de Análise e Fertilidade do Solo

O laboratório de fertilidade do solo visa dar suporte ao desenvolvimento agro-econômico regional fornecendo informações técnicas por meio de de laudos de análises. Visa também auxiliar no ensino-aprendizagem dos educandos e professores do *Campus* Inconfidentes.

Laboratório de Análise Física e Química da Água

Este laboratório tem como objetivo atender demandas internas provenientes de Ensino (aulas práticas), Pesquisa e Extensão (trabalhos de conclusão de curso de educandos da graduação e especialização e projetos).

Laboratório de Análise Física do Solo

O laboratório tem condições de realizar análise: Textural, Densidade do solo, Densidade de partícula, Umidade do solo, Porosidade calculada, Resistência a penetração, Velocidade de infiltração básica, Estabilidade de agregado.

Laboratório de Biologia do Solo

As atividades desenvolvidas no laboratório tem por objetivo a execução de aulas práticas na área de microbiologia agrícola e dar suporte a pesquisa na área de microbiologia agrícola e fauna do solo.

Laboratório de Bioquímica

A principal linha de pesquisa do laboratório de bioquímica é na área de enzimologia, mais precisamente sobre especificidade e inibição de enzimas proteolíticas de interesse clínico e biotecnológico. Enzimas proteolíticas catalisam a hidrólise seletiva de ligações peptídicas em proteínas e peptídeos, constituindo um dos mais amplos e importantes grupos de enzimas. Para o estudo de enzimas proteolíticas são utilizados substratos peptídicos sintéticos (cromogênicos) que permitem detectar facilmente a atividade enzimática, determinar as constantes cinéticas características da interação enzima substrato e ainda comparar, de maneira eficiente e direta, a especificidade primária entre enzimas de uma mesma família

Laboratório de Bromatologia

O laboratório de bromatologia proporciona conhecimento prático dos métodos utilizados na análise de alimentos que são utilizados na determinação da composição centesimal e qualidade físico-química de alimentos prontos para consumo e matérias-primas. O laboratório é utilizado nas disciplinas de Química de Alimentos I, Química de Alimentos II, Bromatologia e Análise de Alimentos, além de ser utilizado no desenvolvimentos de projetos de iniciação científica e projeto final de curso.

Laboratório de Coleção Biológica de Vespas Sociais

Acervo de material biológico identificado em nível de espécie de vespas e abelhas, com ênfase em vespas sociais.

Laboratório de Geologia

Dar apoio as aulas da disciplina de Gênese e Fertilidade do solo do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, tendo como referências as principais amostras de rochas e minerais presentes no Laboratório.

Laboratório de Geoprocessamento

O Laboratório de Geoprocessamento tem por objetivo atender as aulas práticas dos cursos Técnico Integrado em Agrimensura e do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica e os demais cursos do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes. O Laboratório é utilizado nas disciplinas de Sensoriamento Remoto, Desenho Assistido por Computador

(CAD), Informática I, Informática II, Informática III Software Topográficos entre outros.

Laboratório de Informática I, II, III e IV

Fornecer recursos tecnológicos e pedagógicos à comunidade escolar do Curso Técnico em Informática, como principal ferramenta no processo ensino aprendizagem. São quatro laboratórios equipados com máquinas e softwares atualizados que permitem ao estudante um aprendizado dinâmico.

Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) – *Campus Inconfidentes*

O LIFE-*Campus Inconfidentes* visa formar um espaço de uso comum das licenciaturas nas dependências do IFSULDEMINAS, destinados a promover pesquisas entre os Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e o Curso de Licenciatura em Matemática, incentivando o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; uso de tecnologias da informação e comunicação TIC's e a articulação entre o PIBID, outro projeto financiado pela CAPES.

Laboratório de Microbiologia de Alimentos

O laboratório de microbiologia destina-se à realização de práticas dos cursos técnico em alimentos e engenharia de alimentos, principalmente quando se trata de atividades relacionadas ao controle de qualidade microbiológica dos produtos desenvolvidos pelos educandos em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Laboratório de Matemática

Contribuir para a formação inicial e continuada de professores; possibilitar a integração entre ensino, pesquisa e extensão em aspectos que tangem o ensino-aprendizagem de matemática; promover espaços de discussão, compartilhamento e elaboração de saberes docentes relacionados a conceitos matemáticos, metodologias de ensino, materiais didáticos, e temas múltiplos que circundam situações diversas de ensino-aprendizagem; constituir-se como espaço de articulação entre as diferentes disciplinas curriculares,

projetos e a comunidade externa; armazenar, organizar e disponibilizar recursos didáticos que possam contribuir para o ensino-aprendizagem de matemática; e promover e incentivar a pesquisa em educação matemática, educação e matemática.

Laboratório de Pesquisa em Biociências

Laboratório de Biociências do IFSULDEMINAS - *Campus Inconfidentes*, em sua linha de pesquisa, tem por objetivo formar recursos humanos para pesquisa, capaz de promover o desenvolvimento científico e tecnológico de maneira multidisciplinar nas diversas áreas de Biociências aos educandos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia de Alimentos e Gestão Ambiental. O laboratório visa oferecer opções para o treinamento avançado, tecnologia de ponta, em obtenção e avaliação biológica de moléculas e produtos bioativos.

Laboratório de Produção Vegetal e Fitopatologia

O Laboratório de Sementes do IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes* tem por objetivo atender as necessidades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de Engenharia Agrônoma, Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Biologia, Técnico em Agropecuária e áreas relacionadas. O referido laboratório faz parte do setor de Produção Vegetal, com área construída de 378m². As atividades desenvolvidas nesse laboratório estão relacionadas, principalmente, ao ensino e à pesquisa em Tecnologia de Sementes.

Laboratório de Química

O laboratório apresenta o objetivo de atender à demanda de aulas práticas oferecidas nos cursos superiores e técnicos do IFSULDEMINAS - *Campus Inconfidentes*. Adicionalmente, projetos de pesquisa nas áreas básicas da química e trabalhos de iniciação científica são também executados no laboratório.

Laboratório de Sistematização e Mecanização Agrícola I

O laboratório de mecanização agrícola possui sala ambiente, máquinas, equipamentos e ferramentas, para auxiliar nas aulas expositivas e práticas da

disciplina de M.A para os cursos de Técnico em Agropecuária e Engenharia Agrônômica.

Laboratório de Topografia e Geodésia

O Laboratório de Topografia e Geodésia tem por objetivo atender as aulas práticas dos cursos Técnico Integrado em Agrimensura e do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica e os demais cursos do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes. O laboratório também presta serviços de topografia e geodésia para a direção do *Campus* Inconfidentes, Reitoria e se necessário para os demais *Campus* do IFSULDEMINAS. Outra contribuição importante do Laboratório de Topografia e Geodésia, é o fornecimento de equipamentos ou de dados para estudantes que estão fazendo trabalho de conclusão de curso.

Laboratório de Zoologia

Práticas de Zoologia de vertebrados e invertebrados nas disciplinas de Zoologia I e II do curso de Ciências Biológicas e zoologia geral do curso de agronomia; triagem e identificação de material biológico relacionado a pesquisas na área; visitação de educandos do ensino médio e fundamental da própria Institucional e do projeto PIBID; cursos de extensão na área.

22.1.3. Áreas de Campo – Fazenda Escola do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes

a) Área de campo - Setor de Agroecologia (área com certificação orgânica pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade do Sul de Minas Gerais – OPAC Sul de Minas), com aproximadamente 2,3 ha.

b) Fazenda-Escola do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes composta por diversos setores agrícolas (Culturas de ciclo curto e ciclo longo) e zootécnicos (animais de pequeno, médio e grande portes) somando cerca de 220 hectares.

23. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo - Área: Ciências Agrárias, o educando deverá integralizar o curso no período mínimo exigido pela legislação em vigor; ter concluído e sido aprovado no Estágio Curricular Supervisionado, na disciplina de Práticas de Ensino; ter cumprido devidamente a carga horária integral de AACC; e ter sido aprovado na apresentação e defesa do Projeto de Intervenção Sociopolítico-Pedagógica, equivalente ao TCC do curso.

24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Angela e PADILHA, Paulo Roberto. **Educação Cidadã: Educação Integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Educação Cidadã; 6)

ANTUNES-ROCHA, M. I e MARTINS, A.A. (Orgs.). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ANTUNES-ROCHA, M. I. Licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades da formação para a docência nas escolas do campo. In: DINIZ-PEREIRA, J.E.P. e LEÃO, Geraldo. **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 57-75.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; DINIZ, L.S.; OLIVEIRA, A.M. Percurso formativo da Turma Dom José Mauro: segunda turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo da FAE-UFMG. In: MOLINA, M.C. e SÁ, L.M. (Orgs.). **Licenciaturas em Educação do Campo: Registros e Reflexões a partir das Experiências Piloto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, (Coleção Caminhos da Educação do Campo 5), p.19-34.

ARROYO, Miguel G. **Políticas de formação de educadores do Campo**. In Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em Maio de 2014.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo M. (Orgs.). **A educação básica e o movimento social do campo**. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, v. 2). Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Brasília:1999.

BEGNAMI, João Batista et al. Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel, MARTINS, M.F.A., MARTINS,

A.A. (Org.). **Territórios Educativos na Educação do Campo**: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo;5).

BEGNAMI, João Batista et al. Pedagogia da Alternância. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, n.91, p.31-38, 2010.

BOURGEON, G. **Socio pédagogie de l'alternance**. Maurécourt: Mésonance, 1979.

BRANDÃO, N.; MENEZES, A. J. O trabalho como princípio educativo na educação do campo e no MST. In: **Trabalho, política e formação humana**: interlocuções com Marx e Gramsci. 1 ed. São Paulo: Xamã, 2009, p. 175-188.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), **Educação do Campo**: Diferenças mudando paradigmas. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. 6p.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL. MEC. Minuta do Projeto da Licenciatura Plena em Educação do Campo. In: Molina, M.C.; SÁ, L.M. (Org). **Licenciaturas em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir das experiências piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização, Diversidade e Inclusão. PROCAMPO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7352**, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 08/12/2015.

BRASIL. SECADI/MEC/UFPA/Fórum Paraense de Educação do Campo. Seminário Nacional da Licenciatura em Educação do Campo, Belém, Pará, 2014. (Caderno do IV Seminário da Licenciatura em Educação do Campo, 125 p.).

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R.S. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico para a Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire

Santos Azevedo de (organizadoras). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

CALDART, R. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p.67-86.

CALDAS, L. A formação de professores e a capacitação de professores da EPT. In: PACHECO, E. **Institutos federais uma revolução na educação profissional** (Org.). São Paulo: Moderna, 2011. p. 33-46.

CORREA, J. e CORDEIRO, L.Z. Mediação pedagógica no campo: produção de materiais didáticos no curso de Licenciatura do Campo. UFMG. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel e MARTINS, Aracy Alves. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 153-160.

DINIZ-MENEZES, Luciane de Souza. **Representações Sociais sobre a Educação do Campo construídas por Educandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. 2013. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Documento II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. In: **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 29 (2): 283-293, jul./dez.,2004.

DUFFAURE, André. **Educación, Medio y Alternancia**. Textos elegidos y presentados por Daniel Chartier. Traducción: Alicia Perna /Susana Vidal, APEFA, Buenos Aires, 1993.

Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais. **Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Projeto Político Pedagógico**. Belo Horizonte, 2008 (n/publicado).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p. 39-66.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMONET, J.C. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, Coleção AIDEFA, 2007.

GONZAGA, E.A. **Pedagogia da Terra**: O Curso de Licenciatura em Educação do Campo de Minas Gerais. 2009. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação). Niterói: RJ, Universidade Federal Fluminense, 2009.

HENRIQUES, Ricardo.; MARANGON, Antonio.; DELAMORA, Michiele.; CHAMUSCA, Adelaide.(Org.) **Cadernos Secad 2: Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf> Acesso em Junho de 2013.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à Universidade, 14ª Edição. Ed. Mediação, Porto Alegre: 1993.

HORÁCIO, A. S. **Trajétoria de formação de educadores do campo**: um estudo exploratório segundo educandos e educandas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Pedagogia da Terra. Orientadora: Gilvanice Barbosa da Silva Musial. Belo Horizonte-MG/UFMG, 2010, Monografia.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias**.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas**. Sertão, 2014

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica**. Inconfidentes, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS. **Resolução N° 071/2013**, de 25 de novembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação da reestruturação da Resolução 037/2012, Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação. Pouso Alegre, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS. **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Inconfidentes, 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 3.ed. Cortez, São Paulo: 1996.

MARTINS, M.F.A.. Desafios do Ensino de Geografia no Curso de Pedagogia da Terra. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. ANPEGE, **Anais...** Niterói: RJ, 2007. V.I. p. 1-11.

MARTINS, M.F.A.. Educação do Campo: Formação de professores por área, desafios da área de Ciências Sociais e Humanidades. In: Simpósio sobre Trabalho e Educação: *homenagem aos 150 anos da publicação Introdução à Crítica da Economia Política*. Belo Horizonte, 2009, p. 1-13.

MENEZES NETO, A.J. Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, M. I e MARTINS, A.A. (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 25-38.

MOLINA, M.C.; SÁ, L.M. Licenciatura em Educação do Campo. IN: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp 466-472.

MOLINA, Mônica Castagna e SÁ, L.M. (Org.) **Licenciaturas em Educação do Campo**: Registros e Reflexões a partir das experiências Piloto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011 (Coleção Caminhos da Educação do Campo 5).

MOLINA, Mônica Castagna, AZEVEDO DE JESUS, Sônica Meireles Santos. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo – contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Caderno nº 5. Brasília-DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

MOLINA, Monica Castagna. JESUS, Sonia Meire dos Santos. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação (29- 67) in SANTOS, Clarice Aparecida, MOLINA, Monica Castagna. JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo. (orgs) **Memória e história do Pronera**: contribuições para a educação do campo no Brasil. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

NOSELLA. Paolo. A construção histórica do trabalho como princípio educativo. In: NETO, Antônio Julio de Menezes et al. **Trabalho, política e formação humana**: interlocuções com Marx e Gramsci. São Paulo: Xamã, 2009, p. 43-49.

NOSELLA. Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória – ES: EDUFES.

PIO-VENÂNCIO, J.M.; CASTRO, M. C. C. Formação de Professores de Ciências nas Licenciaturas em Educação do Campo: uma experiência da Faculdade de Educação da UFMG. In: ENCONTRO MINEIRO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Resumos dos trabalhos**. Belo Horizonte: MG, 2009.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 4 de julho 1995: p. 5-27.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. O Estado da Arte da Alternância no Brasil. In: BEGNAMI, João Batista e DE BURGHGRAVE, Thierry (Orgs). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 137-165.

ROSENO, S.O. **O Curso de Licenciatura em Educação do Campo**: Pedagogia da Terra e especificidade da formação dos educadores do campo de Minas Gerais. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. Escassez de professores no ensino médio: soluções emergenciais e estruturais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em: 17 jan. set. 2016.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil - O protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a Licenciatura em Educação do Campo na UnB. Brasília, UnB, 2012.

SILVA, J. F.; TORRES, D. X.; LEMOS, G. T. Educação do Campo: a luta dos Movimentos Sociais Camponeses por uma Educação Escolar Específica e Diferenciada. **Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ**, Ano 15, n. 28, v. 01 - jan./jun. 2012, p. 407-436.

SILVA, Janssen Felipe da . **Geopolítica da educação**: tensões entre o global e local na perspectiva dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos. XXI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Recife, 2013.

SILVA, Lourdes Helena. Novas faces da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo. In: BEGNAMI, João Batista e DE BURGHGRAVE, Thierry (Orgs). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013, p. 167- 179.

TEIXEIRA, E. et al. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago., 2008.

UEA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias.

UNEFAB. Documentos Pedagógicos: PPEP – projeto de pesquisa e experimentação pedagógica/Equipe pedagógica nacional dos CEFFAs do Brasil. Brasília: UNEFAB, 2010.

UNEFAB. Revista da formação por alternância. Ano 1 n. 2, 2006; Ano 6, n. 11 de 2011.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes, Capinas**, v. 27, n. 72, p.121-135, 2007.

ZAMBERLAN, Sérgio. **Alternância Como Modelo Educativo**. Piúma: MEPES/Centro de Formação,1995. (Texto mimeografado).

Anexo 1 – Guia da alternância

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL DE MINAS
GERAIS – IFSULDEMINAS

CAMPUS INCONFIDENTES

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS

GUIA DA ALTERNÂNCIA

SESSÃO ESCOLAR

Alternância:

Período: a de

ÁREA DE CONHECIMENTO:
PLANO DE ESTUDO I
(Área aglutinadora)

O Guia da Alternância é um instrumento de planejamento e comunicação das atividades das áreas de conhecimentos específicos, básicos e vivenciais/integradores do Curso LECCA, a serem desenvolvidas na Sessão Escolar e na Estadia Socioprofissional. Ele é também uma ferramenta de orientação e organização pedagógica dos educandos no contexto da formação por alternância. O Guia compreende o conjunto das atividades orientadas para os tempos/espços formativos. É um documento inacabado, aberto que vai se construindo ao longo da SE e só finaliza ao final. Cada área elabora sua parte e ao final da SE a área de conhecimento Plano de Estudo, do eixo vivencial/integrador, faz uma orientação comum reunindo todas as atividades a serem trabalhadas na ESP.

PLANO DE ESTUDO I

Análise da prática do/a educador/a como animador/a das relações na formação por Alternância

Ementa:

Funções do/a educador/a da alternância; relações com o coletivo pedagógico; relações com o coletivo dos estudantes e animação da vida de grupo na EFA; relações com as famílias e comunidades; relações com a associação EFA e a animação associativa; relações com mestres de estágio; lideranças, profissionais, movimentos sociais, poder público etc.

Professor/a: Joel Duarte Benício

Carga horária:

SE:

ESP:

Objetivos:

CRONOGRAMA DAS AULAS COM OS CONTEÚDOS DA SESSÃO ESCOLAR

Data	Dia da Semana	Hora	Conteúdo
		08:00 às 12:00	Colocação em Comum: Socialização da pesquisa e elaboração da síntese
		08:00 às 12:00	Motivação e construção coletiva do Plano de Estudo II
		19:30 às 21:00	Preparação das atividades na ESP
		19:30 às 21:00	Avaliação da SE por Grupos
		19:30 às 21:00	Plenária de Avaliação da SE

METODOLOGIA – INTERFACES E ARTICULAÇÕES COM OUTRAS DISCIPLINAS, CONEXÕES COM O PLANO DE ESTUDO:

A Colocação em Comum será trabalhada com dinâmica de grupos, onde receberão algumas chaves para socialização entre si de suas pesquisas. Esta chave focará a discussão em alguns pontos centrais que facilitará a socialização, o debate e as conclusões. Em seguida aos grupos, uma plenária de apresentação da síntese dos grupos. Uma comissão, representada por um membro ou dois de cada grupo se encarrega de fazer a sistematização da síntese coletiva.

A síntese coletiva produzida na Colocação em Comum ajudará as demais áreas a buscar aproximações com o tema em seus planos de aula.

RECURSOS DIDÁTICOS:

Papel flip chart, pincel, fita crep

TEXTOS OU INDICAÇÃO DOS TEXTOS, FILMES, ETC. A SEREM UTILIZADOS:

- **Orientação para as disciplinas.**

ORIENTAÇÃO DE EXERCÍCIOS, ATIVIDADES:

- **Visita de Estudo**

- **Intervenção Externa**

Proposta para o processo avaliativo:

- Conhecimentos gerais: aprendizados sobre a pesquisa empírica do Plano de Estudo

- Habilidades prático-teóricas: prática de escrita no Caderno da Realidade (realização da pesquisa, do texto síntese pessoal, participação na plenária de socialização, elaboração da síntese coletiva.)

- Atitudes – formação humanística – Participação efetiva, interesse, capacidade de trabalhar e conviver em grupo.

- Pontos distribuídos para a SE: 5

- Pontos distribuídos para a ESP: 5

BIBLIOGRAFIA BÁSICA se aplica às demais áreas de conhecimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA se aplica às demais áreas de conhecimento

FILMES: se aplica às demais áreas de conhecimento

SITIOGRAFIA se aplica às demais áreas de conhecimento

SOCIOPROFISSIONAL

- Pesquisas teóricas e/ou práticas - se aplica às demais áreas de conhecimento

- Leituras – textos - idem

- Observações - idem

- Experiências - idem

- Vivências

- Filmes - idem

- etc.

- Detalhamento da avaliação – idem

ORIENTAÇÃO DAS ATIVIDADES NA ESP:
Atividades do eixo metodológico: estudos
vivenciais/integradores

Período da Estadia

Socioprofissional: _____

Início: .Dia/Mês/ano:

PREVISÃO DE DATAS PARA AS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ESP:

DATA DA PRÓXIMA SESSÃO ESCOLAR (planejamento prévio com os educandos, conforme o PPPC)

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COMUNS (Colocação em Comum do PE ou da temática de Estágio, Visitas de Estudo ou Visitas Técnicas, intervenção externa na Sessão seguinte (oficina, minicurso, seminário, palestra, testemunho etc.

DATA PARA ENTREGA DOS

TRABALHOS: _____

PESQUISA DO TEMA GERADOR DO PLANO DE ESTUDO OU A VIVÊNCIA DE ESTÁGIO:

ATIVIDADE DE RETORNO: _____

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS _____

EXPERIÊNCIAS _____

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS _____

ATIVIDADES DAS DISCIPLINAS EM GERAL:

Atividades de estudos, pesquisas teórico-práticas complementares das áreas de conhecimentos do eixo tecnológico: estudos específicos (Ciências Agrárias) e pedagógico: estudos básicos.

O trabalho interdisciplinar poderá prever atividades comuns entre temáticas afins, evitando a multiplicidade de trabalhos, a fragmentação entre eles e otimizando as aprendizagens.

O apoio pedagógico terá um papel de articulação importante do trabalho interdisciplinar no Curso LECCA.

AUTO-ORGANIZAÇÃO DO COLETIVO DOS ESTUDANTES

CONCEITO – VER NO PPPC - LECCA
CRIAR REGRAS DE FUNCIONAMENTO
GRUPOS
COMBINADOS DE CONVIVENCIA – CONTRATO DA VIDA DE GRUPO
AVALIAÇÕES DA VIDA DE GRUPO POR ALTERNÂNCIAS
COLEGIADO DO CURSO
FUNCIONAMENTO – REPRESENTAÇÕES – RELATÓRIOS....
AVALIAÇÃO COLETIVA ANUAL
(VER CONCEITO E PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO NO PPPC)
OUTROS PONTOS

Anexo 2 - Portaria do NDE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS INCONFIDENTES

Portaria nº 253, de 21 de agosto de 2015.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – CAMPUS INCONFIDENTES, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear os servidores, abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, constituírem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área: Ciências Agrárias:

Presidente:

Luiz Carlos Dias da Rocha

Matrícula SIAPE 1503495

Membros:

Carlos Magno de Lima

Matrícula SIAPE 6049522

Mark Pereira dos Anjos

Matrícula SIAPE 1000162

Wallace Ribeiro Corrêa

Matrícula SIAPE 1782307

Verônica Soares de paula Morais

Matrícula SIAPE 1275388

II. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINDYNARA FERREIRA
DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA